

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Paula Brunialti Barbelli**

**RENOVANDO O MUNDO: CURA ATRAVÉS DA UNIÃO  
NA DIVERSIDADE – UM PLANO DE COMUNICAÇÃO  
PARA O PACTO MUNDIAL CONSCIENTE**

**Bauru**

**2015**

**Paula Brunialti Barbelli**

**RENOVANDO O MUNDO: CURA ATRAVÉS DA UNIÃO  
NA DIVERSIDADE – UM PLANO DE COMUNICAÇÃO  
PARA O PACTO MUNDIAL CONSCIENTE**

Trabalho apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, Campus de Bauru, pela aluna Paula Brunialti Barbelli e sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Caroline Kraus Luvizotto, atendendo à Resolução 002/84 do Conselho Federal de Educação, para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Relações Públicas.

**Bauru  
2015**

Barbelli, Paula Brunialti.

Renovando o Mundo: Cura através da União na  
diversidade - um plano de comunicação para o  
Pacto Mundial Consciente/ Paula Brunialti

Barbelli, 2015

113 f.: il.

Orientador: Caroline Kraus Luvizotto

Monografia (Graduação)-Universidade Estadual  
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e  
Comunicação, Bauru, 2015

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Paula Brunialti Barbelli**

**Renovando o Mundo: Cura através da união na diversidade – um estudo de caso do Pacto Mundial Consciente**

Trabalho apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, Campus de Bauru, pela aluna Paula Brunialti Barbelli e sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Caroline Kraus Luvizotto, atendendo à Resolução 002/84 do Conselho Federal de Educação, para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Relações Públicas.

**Banca Examinadora**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Caroline Kraus Luvizotto**  
Orientadora

---

**Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup>. Eli Vagner Francisco Rodrigues**

---

**Mestranda em Comunicação Daniele Ferreira Seridorio**

**Bauru  
2015**

## AGRADECIMENTOS

Ofereço esse trabalho aos pés de lótus de meu Guru Maharaj, Srila B.A Paramadvaiti Swami, que está, muito amorosamente, abrindo meus olhos com a tocha do conhecimento. Agradeço por ter me entregado o tema desta pesquisa como um presente precioso e por me permitir admirar um pouquinho sua incrível capacidade de ocupar tudo para servir aos propósitos do amor. Te ofereço essas palavras de uma adaptação musical: “Há de surgir uma estrela aqui cada vez que o’cê sorrir; há de purificar um coração iludido quando o faz chorar; sendo sincero isso bem que pode acontecer; de um coração purificar quando a lágrima cair; e então, uma luz brilhar aparecer; se afogar em serviço, morrer para viver. Om, Hari fará absurdos contando que te fará feliz; e mudar; o mundo tudo; com canto e dança; pura consciência semear.”

Também ofereço o trabalho e sou muito grata à B.V Mangala Swami, o jardineiro que bondosamente cuida e transforma os solos áridos dos corações, secos pela monocultura do falso ego. Obrigada pelas instruções, pelo amparo, entusiasmo, inspiração e tantas outras coisas que eu nem imagino. Obrigada por tudo.

Ofereço à Gurudeva Atulananda e agradeço por suas palavras que iluminam.

Agradeço à todos os devotos por serem tão, tão, tão especiais por me tolerarem e oferecerem sua amizade. Descobri que com vocês a vida é uma grande festa e eu agradeço muito por estar sendo convidada. Sem vocês tudo é vazio. Que eu nunca me esqueça da falta que vocês fazem.

Agradeço a Sri Sri Mahaprabhu Gandharvika Giridhari, doces e belas senhorias, por favor, me levem de volta à Sua casa, o verdadeiro salão de belezas!

Agradeço à Sri Sri Goura Nitai e Sua inundação de amor!!!!!!

Agradeço às muitas pessoas que me ajudaram nesse trabalho, agradeço à Surya, Candra, Sarasvati Devi, à Professora Caroline, aos amigos Veerá, Luá Ayré e Bainawá que me inspiraram com conversas sobre a nossa mãe, sobre cooperação e união.

Claro, agradeço especialmente à ela, Bhumi Mata, a mãe Terra. “Mãezinha Terra, eu não sei rezar, eu só sei dizer que quero te amar, cuidar do teu corpo, fauna flora bela abundância, que cada passo seja uma prece, quem te ama e serve feliz, nunca adoce”.

Agradeço à Eleni e Silvio, meus pais, pela tolerância, paciência, generosidade e carinho. Também a tia Elaine que ajudou muito e à toda família, agradeço por tudo!

*“Palavras sábias podem renovar o mundo,  
pois uma palavra cria um pensamento,  
um pensamento cria uma personalidade,  
uma personalidade cria uma cultura,  
uma cultura cria uma sociedade,  
uma sociedade cria uma educação  
que pode curar o mundo.”*  
*B.V Mangala Swami*

## RESUMO

A percepção da sociedade moderna com relação à natureza e dos povos indígenas passou a ser moldada nos séculos XVI e XVII, com dois eventos principais, a invasão dos europeus na América e a revolução científica. Esses eventos simbolizam a sobreposição cultural e do pensamento europeu sobre as resto do mundo. O cenário atual é do industrialismo, consumismo, padronização cultural e determinante influência do pensamento cartesiano. O presente trabalho demonstra, através de pesquisa bibliográfica e análise de dados, que esse modelo dominante tem causado as crises da modernidade e foca especialmente na crise ambiental que ameaça a vida na Terra. O Pacto Mundial Consciente propõe como solução uma renovação dos relacionamentos entre povos nativos, sociedade moderna e natureza, estabelecendo uma plataforma de diálogo que possibilite a parceria entre o aparato moderno e o conhecimento dos povos nativos que é intrinsecamente ecológico e sustentável. A proposta do Pacto Mundial Consciente pode ser incrementada através das estratégias de relações públicas com o intuito de promover o diálogo entre a sociedade moderna e os povos nativos, reconectar o vínculo homem-natureza, gerar condutas críticas com relação ao sistema dominante atual e motivar a sociedade a adotar posturas verdadeiramente ecológicas. Para isso faz-se necessário o resgate da imagem Terra como mãe.

**Palavras-chave:** Renovação, Povos Nativos, Saberes Ancestrais, Sociedade moderna, Mãe Terra, Diversidade

## ABSTRACT

The perception of modern society regarding the nature and indigenous peoples came to be shaped in the sixteenth and seventeenth centuries, with two major events, the invasion of Europeans in America and the scientific revolution. These events symbolize the cultural overlap and European thinking about the rest of the world. The current scenario is industrialism, consumism and cultural standardization driven by Cartesian thought. This work demonstrates, through literature research and data analysis, that this dominant model has caused the crisis of modernity, focusing especially on the environmental crisis that threatens human life. The solutions are present in the modern society the knowledge of indigenous peoples that is inherently ecological and sustainable by tradition. From the union of diverse cultures and knowledge dialog you can find solutions for today's problems and provide a renewal of relationships between modern society, indigenous peoples and nature. The World Conscious Pact presents this proposal which can be increased through public relations strategies in order to reconnect the man-nature bond, generating critical behavior with respect to the current dominant system and motivate society to adopt truly ecological postures. For this it is necessary to rescue the Earth image as a mother.

**Keywords:** Renovation; Native People; Ancestors knowledge; Modern Society; Mother Earth

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 CONHECIMENTO E RELACIONAMENTO</b> .....	13
1.1 Povos Nativos: Pensamento e maneira de se relacionar com a terra.....	13
1.2. Europa: O desenvolvimento de um paradigma de exploração .....	23
<b>2 SOCIEDADE MODERNA: RELACIONAMENTO COM OS POVOS NATIVOS E MEIO AMBIENTE</b> .....	31
<b>3 DISCUSSÃO SOBRE AS FALHAS DA SOCIEDADE ATUAL QUANTO A SUSTENTABILIDADE</b> .....	49
3.1 Apropriação do solo e das sementes.....	49
3.2. Apropriação dos Recursos hídricos .....	60
3.3. A apropriação dos animais .....	66
<b>4 UMA RENOVAÇÃO PARA O BENFÍCIO DE TODOS</b> .....	82
<b>5 PLANO DE RELAÇÕES PÚBLICAS PARA O PACTO MUNDIAL CONSCIENTE</b> .....	92
5.1 Planejamento Estratégico de Imagem.....	93
5.1.1 Primeira etapa .....	93
5.1.2 Segunda etapa .....	95
5. 1.3 – Terceira etapa .....	96
5. 2 – Implantação de programa e proposta de ações .....	97
5.2.1 Análise de oportunidades e ameaças .....	98
5.2.2 Definição dos públicos .....	98
5.2.3 Definição de valores .....	99
5.2.4 Ações .....	100
5.2.4.1 Primeira etapa: relacionamento .....	101
5.2.4.2 Segunda etapa: prática .....	102
5.2.4.3 Terceira Etapa: Meta .....	104
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	105
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	107

## INTRODUÇÃO

O cenário global atual é marcado por diversas crises. São elas de ordem econômica, política, ambiental, social e também permeiam as esferas mais individuais da vida humana. O Pacto Mundial Consciente é uma rede que promove a parceria de diversas organizações e grupos sociais com o intuito de buscar soluções para as crises da modernidade. Para buscar soluções faz-se preciso recorrer às origens dos problemas, sendo assim a pesquisa demonstra a relação entre tais crises e a ascensão de um paradigma de controle e dominação da natureza que teve início em 1492, com a invasão europeia na América, ocasião na qual os monarcas da Espanha entregaram à Cristóvão Colombo uma carta que lhe outorgava “os privilégios da descoberta e conquista” (SHIVA, 2001, p.23). Essa carta, seguida das bulas papais intercaetera foram consideradas as primeiras cartas patentes. Isso significa que legitimavam a posse de terras já habitadas por outros povos aos colonizadores.

Paralelamente à colonização da América, a revolução científica impulsionou o pensamento que legitima a exploração da natureza, destacando-se o papel do mecanicismo e do reducionismo que desenvolveram a compreensão da natureza e da Terra como um sistema mecânico passível de fragmentação e manipulação. A pesquisa pretende demonstrar que esses fatos são erros históricos que influenciarão no desenvolvimento de uma relação de conflito, domínio e exploração entre a sociedade ocidental, a natureza e os povos nativos. O Pacto Mundial Consciente trata-se, portanto de uma plataforma de diálogo entre esses atores, buscando uma renovação dos relacionamentos, a qual se faz essencial para que se mantenha a ecologia do planeta e assim a vida a Terra.

A possibilidade de um colapso ambiental tem gerado preocupações, entretanto as medidas tomadas em âmbito local e global que propõem solucionar as crises, na realidade acabam aprofundando-as e reforçando o sistema dominante que é o causador de tais problemas. Esse fato será amplamente abordado com a discussão sobre a utilização de sementes transgênicas e da agricultura industrial, como propostas de extinguir a fome no mundo, bem como as privatizações de reservas hídricas que são divulgadas como meios de gerir de forma segura esse recurso que na atualidade é escasso. Além disso, as atividades essenciais à vida humana como a alimentação são

baseadas em sistemas de produção extremamente antiecológicos, como é o caso do consumo de alimentos de origem animal.

A ciência moderna ampara as condutas das corporações que em busca de lucros apropriam-se de territórios, organismos vivos (sementes, plantas e animais), recursos naturais (água e ar) e atribui-lhes um mero valor econômico, não levando em conta os ciclos de regeneração e causando assim a degradação ambiental. Nota-se que existe a valorização de uma postura de superioridade do homem moderno com relação a tudo que está inserido na natureza. Essa postura, que se baseia no privilégio de alguns pela exploração e opressão de outros, foi a base da colonização europeia na América que dizimou os povos indígenas, ridicularizou e encobriu seus conhecimentos e atualmente degrada a natureza e ainda manipula e explora a população.

Faz-se necessário buscar mudanças que contornem as crises modernas e que gerem condutas que sejam intrinsecamente ecológicas. A pesquisa demonstra que o pensamento mecanicista e cartesiano que rege a sociedade e as instituições atuais são em essência antiecológicas. Além disso, as corporações agem contra a diversidade cultural e biológica, agravando progressivamente a crise ambiental e gerando uma homogeneização cultural e do pensamento. Logo, o sistema dominante moderno não pode apresentar soluções aos problemas da atualidade. Sendo assim, faz-se necessário buscar soluções em outras formas de conceber e se relacionar com o mundo. Portanto faz-se uma exposição dos conhecimentos e modos de viver das comunidades ancestrais, e partir de uma análise que compara esses saberes à concepção sistêmica, se pode concluir que o conhecimento dos povos nativos, que guia a relação com a natureza, é intrinsecamente ecológico e que a aliança entre esse conhecimento e o conhecimento científico moderno podem apresentar soluções para as crises atuais.

Assim demonstra-se que o sistema atual deve ser modificado em sua essência, no que diz respeito à concepção de que apenas o conhecimento científico moderno é válido e na forma como a sociedade moderna se relaciona com a natureza e os povos nativos. As crises atuais podem ser vistas como uma oportunidade de mostrar que a Terra é essencial à vida de todos. O Pacto Mundial Consciente propõe à conscientização da opinião pública sobre a realidade global atual, sobre qual é o papel das instituições e corporações, o que suas ações causam na natureza e na vida dos seres vivos (humanos e não humanos). Se os problemas se pautam na ideia de que a natureza pode ser dominada e explorada infinitamente, as soluções se apresentam pelos saberes ancestrais que possuem uma visão holística e ecológica da realidade. Como alternativa à

homogeneização do conhecimento o Pacto Mundial Consciente propõe a livre troca de saberes a fim de buscar soluções para os problemas da modernidade.

As relações públicas podem contribuir para a atuação do PMC através de sua capacidade de conectar e dialogar com diversos públicos. Além disso, o objetivo do presente trabalho é propor um plano estratégico de modificação da imagem da Mãe Terra. Esse plano auxiliaria o Pacto Mundial Consciente em sua missão de renovar os relacionamentos que foram prejudicados pelo paradigma de exploração e domínio que rege a sociedade moderna, pois através do sistema dominante e sua influência, a população incorporou a imagem da natureza como algo separado do indivíduo e considera os povos nativos como primitivos. Sendo assim as relações públicas podem trabalhar a imagem da Terra, livrando-a do estereótipo de uma máquina que está a serviço da humanidade e resgatar a imagem da Terra como mãe. Também se deve trabalhar a imagem dos povos nativos mostrando que o conhecimento que eles incorporam é essencial para que os problemas ambientais que ameaçam a vida na Terra sejam contornados. Além disso, deve-se gerar a compreensão que o modo de viver dos povos nativos protege a natureza e que isso beneficia a todos.

## **1 CONHECIMENTO E RELACIONAMENTO**

Ao chegarem à América os europeus se deparam com um cenário abundante em riquezas e belezas naturais e uma população de hábitos muito diferentes do que conheciam. O entendimento do homem europeu não pôde atravessar a cortina dos costumes apresentados pelos indígenas para assim vislumbrar o pensamento que regia seu modo de vida. Tais características foram julgadas de muitas maneiras pelos colonizadores que não compreenderam a profundidade da filosofia que as orientava. Sendo assim, já nos primeiros contatos com as nações indígenas os navegantes europeus pressuporiam a diferença de hábitos como ausência de valores. O presente capítulo busca em um primeiro momento demonstrar no que se baseia, ou seja, qual é a origem dos costumes dos povos nativos e como era e, em muitos casos ainda é, a relação que estabelecem com o ambiente em que vivem.

Para entender o contexto no qual foi desenvolvida a colonização, em um segundo momento será remontado o cenário europeu do século XVI, no que se refere principalmente à Espanha e Portugal. Além disso, serão delineados quais os pensamentos que estavam em efervescência neste período (séculos XVI e XVII) que foi marcado por profundas mudanças no modo de pensar e viver da sociedade, com a transição da idade média para a idade moderna e principalmente pela revolução científica. Deste modo pode-se demonstrar qual era a relação do Velho Mundo com o meio-ambiente e qual a filosofia que norteava esta interação.

Esses fatores são fundamentais para a compreensão de como a relação entre a sociedade moderna, os povos nativos e a natureza foi desenvolvida a partir do século XVI. O Pacto Mundial Consciente compreende a existência de um conflito entre os povos nativos e a sociedade moderna, sendo que a primeira etapa para a resolução desse conflito se baseia em conhecer ambas as partes e reconhecer o papel de cada uma na história e na atualidade, para posteriormente harmonizar o conflito estabelecendo o diálogo e uma atitude de parceria e apreciabilidade. Faz-se importante ressaltar que a harmonização desse conflito tem como objetivo buscar as soluções que são fundamentais para contornar os problemas ambientais que ameaçam a vida na Terra.

### **1.1 Povos Nativos: Pensamento e maneira de se relacionar com a terra**

O modo de viver dos povos nativos fornece as chaves para o desenvolvimento de uma percepção da realidade que compreende a interligação e interdependência entre os

sistemas orgânicos. Seu modo de vida, mitologia e arte permitem ao indígena desenvolver uma relação direta e uma concepção de pertencimento a natureza. Esse pensamento também é encontrado em diversas tradições místicas do globo e foi subjugado pela colonização europeia, a qual se trata além da opressão física, de uma opressão intelectual, pois a partir do século XVI se consolidou o pensamento, modo de compreender e se relacionar com o mundo ditado pelos europeus.

A tradição dos povos indígenas diz respeito ao estabelecimento de relações com a natureza e com os seres vivos e não vivos que pode ser descrita atualmente como ecológica. Essa relação se baseia na concepção de sacralidade dos elementos naturais e da própria natureza, na qual é reconhecido o papel fundamental de cada organismo que se inter-relacionam com e no sistema natural. Carlos Panosso (2011) em seu estudo sobre as tradições do povo Javaé, (Ilha do Bananal, Tocantins) observa que a forma que os indígenas interagem com o ambiente se caracteriza como relações sociais entre sujeitos. A esta relação Panosso dá o nome de “socioambiente”.

Conceito este que se mostra capaz de integrar, de uma só vez, homem, cultura, natureza e meio ambiente de uma forma menos ou não disruptiva, diferentemente do modo como acontece nas sociedades ocidentais. (PANOSSO, 2011, p.61).

Tal relação entre sujeitos identificada nas comunidades indígenas pode ser observada em especial no tratamento com a Terra, a qual é personificada e reconhecida como mãe. A terra é assim entendida como um organismo vivo, o qual possui a capacidade de se auto-regular e regenerar, ou seja, que possui ciclos e um funcionamento que são próprios, dos quais o equilíbrio depende a sobrevivência humana. Anthony Giddens afirma que a modernidade destrói a tradição (GIDDENS *et al.*, 1997). No caso, as tradições indígenas são preservadas nos núcleos dessas comunidades, entretanto sua visão de mundo e modo de vida foi solapado pela ação colonizadora da modernidade.

A percepção da Terra como um organismo vivo foi oprimida pela concepção mecanicista, proveniente da revolução científica. Entretanto estudos atuais demonstram que o planeta pode ser considerado um organismo vivo, como é o caso da Hipótese Gaia desenvolvida por James Lovelock e Lynn Margulis (CAPRA, 1982). Gaia significa ‘Terra Viva’, portanto de acordo com a hipótese,

A Terra é, pois, um sistema vivo; ela funciona não apenas como um organismo, mas, na realidade, parece ser um organismo Gaia, um ser planetário vivo. Suas propriedades e atividades não podem ser previstas com base na soma de suas partes; cada um de seus tecidos está ligado aos demais, todos eles interdependentes; suas muitas vias de comunicação são altamente

complexas e não-lineares; sua forma evoluiu durante bilhões de anos e continua evoluindo. Essas observações foram feitas num contexto científico, porém transcendem largamente o âmbito da ciência (CAPRA, 1982, p. 264).

De acordo com a hipótese Gaia o planeta passa a ser compreendido como uma unidade que mantém o seu equilíbrio de acordo com as relações entre as partes que a compõe, ou seja entre os organismos vivos, o solo, a atmosfera e os oceanos (CAPRA, 1982). Esta visão retira o homem da sua posição de centralidade e controlador do mundo natural (que é a base da ciência moderna) e pode ser encontrada nas culturas tradicionais (sejam indígenas ou orientais), pois nelas o ser humano se reconhece como parte da terra e deve cumprir sua função, suprimindo as suas necessidades e cooperando para a manutenção do equilíbrio do todo.

Nos séculos XVI e XVII houve a ascensão do pensamento mecanicista e reducionista, os quais defendem a percepção do mundo como uma máquina, passível de fragmentação e controle. Esse pensamento nega a concepção da Terra como um organismo vivo e passou a justificar a exploração da natureza, que se tornou crescente em virtude do capitalismo e da industrialização. Esses fatores marcam a separação entre ser humano e natureza, a qual passa a ser compreendida como um reservatório de matérias primas a serviço do homem. A denominação ‘meio-ambiente’ surge criando o imaginário de ser completamente exterior ao indivíduo, assim a concepção de pertencimento e cooperação com o sistema natural foi encoberta pela visão do ser humano como dono e mestre da natureza.

Anthony Giddens explica que é característico das culturas pré-modernas o desenvolvimento de uma relação de continuidade com o sistema natural, assim os seres humanos entendiam que “suas vidas estavam atadas aos movimentos e disposições da natureza” (GIDDENS, 1991, p. 57). A tradição indígena se alinha com essa relação apontada por Giddens e a partir dela desenvolvem os valores que norteiam o modo de viver dos nativos. Leonor Zalabata, líder indígena do povo Ika (Arhuaco), da Serra Nevada de Santa Marta, Colômbia, explica esta interação e a percepção do mundo desenvolvida a partir dela:

gracias a ese conocimiento de la naturaleza con nosotros y nosotros con la naturaleza es lo que nos permite una identidad, una cultura propia, un pueblo con unos valores para vivir en ese territorio. [...] para nosotros todo es una cadena, es holístico y, por lo tanto, la separación de algo rompe con el equilibrio y con la estabilidad de las personas, del colectivo y de la naturaleza (ZALABATA, 2001).

Para os povos andinos, a realidade percebida de uma forma holística e cíclica, a qual compreende a inter-relação entre os organismos naturais, é um dos fundamentos de

sua cosmovisão, a qual é descrita como a “elaboración humana que recupera las maneras de ver, sentir y percibir la totalidad de la realidad, esto es los seres humanos, el conjunto de la naturaleza y el cosmos.” (BRUN, 2009, p.84). Essa visão se aproxima da concepção sistêmica que tem sido amplamente discutida na atualidade e que aborda o entendimento do mundo “em termos de relação e integração” (CAPRA, 1982, p.245). De acordo com Capra o estudo do mundo vivo permite a compreensão que os organismos tem a tendência de criar vínculos e cooperar e ratifica seu argumento com a frase de Lewis Thomas: “Não somos seres solitários. Cada criatura está, de alguma forma, ligada ao resto e dele depende” (THOMAS apud CAPRA, 1982, p. 258).

Hugo Brun (2009) ressalta que muitas das tradições dos povos originários da América compartilham da concepção de unidade do todo e que sendo assim os principais valores que regem a vida do indígena são: a solidariedade, a cooperação, a reciprocidade, a fraternidade e a união. Além da própria relação com a natureza, a cosmologia, os mitos, as artes e rituais indígenas permitem o desenvolvimento de tais valores. Quando a modernidade rompe com a tradição e com o relacionamento entre homem e natureza esses valores ficam obscurecidos e são gradualmente substituídos pelos valores capitalistas que promovem a competição e o individualismo. Esse fato não implica necessariamente em uma visão romantizada das comunidades indígenas, mas significa admitir que nelas os relacionamentos eram baseados em princípios que priorizam o bem-estar coletivo, o que se justifica principalmente pela concepção holística do mundo. A concepção sistêmica compreende que embora haja competições nos sistemas orgânicos “esta ocorre usualmente num contexto mais amplo de cooperação, de modo que o sistema maior é mantido em equilíbrio” (CAPRA, 1982, p. 158).

É no contato com a natureza que os indígenas criam e perpetuam seus saberes e tradições, os quais educam sobre a necessidade de cuidar e proteger a Terra. Quando privados de territórios suas tradições passam a ser ameaçadas. Assim pode-se observar uma relação de reforço mútuo entre a preservação da natureza e a manutenção e propagação dos saberes e modos de vida indígenas. Em decorrência disso esses povos podem ser considerados como os guardiões da natureza.

O modelo científico moderno permite a fragmentação e manipulação de partes dos organismos vivos, não considerando que esse processo possa interferir no funcionamento do todo, esse é o fundamento do reducionismo. O darwinismo soma-se às concepções mecanicista e reducionista e passa a descrever a vida como uma luta

competitiva (CAPRA, 1982, p. 258). Entretanto Capra defende que tais concepções modernas não são cientificamente justificáveis por que “não leva em conta os princípios integrativos e cooperativos que são os aspectos essenciais do modo como os sistemas vivos se organizam em todos os níveis” (1982, p.259). A consolidação da hegemonia do conhecimento ocidental pode ser descrita como um monopólio de saberes e de formas de relacionamento com a natureza e demais seres vivos que exclui e menospreza os saberes que intrinsecamente contribuem para a preservação ambiental.

De acordo com a concepção sistêmica “um organismo que pense unicamente em termos de sua própria sobrevivência destruirá invariavelmente seu meio ambiente e, como estamos aprendendo por amarga experiência, acabará por destruir a si mesmo” (CAPRA, 1982, p.268), ou seja, a sobrevivência está ligada ao comportamento e às interações. O industrialismo é apontado por Giddens como o fator que interliga o homem e a natureza na atualidade (apud LENZI, 2003, p.9), essa relação torna-se mecanizada e exploratória, pois interfere na natureza com objetivos econômicos e políticos, sem a preocupação com a manutenção dos ciclos naturais ou da biodiversidade. As instituições modernas amparadas pelo mecanicismo, que nega o valor da vida, passam a intervir e modificar a natureza progressivamente, como pode ser observado pelo exemplo da biotecnologia que interfere e modifica a constituição dos seres humanos, dos animais e das plantas. O progresso econômico justifica a utilização desse processo, o qual na realidade se traduz em uma ferramenta de “controle cujo o uso pode ser nocivo e mesmo perigoso para os ecossistemas e populações expostas à ela” (ALMEIDA, 2014, p.101)

Neste sentido o conhecimento ocidental passa a ser contra a diversidade cultural, pois exclui e oprime formas de viver e pensar que não se enquadrem na lógica de exploração da natureza. Posteriormente a consolidação do conhecimento ocidental instauram-se os sistemas de produção baseados no monocultivo, principalmente agrícolas, que se traduzem em atentados contra a biodiversidade. (ALMEIDA, 2014, p.99), Hugo Brun (2009) explica que a forma de interação entre os indígenas e a natureza os permitia ler sinais do cosmos que determinavam os ciclos agrícolas, sabendo quais eram as melhores épocas para preparar a terra, semear, para o desenvolvimento e crescimento da planta, até efetuar a colheita. Desta forma conheciam seu ambiente, conheciam a biodiversidade do local que habitavam, as plantas e os recursos específicos em cada época do ano, além disso, os sistemas de cultivos tradicionais se baseavam em “sistemas de rotação de culturas de cereais, leguminosas,

sementes oleaginosas com diversas variedades em cada safra” (ALMEIDA, 2014, p.100). Estabeleciam com a Terra uma relação dinâmica e criativa.

As práticas agrícolas modernas baseiam-se na disseminação dos monocultivo, de insumos agrícolas químicos e das sementes transgênicas. Nota-se atualmente uma hipervalorização do que é tecnológico sem o questionamento se estes artefatos contribuem realmente para melhores condições de vida para humanidade, o que, de acordo com os saberes ancestrais e a concepção sistêmica, implica na preservação da natureza e seres que a compõe. Sendo assim, a agricultura moderna caracterizada pelo agronegócio promove riscos à saúde humana, bem como ameaçam a biodiversidade e ilustra o controle crescente que o homem impõe sobre a natureza. À homogeneização biológica Shiva dá o nome de “bioimperialismo”. (apud ALMEIDA, 2014, p.100)

Os indígenas possuem a concepção de que “tudo é vivo e tudo vem carregado de valor” (LUCIANO, 2006, p.102). Desta forma, não buscam controlar a natureza. Vandana Shiva explica que as florestas nas comunidades tradicionais da Ásia eram “vistas como uma entidade que tem valor próprio.” (apud ALMEIDA, 2014, p.99), entretanto com a invasão europeia essas florestas passam a ser vistas por seu valor comercial. Esse ponto é chave para a compreensão de qual é a diferença no relacionamento que os povos indígenas e a sociedade moderna tem com a natureza e do porque o modo de vida dos povos originários pode ser descrito como ecológico e o modo de vida ocidental moderno como destrutivo. Os primeiros tomando como base uma visão holística e o reconhecimento da vida podem manter o equilíbrio dos ecossistemas, entretanto o crescente controle humano sobre a natureza interfere em seus ciclos e provoca hoje as crises ambientais.

A modernidade, era que subentende o advento do reducionista, mecanicista, além do capitalismo e do industrialismo, trouxe consigo um modo de vida que impõe desigualdades e que intrinsecamente não é ecológico e sustentável, pois não considera a capacidade de auto-regeneração e auto-organização da Terra e impõem à ela os ritmos do crescimento econômico. Capra expõe que o “clima da Terra nunca foi totalmente desfavorável à vida desde que apareceram as primeiras formas de vida, há cerca de 4 bilhões de anos” (1982, p.264). A radiação solar aumentou cerca de trinta por cento neste período, entretanto a Terra “manteve uma temperatura razoavelmente constante em sua superfície durante toda a evolução da vida, tal como um organismo humano mantém constante a temperatura do corpo, apesar de condições ambientais variáveis” (CAPRA, 1982, p. 264). Esse argumento sobre a capacidade autorreguladora do planeta

foi fundamental para a elaboração da hipótese Gaia. No entanto, a ação humana dos últimos séculos que interfere nos ciclos naturais tem provocado problemas ambientais como o aquecimento global que ameaça a vida na Terra.

Giddens afirma que “a preocupação com o aquecimento global provém do fato de que o clima na terra não segue mais uma ordem natural” (GIDDENS *et al*, 1997, p.98). Essa ordem natural está sendo infligida pela crescente emissão de gases do efeito estufa, os quais sustentam o conforto e exageros vendidos pelo capitalismo como símbolos da civilização. O mesmo ocorre com a aplicação da biotecnologia e das monoculturas que ameaçam os ecossistemas. Bruno Latour argumenta que o capitalismo aumentou a exploração da natureza e do próprio homem “as multidões que deveriam ser salvas da morte caem aos milhões na miséria; as naturezas que deveriam ser dominadas de forma absoluta nos dominam de forma igualmente global, ameaçando a todos.” (1994, p. 14).

Os indígenas compreendem que o que acontecer à natureza acontecerá a eles próprios. “Tudo o que acontecer à Terra, acontecerá aos filhos da Terra. Se os homens cospem no solo estão cuspidos em si mesmos” (SEATTLE, 1854), afirmou o cacique Seattle em carta ao governos dos EUA. A preocupação do homem moderno com a ameaça de um colapso ambiental vem acompanhada do surgimento de diversas doenças nos últimos anos, além do crescimento exponencial de transtornos mentais como a ansiedade, depressão e estresse. Ou seja, o modelo cartesiano e capitalista não apenas destroem a natureza como não geram o bem-estar da humanidade, seja em face da miséria e desigualdades sociais, seja pelas frustrações dos que detém algum poder econômico, descontadas em intoxicantes como as drogas, o álcool, ansiolíticos e antidepressivos. Com relação a isso Giddens afirma:

Há certas provas de que muitas pessoas nos estados economicamente avançados venciam uma “fadiga do desenvolvimento” e também de uma consciência geral de que o crescimento econômico continuado não vale a pena, a menos que melhore ativamente a qualidade de vida da maioria (1991, p.146).

No livro Universo Arhuaco, composto por textos escritos pelos líderes deste povo, o Mamo Zarey Maku explica que o surgimento de doenças, a extinção de animais e os males em geral são causados pela violação da lei de origem (MAKU *et al*, 1997, p.30). Essa lei se trata principalmente do reconhecimento e do respeito à vida de todos os seres e a compreensão de sua sacralidade (ZALABATA, 2001). Os saberes ancestrais

educam sobre condutas individuais e coletivas responsáveis, pois compreendem que suas ações provocam impactos no ambiente e em suas próprias vidas.

As diversas crises do mundo moderno apontam para a necessidade de mudança, a qual é possível na medida em que a humanidade se der conta, ou seja for informada, que o sistema atual se mantém apenas para que haja um exercício de poder hegemônico, o qual gera lucros exorbitante à alguns, implica nas desigualdades sociais e, por destruir a natureza, pode acabar com a vida na Terra. O Pacto Mundial Consciente assume essa responsabilidade de conscientizar a população e compreende que à informação devem-se agregar componentes educativos os quais demonstrem as possíveis soluções e sua aplicação prática na vida de cada indivíduo, o qual passará a ser consciente de sua participação na construção do mundo em que vive.

Segundo Vandana Shiva o contexto da atualidade é marcado pela contraposição entre o tecnológico e o sustentável, entre a diversidade e a produtividade, modernidade (caracterizada pelos países industrializados) e a tradição (apud ALMEIDA, 2014). Esse paradigma que sustenta o poder hegemônico deve ser questionado e buscadas alternativas, como inquirer Giddens “Que outra alternativa está aí para um mundo que não segue o caminho de auto-destruição?” (1991, p.146). Giddens (1991) aponta para a redistribuição de riquezas e para uma mudança no modo de vida social. Além disso, explica que “um sistema geral de cuidado planetário pode ser criado, tendo como meta a preservação do bem-estar ecológico do mundo como um todo” (GIDDENS, 1991, p. 150). Segundo Giddens (1991) tal cuidado se relaciona com os objetivos da teoria Gaia, de James Lovelock, e neste caso o cuidado com a Terra se pareceria como o cuidado à saúde de uma pessoa.

Shiva descreve que as principais consequências do poderio atual se dão na homogeneização biológica e de saberes. À uniformização intelectual encontra-se solução na “democratização do saber, na restauração dos valores nativos [...] e dos modos de viver tradicionais” (apud ALMEIDA, 2014, p.100). Isso não implica no abandono completo das tecnologias, mas sim na humanização da tecnologia, descrita por Giddens, na qual esta seria “propensa a envolver a crescente introdução de questões morais na relação agora amplamente “instrumental” entre seres humanos e meio ambiente criado” (GIDDENS, 1991, p.150). Aparatos tecnológicos desta forma podem ser desenvolvidos para a manutenção e incremento da biodiversidade, para o benefício coletivo da humanidade e não mais como uma ferramenta de geração de poder e lucros de algumas nações e corporações.

Já a antítese à uniformização biológica ditada pelo bioimperialismo é a biodemocracia, a qual envolve o “reconhecimento do valor intrínseco de todos os seres vivos e dos diretos originais de comunidades que co-evoluíram com a biodiversidade local” (ALMEIDA, 2014, p.101). A proteção das comunidades tradicionais deve permitir a manutenção e propagação de seus saberes, sendo que estes podem contribuir para o reconhecimento do valor dos seres vivos. Além das contribuições à ecologia, as culturas indígenas podem trazer aprendizados nos campos políticos e econômicos, já que a organização tradicional desses povos tem um caráter democrático e não é instaurado um poder autoritário: “os chefes são mais servidores do povo do que chefes, uma vez que são responsáveis pelas funções de organizar, articular, representar e comandar a coletividade” (LUCIANO, 2006, p. 64), desta forma o bem estar coletivo e a preservação da natureza são garantidos.

Na atualidade um poder autoritário é exercido principalmente pela aliança entre governos e corporações. As leis passam a defender os interesses corporativos e progressivamente atacam a natureza e ameaçam a pluralidade cultural. O autoritarismo e o totalitarismo utilizam estratégias como a fragmentação, pois, como foi discutido, esta antecede o controle, a dominação e a exploração. No Brasil os colonizadores portugueses utilizaram dessa estratégia fomentando conflitos entre os povos nativos, o que resultava na adesão de indígenas ao exército europeu para atacar etnias inimigas, esse fato favoreceu a dominação e extermínio dos nativos (LUCIANO, 2006).

Atualmente os povos indígenas lutam para a demarcação de seus territórios para que suas tradições possam ser perpetuadas. Para isso, diversas etnias que anteriormente possuíam rivalidades, passaram a se unir e organizar, principalmente a partir da década de 1970, para lutar por direitos comuns. O movimento indígena se trata de um “conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos” (LUCIANO, 2006, p.58).

Este exemplo também pode ser aplicado no contexto mais amplo da atualidade. A proteção da Terra é um objetivo de interesse comum para toda a humanidade e seres vivos. O sistema econômico e científico atual, entretanto fomenta a competição e a desinformação, o que impede a constituição de uma sociedade global unida e organizada em prol de uma causa comum como a defesa da Terra. Na chamada era da informação na realidade pouco se fala sobre as reais causas das angústias e doenças

humanas e da natureza. Sem o conhecimento da causa de um problema não é possível a busca por soluções que tragam mudanças efetivas.

Capra (1982) aponta que esta mudança eficaz está ligada à passagem do paradigma cartesiano a um paradigma ecológico que para o autor relaciona-se a concepção sistêmica de mundo. Tal concepção “é compatível com muitas ideias sustentadas por tradições místicas”, como a filosofia taoísta, citada pelo autor, as culturas indígenas, tradições místicas orientais como o hinduísmo e etc. Fritjof Capra salienta que a “interligação e interdependência universais de todos os fenômenos e a natureza intrinsecamente dinâmica da realidade” são pontos recorrentes no estudo sistêmico e em tradições místicas (1982, p. 282)

Um paradigma ecológico não pode ser confundido com mudanças superficiais no modo de vida do homem moderno, isso implica o desenvolvimento de mudanças profundas na forma de viver, perceber e se relacionar que permita ao ser humano reestabelecer sua relação rompida com a natureza. Ou seja, deve-se pensar em soluções que transformem o paradigma de exploração que atua em benefício do homem, mudando para um novo paradigma que permita a ação em benefício do todo.

Capra explica que “grandes instituições sociais e acadêmicas [...] tendem frequentemente a manter-se presas ao pensamento cartesiano” (1982, p.387). A percepção ecológica, que pode ser apresentada pelos saberes ancestrais, provavelmente terá maior aceitação em pequenas comunidades e em grupos e movimentos que são oprimidos de alguma forma pelo sistema dominante, como é o caso do movimento feminista, em especial o eco-feminismo, dos próprios movimentos indígenas, comunidades quilombolas, produtores de alimentos orgânicos, pessoas e comunidades que adotam os sistemas de permacultura ou agrofloresta, movimentos religiosos que lutam em favor da natureza, os ambientalistas (sendo que estes incluem as mais diversas causas, como proteção dos oceanos, das matas, defesa do vegetarianismo etc).

A fragmentação desses movimentos se deve ao fato de que estão lutando contra os efeitos de um sistema que impõe o caos. Entretanto ao reconhecer que a causa de suas reivindicações é a mesma e que afeta principalmente a Terra, a qual é essencial à sobrevivência de todos, podem se unir com um objetivo comum, ganhar força e propor soluções criativas com base na troca de conhecimentos. Nesse sentido, de formar redes de comunicação e organização entre atores sociais, atua o Pacto Mundial Consciente (World Conciuous Pact).

## **1.2. Europa: O desenvolvimento de um paradigma de exploração**

No século XVI a Europa passava por um período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, caracterizada em grande parte pelas expansões comerciais e marítimas. O cenário que antecedia a invasão da América era de muitos conflitos por conquista de territórios, estas guerras eram muitas vezes chamadas santas por envolver o interesse da Igreja em consolidar a fé católica. Pode-se citar como exemplo as Cruzadas que foram diversas expedições, marcadas pela disputa da terra santa, Jerusalém, entre cristãos e mulçumanos. A Igreja representava um papel determinante nas relações políticas, sociais e econômicas e após as Cruzadas também houve o fortalecimento do poder real em contraparte do declínio da aristocracia feudal. (DUSSEL, 1994).

Além das guerras por territórios, o período foi marcado pelas perseguições da Inquisição que, em sua segunda versão, surgiu na Espanha em 1478 e posteriormente em Portugal. Os primeiros investigados e perseguidos pelo Santo Ofício foram os judeus que formavam uma crescente burguesia urbana que atrapalhava os interesses da nobreza e do clero. Depois esse alvo de expandiu com a finalidade de eliminar qualquer ideia ou manifestação religiosa que se opusesse aos preceitos estabelecidos pela Igreja. Os castigos eram desde o confisco de bens, o que tornava a inquisição uma atividade lucrativa, até a prisão ou pena de morte na fogueira. Era uma forma de dominação e imposição da fé católica, sendo que “a ferramenta de combate era impor um medo generalizado que impunha uma forma única de visão de mundo, de estruturação dos poderes oficiais e estratificação social, encorajados em argumentos religiosos” (PINTO, 2010, p.191).

O Frei Dominicano Tomás de Torquemada era o inquisidor geral, o mais duro da época, ele organizava o Tribunal do Santo Ofício espanhol e era conselheiro do rei Fernando de Aragão e da rainha Isabel de Castilha. Os monarcas haviam criado o Tribunal como uma tática para a consolidação da hegemonia do Estado espanhol que, depois de anos de invasões subsequentes, acabara de expulsar os judeus e mulçumanos da península ibérica, reconquistando antigos territórios. Tais objetivos faziam da inquisição, além de uma imposição religiosa, uma forma de controle político e social e uma forma de poder soberano.

Neste contexto, o navegador genovês Cristóvão Colombo foi enviado rumo às Índias a pedido da corte espanhola. O príncipe de Tartária (hoje a região da Sibéria, Turquestão, Mongólia e Tibet), conhecido como o “Grande Cã” pediu que fossem

enviados homens qualificados com o objetivo de converter os nativos da região à fé cristã. O pedido foi negligenciado por Roma e assim a missão foi passada à Colombo, que, além de atender ao pedido do príncipe, deveria descobrir uma nova rota marítima, fazendo o percurso até as índias via ocidente. Em seus diários Colombo relatou:

[...] se perdiam tantos povos em crenças idólatras ou acolhendo seitas de perdição, Vossas Majestades, como católicos cristãos e Soberanos devotos da santa fé cristã, seus incrementadores e inimigos da seita de Maomé e de todas as idolatrias e heresias, pensaram em enviar-me, a mim, Cristóvão Colombo, às mencionadas regiões da Índia para ir ver os ditos príncipes, os povos, as terras e a disposição delas e de tudo e a maneira que se pudesse ater-se para a sua conversão à nossa fé (COLOMBO, p. 26).

Esse contexto aponta para uma homogeneização cultural imposta pela Igreja, baseada na ideia de que apenas a ideologia e as práticas judaico-cristãs eram válidas. Os povos ameríndios bem como as tradições orientais, foram oprimidos pela difusão de uma religião institucionalizada que assumia interesses mais materialistas, como o enriquecimento, poder coercivo e o domínio dos demais, do que espirituais, os quais estão ligados à fraternidade, ao amor e à compaixão. Esse foi o princípio de uma homogeneização de saberes que persiste até a atualidade, sendo que pode-se dizer que o papel da Igreja, neste sentido, passou a ser desempenhado pelas instituições científicas modernas.

As Bulas Papais *inter caetera* foram expedidas de 1493 e legitimavam a “exploração, ocupação e colonização de terras ultramarinas por países da Europa” (PONTIN, 2012, p. 179). Shiva (2012) defende que tais bulas papais foram as primeiras cartas patente, pois através delas o papa Alexandre VI outorgava o direito de propriedade dos territórios descobertos ou que viessem a ser descobertos, pelas expedições que rumavam às índias, aos reis e rainhas católicos, especificamente à coroa portuguesa e espanhola. Ribeiro compartilha desta visão e ainda argumenta que as bulas foram o “fundamento primeiro, de todos os direitos de propriedade e de todo o processo de avassalamento das massas trabalhadoras” (apud PONTIN, 2012, p.179).

Isso significava que esses documentos surgiram como mais um instrumento de dominação, pois a propriedade legitima o controle. Esse conceito de propriedade casa-se com o advento da ciência mecanicista, a qual fomenta o controle sobre a natureza e sobre os organismos vivos. Os saberes ancestrais se opõem a tais ideais, pois reconhecem o valor intrínseco de cada ser e ao conceberem a si mesmos como filhos da Terra e parte integrante da natureza desenvolvem um senso de propriedade coletiva. A natureza não pertence mais ao indígena do que a outros seres que também dependem

dela para sobreviver. Se as bulas papais outorgaram a propriedade do território americano, a ciência mecanicista e reducionista deram ao ser humano a propriedade da Terra. Nos dias de hoje esses padrões se ampliam com a biotecnologia e os direitos de propriedade intelectual que implicam em um controle corporativo hegemônico e na uniformização biológica. A propriedade coletiva dos povos tradicionais permitem benefícios coletivos, já as propriedades privadas, deste contexto, geram o controle explorador sobre a natureza, animais e humanidade.

Desde o século XVI os conhecimentos ancestrais e a natureza dos países que hoje são chamados de subdesenvolvidos são apropriados pelos que detém o poder. Mesmo os saberes tradicionais sendo responsáveis por diversas inovações tecnológicas como as sementes transgênicas sua validade cognitiva não é reconhecida. Tais conhecimentos milenares são roubados por multinacionais que ao patentear-los impede a perpetuação desses conhecimentos pelas as próprias comunidades que os criaram. A destruição da natureza dos países de terceiro mundo tem proporcionado o desenvolvimento econômico de corporações e nações que passam a se apropriar e controlar os recursos naturais como o solo, as águas, e o ar.

Dussel (1994) argumenta que a ‘Europa Ocidental’ (parte da qual segundo a definição do autor estão incluídas Espanha e Portugal) do século XV possuía uma posição periférica no mundo, que era dominado pelos reinos mulçumanos, e que a posição de centralidade do continente passou a ser construída a partir de 1492 quando se marcou, segundo a análise do autor, o início da Modernidade. Dussel ainda argumenta que a partir desta data inaugura-se a chamada “experiência do ego europeu” (DUSSEL, 1994, p. 104), da soberania de sua cultura e conhecimento, ou seja, o modo de vida e pensamento europeu passa a ser mundialmente aceito como absoluto e superiores aos demais.

Este ego europeu do qual fala Dussel foi concretizado nos séculos XVI e XVII a partir da revolução científica que ratifica a relação entre o ser humano com a natureza, com outros seres vivos, e até mesmo com outros seres humanos como objetos. Os objetos são úteis apenas quando trazem algum benefício para quem o possui e quando não trazem mais benefícios podem ser descartados. Não existe um relacionamento real com os objetos, já que um relacionamento implica trocas mútuas, implica reciprocidade. Assim um pedaço de terra pode ser manipulado pelo agronegócio e monocultivos, mas quando estes causam o esgotamento do solo, o desequilíbrio do ecossistema, a extinção de espécies e etc essa responsabilidade não é assumida pelo homem que causou o

desequilíbrio. A crise ecológica deste modo pode ser compreendida pela falta de um relacionamento baseado na reciprocidade com a natureza, por isso Leonardo Boff (2010) defende que a civilização inaugurada neste período está baseada em uma verdadeira declaração de guerra contra a Terra,

A invenção da ciência experimental e sua tradução por fórmulas matemáticas implicavam uma virulenta intervenção nos ritmos naturais, no intento de conhecer-lhes as leis e transformá-las numa operação tecnológica, a serviço do progresso e do bem estar humano. Tratava-se de domesticar a natureza selvagem e submetê-la aos propósitos do poder (BOFF, 2012, p. 7).

E.F. Schumacher, (apud CAPRA, 1995, p. 174) explica o desenvolvimento do novo panorama científico, argumentando que foi o rompimento entre a “ciência voltada para o entendimento” que pode-se chamar sabedoria” e a “ciência voltada para a manipulação”. As culturas tradicionais do globo buscam compreender o universo e suas leis, entretanto a partir desse entendimento agem de forma que coopere com o equilíbrio do todo. O paradigma da dominação e do controle, que passaria a nortear as reações do mundo moderno teve os seus principais expoentes em nomes como: Isaac Newton e sua teoria matemática experimental, a filosofia de René Descartes e o pensamento científico postulado por Francis Bacon (CAPRA, 1982).

Para desenvolver um entendimento dos fenômenos complexos, de acordo com o reducionismo, é necessário reduzi-los a seus componentes básicos analisando mecanicamente a sua organização e interação. (CAPRA, 1982). Francis Bacon afirmava: “O conhecimento em si é poder” e Descartes que compartilhava destas ideias, postulou: “o objetivo da ciência é o controle e o domínio da natureza” e o conhecimento científico deveria ser usado para que o homem se tornasse “senhor e dominador da natureza” (CAPRA, 1982, p. 47).

Foi Isaac Newton quem consolidou o pensamento cartesiano unindo as teorias desenvolvidas por Descartes e Bacon e desenvolveu um método que passou a guiar as ciências naturais. Sobre as suas contribuições para pensamento científico, Frijot Capra explica:

Newton desenvolveu uma completa formulação matemática da concepção mecanicista da natureza e, portanto, realizou uma grandiosa síntese das obras de Copérnico e Kepler, Bacon, Galileu e Descartes. A física newtoniana, a realização culminante da ciência seiscentista, forneceu uma consistente teoria matemática do mundo, que permaneceu como sólido alicerce do pensamento científico até boa parte do século XX. (CAPRA, 1982, p. 49).

Esse modelo de pensamento passou a integrar um sistema dominante que segundo Vandana Shiva se trata de um sistema local que invadiu o mundo o que pode

ser caracterizado como uma colonização intelectual. A autora define essa homogeneização intelectual como a monocultura da mente que posteriormente “é transferida à outras áreas da vida humana, gerando modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam a esta como progresso crescimento e melhoramento” (1993 apud RETAMALES, 2000, p. 43). Esse dito progresso está levando o mundo ao colapso, entretanto a homogeneização do conhecimento impossibilita a busca por alternativas. Isso significa que as chaves para contornar as crises do mundo atual não podem ser encontradas nos sistemas de pensamento científico, político e econômico que as gerou. A diversidade e a troca de conhecimentos são essenciais para buscar soluções.

O progresso atual relaciona-se ao avanço tecnológico e ao industrialismo, sendo que, para Giddens (apud LENZI, 2003) este último é a principal causa pela crise ambiental moderna . Um ponto importante a ser analisado para o autor é a substituição da tradição, como mediadora do relacionamento entre o homem e a natureza, pela mediação dos sistemas peritos, os quais se tratam da junção entre conhecimento (ciência), tecnologia e poder institucionalizado (profissionais e especialistas) (LENZI, 2003). Giddens utiliza como exemplo os camponeses das sociedades pré-modernas, e analisa que a prevalência da tradição permitia ao ser humano uma “inter-relação íntima e cognitiva com a natureza” (LENZI, 2003, p. 09). Segundo Vandana Shiva o conhecimento moderno encobre os saberes e modos de vida tradicionais e posteriormente se traduzem nas formas de produção, como os monocultivos, os quais competem com a biodiversidade (ALMEIDA, 2014, p. 99). Utilizando o exemplo dos monocultivos pode-se dizer que o que antecede a mediação do relacionamento entre homem e natureza pelos sistemas peritos apontados por Giddens é a imposição hegemônica do conhecimento científico moderno deste provem a tecnologia e a especialização.

O sistema agroalimentar sofre grandes pressões na atualidade e está sendo dominado por corporações que impedem a soberania alimentar, a qual implica na independência com relação ao sistema dominante. As sementes transgênicas patenteadas por corporações são vendidas como sementes de elite e a agricultura tradicional, assim como o conhecimento que ela incorpora, passa a ser vista como atrasada e primitiva. Entretanto os cultivos tradicionais, orgânicos e rotativos são capazes de manter a ecologia e incrementar a biodiversidade, enquanto que os monocultivos e os transgênicos resultam no oposto. A biotecnologia está ligada ao conhecimento científico moderno, soberano na atualidade, o qual segundo Hugh Lacey se trata do “tipo de

investigação que leva à expansão da nossa capacidade de exercer controle sobre os objetos naturais” (2000, p. 56).

Francis Bacon argumentava em favor da superioridade humana sobre a natureza dizendo que esta deveria ser “obrigada a servir, escravizada, reduzida a obediência” e que era preciso “extrair da natureza sob tortura todos os seus segredos” (CAPRA, 1982, p.42) Se as culturas tradicionais entendiam que a vida e sobrevivência de seu povo dependia da mãe Terra, o homem moderno guiado pelo pensamento europeu da revolução científica passaria a ser dependente apenas de sua própria ganância. A tentativa de controlar a natureza não se sustenta, pois ela mais do que nunca parece estar fora de controle, provocando inundações, secas, aquecimento global, e etc. Na realidade esses fenômenos apontam para a necessidade do ser humano voltar a ter responsabilidade sobre suas ações. Como defende Giddens, muitos dos perigos da atualidade “se mostrariam como um resultado da intervenção humana sobre o meio ambiente por meio dos sistemas peritos” (apud LENZI, 2003, p. 10).

Em busca do poder e do acúmulo de riquezas o homem ocidental pregou: a natureza deve ser “acossada em seus caminhos” (CAPRA, 1995, p.183), mas o velho sacerdote, Oglala Sioux, no livro de Joseph Campbell advertiu que “aquele que viaja por esse caminho [...] é extraviado, o homem governado pelos sentidos, que vive para si mesmo, e não para seu povo”. (apud CAMPBELL, 1997, p.106) A sabedoria ancestral não pode se submeter aos cálculos da teoria de Newton, entretanto os povos nativos sabiam que promover a escravidão da terra, para atingir objetivos que beneficiariam a alguns homens, desencadearia a ruína e a miséria do próprio ser humano. É a imagem do homem devorado por serpentes da qual fala o velho sacerdote “Todo homem apegado aos sentidos e às coisas deste mundo [...], vive na ignorância e está sendo consumido pelas serpentes, que representam suas próprias paixões” (CAMPBELL, 1997, p.101).

O sistema dominante atual incentiva o homem a deixar por onde passar um rastro de destruição e morte, o que ocorre das esferas institucionais às esferas mais individuais da vida humana. Em contrapartida os indígenas orientam: “[...] andarás sobre a Terra, porque a Terra é tua Avó e Mãe, e ela é sagrada. Cada passo que deres sobre ela dever ser dado como uma prece” (CAMPBELL, 1997, p. 97).

A linguagem característica que Bacon usava quando se referia à natureza provinha de sua função como procurador geral do rei Jaime I (CAPRA, 1995), sendo expressões que ele frequentemente utilizava nos tribunais das caças às bruxas. Capra

utilizando os argumentos de Carolyn Merchant explica que Francis Bacon no desenvolvimento da teoria do empirismo da ciência fez a união de dois conceitos, o primeiro sobre a concepção mecânica do universo e o segundo sendo postulado de uma sociedade patriarcal (CAPRA, 1982). De acordo com a análise de Merchant, Capra e Shiva existe uma estreita relação entre a exploração da natureza, junto ao postulado mecanicista, e a exploração da mulher, com a consolidação da sociedade patriarcal.

Capra analisa essa opressão de acordo com a tradição do Tao. Ele explica que de acordo com esses saberes milenares existem de dois polos de forças, Yin que se relaciona com o feminino, a sabedoria intuitiva, consciência ecológica, a cooperação e Yang a qual é relacionada com o masculino, baseado no conhecimento racional, analítico e expansivo. Com a ascensão do pensamento cartesiano e do controle patriarcal o lado Yang se sobressaiu, provocando o domínio e opressão do lado Yin, relativo ao cuidado. Yin e yang são polos de um mesmo todo e interagem continuamente entre si em um processo cíclico e dinâmico. A ordem natural é expressa pelo equilíbrio dessas duas forças (CAPRA, 1982). Nota-se que, a realidade em um estado saudável, não existe a ruptura ou a hipervalorização de um dos polos. Esse equilíbrio se dá no equilíbrio do cosmos como também no equilíbrio individual de cada ser.

“Essa ênfase, sustentada pelo sistema patriarcal e encorajada pelo predomínio da cultura sensualista durante os três últimos séculos, acarretou um profundo desequilíbrio cultural que está na própria raiz de nossa atual crise — um desequilíbrio em nossos pensamentos e sentimentos, em nossos valores e atitudes e em nossas estruturas sociais e políticas.” (CAPRA, 1982, p. 28)

O polo Yang se identifica com o imperativo imposto pela ciência moderna, cartesiana na qual o homem identifica-se com a mente linear, já que o polo Yang corresponde à mente racional, a qual o homem passa a identificar-se com o pensamento cartesiano. O predomínio dessa característica obstrui a ação do polo Yin, o qual possibilita o conhecimento holístico que é imperativo para a consciência ecológica (CAPRA, 1982), que por sua vez é presente em diversas tradições místicas.

O equilíbrio descrito pelo Tao também é encontrado em culturas ameríndias como é o caso dos povos andinos que compreendem a dualidade, sabendo que esta faz parte do chamado ‘principio vital’ (BRUN, 2009, p. 87). Tal dualidade não é vista como causa de conflitos, pelo contrário, ela é a causa de uma interação na qual todos os seres se complementam, permitindo um fluxo de interação contínuo. Essa constante interação equilibrada permite o funcionamento harmônico do todo. A identificação com a mente

linear substitui a identificação do homem com o todo, cria o antagonismo homem-natureza que ratifica a visão desta última como objeto. Para possibilitar a exploração da natureza e seus elementos fez-se necessário que ela fosse concebida apenas como uma máquina e fonte de matérias primas. Carolyn Merchant, explica:

A imagem da terra como organismo vivo e mãe nutriente serviu como restrição cultural, limitando as ações dos seres humanos. Não se mata facilmente uma mãe, perfurando suas entranhas em busca de ouro ou mutilando seu corpo. (...) Enquanto a terra fosse considerada viva e sensível, seria uma violação do comportamento ético humano levar a efeito atos destrutivos contra ela (apud CAPRA, 1982, p. 47).

As práticas de opressão dos conhecimentos originários e a exploração da natureza foram legitimadas pelo pensamento cartesiano e posteriormente pela tecnologia e poder institucionalizado o que resulta em efeitos desastrosos nas esferas política, econômica, ambiental e social. Este paradigma precisa ser mudado, pois não pode contornar e propor soluções efetivas para as crises atuais. De acordo com Capra “Essa perda de flexibilidade é acompanhada de uma perda geral de harmonia, levando à eclosão de discórdia e ao caos social” (CAPRA, 1982, p. 396). Dentre os mais pessimistas uma mudança social profunda pode parecer utópica primeiro por um comodismo geral e segundo pela resistência das instituições dominantes. Entretanto essas últimas, mesmo que sustentem seus ideais ultrapassados por algum tempo, irão acabar se dissolvendo pela insustentabilidade intrínseca de sua lógica (CAPRA, 1982). Outro ponto que possibilitaria a mudança é a conscientização que a proteção ambiental e o bem-estar da humanidade estão ligados e que a própria lógica que guia as ações humanas, no seu modo de vida e de consumo, destrói a natureza causa os desequilíbrios no homem moderno. Nesse sentido Giddens aponta que:

a questão de “como viveremos?” estaria implicada nos conflitos sobre preservação ambiental, isso nos remeteria à necessidade de “deliberar, de uma forma aberta e pública, de que maneira a restauração social e ambiental poderia estar ligada à busca de valores positivos de vida (apud LENZI, 2003, p.15)

Nesse sentido não se trata de culpar as instituições modernas e anular a responsabilidade dos indivíduos que podem uma postura de vitimização e conseqüentemente acomodada com relação aos problemas do mundo. São necessárias mudanças no modo de vida geral da sociedade moderna, que atualmente coopera com o poderio das instituições modernas, o que fica explícito nos padrões de consumo gerais e principalmente às escolhas alimentares. Essa é uma das vertentes do Pacto Mundial Consciente que trata do consumo consciente como uma de suas bases de ação.

## **2 SOCIEDADE MODERNA: RELACIONAMENTO COM OS POVOS NATIVOS E MEIO AMBIENTE**

Com a chegada dos invasores do velho mundo ao continente americano foi inaugurado um período regido pela devastação e exploração da terra e pela opressão e massacre dos povos nativos. Calcula-se que no início do século XVI viviam na América de setenta a noventa milhões de indígenas, os dados apontam que apenas um século e meio depois da chegada dos europeus essa população foi reduzida a um total de 3,5 milhões (GALEANO). Tal perseguição trata-se de uma guerra declarada aos indígenas e ao conhecimento que incorporam, em favor da ascensão do pensamento mecanicista e reducionista de domínio, controle e exploração da natureza.

Na época foram expedidos documentos os quais legitimavam a ocupação e colonização dos territórios recém-encontrados, como a carta de privilégio entregue a Cristóvão Colombo pela coroa espanhola e as bulas papais intercaetera expedidas pela igreja em 1493. Vandana Shiva (2001) caracteriza essas concessões como a legitimação do roubo e da pirataria, pois foram outorgados ao poder dos monarcas da Europa territórios que já estavam ocupados pelos povos nativos. Desta forma os conquistadores obtiveram total liberdade para descobrir, ocupar, colonizar e subjugar o território e a população da América.

Os povos originários tinham um modo de viver sustentável por considerar as inter-relações que compõe a natureza e por reconhecer a sua capacidade de auto-organização, portanto eles agiam em conformidade com as leis e ciclos naturais da terra perpetuando um constante equilíbrio. Suas tradições conservavam a ecologia e mantinham um relacionamento responsável, sensível e criativo com a terra. Entretanto o conhecimento moderno marcou a passagem da concepção de terra mãe para terra nullius, que além de negar a vida e a capacidade de regeneração da natureza, permitiu que os colonizadores considerassem o território americano como vazio de habitantes originais e negar que estes possuíam direitos. Essa concepção permitiu o colonizador remover os povos nativos, os quais eram vistos como parte da fauna e transformar a natureza em fonte de matérias primas e riqueza (SHIVA, 2001).

Com a base nos argumentos da ciência moderna a percepção do homem como ser uno com a natureza foi reduzida à simples superstição ou misticismo, o que sustenta uma sociedade que faz da busca por riquezas a meta da vida e se identifica com a mente linear. A realização pessoal está relacionada com a quantidade de bens materiais adquiridos, o acúmulo desses bens fomenta atos egoístas que baseados na competição,

geram conflitos, os quais podem ser observados nas esferas individuais, como nos relacionamentos profissionais e, em maior escala, na competição entre empresas por monopólio de mercado. Além disso, a identificação com a mente linear impede que as pessoas tenham consciência a cerca da responsabilidade de suas ações, as considerando como fatores isolados, fragmentadas do todo, o que conduz à desarmonia com o meio ambiente e com outros seres.

Nesse sentido, as condutas sustentáveis e ecológicas foram minadas, pois estas se inserem em um contexto de percepção holística que reconhece a ciclicidade dos fenômenos. Nas sociedades modernas não há a preocupação com as consequências da excessiva exploração dos elementos naturais, necessária à acumulação capitalista, bem como pelas grandes quantidades de resíduos geradas pela produção e consumo de produtos industrializados. Essa visão de mundo holística vai ao encontro dos ideais sustentados pelos povos originários, os quais entendem que condutas em harmonia com o meio ambiente são necessárias para o bem estar individual e coletivo.

O advento das concepções mecanicistas e reducionistas de mundo instaurou o modo pelo o qual a sociedade ocidental passou a se relacionar com a terra, com os diversos seres vivos e elementos. Esses modelos científicos passaram a dar as bases para a exploração da natureza, fragmentando-a. A vida foi reduzida a um mecanismo passível de manipulação e o conhecimento foi reduzido ao que a ciência mecanicista é capaz de explicar. A sociedade, condicionada por esta visão de mundo, é indiferente com relação à opressão e massacre dos povos nativos. Além disso, os conhecimentos e modo de vida dos indígenas são desprezados, como ilustra o poema, Los Nadies, de Eduardo Galeano:

Que no son, aunque sean. Que no hablan idiomas, sino dialectos. Que no profesan religiones, sino supersticiones. Que no hacen arte, sino artesanía. Que no practican cultura, sino folklore. Que no son seres humanos, sino recursos humanos. Que no tienen cara, sino brazos. Que no tienen nombre, sino número. Que no figuran en historia universal, sino en la crónica roja de la prensa local. Los nadies que cuestan menos que la bala que los mata (GALEANO, Poema Los Nadies<sup>1</sup>).

Vandana Shiva em seu livro intitulado “Biopirataria, a pilhagem da natureza e do conhecimento” demonstra que a colonização e indiferença a esses povos e à natureza se perpetua e aprofunda na atualidade. O papel dos colonizadores é representado agora pelas corporações transnacionais. A ciência reducionista ganha seu apogeu com a

---

<sup>1</sup> disponível em: <<http://www.losnadies.com/poem.html>>

engenharia genética e o controle e exploração da vida passam a ser legalizados pelas patentes autorizadas pelo Direito de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trade Related Intellectual Property Rights, TRIPs) que fornece às empresas a liberdade de se apossarem de recursos naturais e conhecimentos tradicionais, os quais representam fontes de lucro. Martin Kohr explica os objetivos do acordo que "foi elaborado com o apoio ativo de grandes empresas para promover seu domínio tecnológico e obter maiores margens de lucros mediante a obtenção do monopólio" (apud ZANIRATO; RIBEIRO, 2007, p. 46).

Para a imposição de um novo sistema econômico que surgia na Europa do século XVI, era conveniente que a terra fosse reconhecida como um organismo morto. A exploração dos territórios americanos teve como consequência proporcionar ao velho mundo o acúmulo de capital necessário para a ascensão capitalista. O imperativo para o desenvolvimento deste sistema econômico foi o roubo dos recursos da América Latina e o avassalamento da terra e dos nativos, o que posteriormente resultou no chamado subdesenvolvimento do continente (GALEANO). O capitalismo requer o crescente acúmulo de riquezas, portanto faz-se necessário a crescente colonização e controle das diferentes formas de vida e sociedades. Amparado pela ciência reducionista a colonização é exercida nas florestas, rios, oceanos, atmosfera e, atualmente, também nos mínimos espaços da vida, ou seja, nos códigos genéticos de plantas, animais e seres humanos (SHIVA, 2001). Depois de serem modificados pela técnica, estes podem ser apropriados pelas empresas que se valem dos direitos de propriedade intelectual.

“A conservação da biodiversidade no nível mais fundamental é o reconhecimento ético de que outras espécies e culturas tem direitos de que seu valor não deriva da exploração econômica de um pequeno grupo de indivíduos privilegiados. O patenteamento e posse de formas de vida representa, do ponto de vista ético, um posicionamento contrario a isso” (SHIVA, 2001, p.149).

Se há quinhentos anos os territórios dos povos nativos foram roubados pelos colonizadores, agora os conhecimentos tradicionais e os recursos da natureza são usurpados e patenteados, pois desta forma representam fontes de lucro e meios de imposição do poder das grandes corporações. O Nim, por exemplo, é uma planta indiana que através de experimentações, estudos e observações desenvolvidos pelas comunidades locais foi descoberta a sua eficácia como pesticida e no tratamento de doenças. Essa planta que é utilizada pelos povos tradicionais há dois mil anos foi patenteada por empresas que vislumbraram em sua aplicação a possibilidade de lucros entre produtores agrícolas que não desejam usar componentes químicos em seus

cultivos (SHIVA, 2001). Ou seja, a partir das descobertas feitas pelo conhecimento tradicional, as quais eram utilizadas para o bem coletivo, foi desenvolvido um produto e patenteadas as propriedades da planta, criando um monopólio de uso e beneficiando apenas às empresas.

Casos como o do Nim são caracterizados como biopirataria e neocolonização. A partir dos direitos de propriedade intelectual, as empresas passam a se apropriar de recursos naturais, conhecidos e melhorados pelos conhecimentos tradicionais, e os patenteiam como se fossem suas invenções. Outro caso de biopirataria é do arroz bismat. Em 1998, Vandana Shiva, (apud ZILLER, 2012) descobriu que este grão, o qual é muito famoso no vale Dun, na Índia, foi patentado por uma empresa do Texas, chamada Rice Tech que defendia que a planta, o arroz, o aroma e a forma de cozimento eram invenções da empresa. A patente outorgava à corporação o monopólio desta semente e assim proibia seu plantio pelos agricultores que há séculos a cultivavam. É um processo que nega a capacidade criativa das comunidades tradicionais e as impedem de perpetuar o processo de seleção e troca de sementes, praticado por agricultores e povos indígenas, que assim preservam e incrementam a biodiversidade, além de estabelecer um relacionamento cooperativo entre as comunidades. As patentes proíbem os agricultores de guardar e trocar sementes, uniformiza a produção, o que impede a seleção de novas espécies, ou seja, tal monopólio torna-se um inimigo da biodiversidade. Portanto Vandana Shiva argumenta:

Resistir à biopirataria é resistir à colonização final da própria vida – do futuro da evolução como também do futuro das tradições não ocidentais de relacionamento com e conhecimento da natureza. É uma luta para proteger a liberdade de evolução de culturas diferentes. É a luta pela conservação da diversidade, tanto cultural quanto biológica (SHIVA, 2001, p. 28).

A biodiversidade vista sob o ponto de vista econômico é transformada em fonte de matérias primas para a fabricação de produtos comerciáveis, ou seja, é compreendida apenas como fonte de riquezas e assim posta sob o controle das corporações (SHIVA, 2001). As tradições que agem de forma a cultivar e expandir a diversidade ecológica são ameaçadas e oprimidas, seus conhecimentos por um lado dão as bases para os produtos patenteados e por outro são julgados como primitivos. A preservação do modo de vida e dos conhecimentos dos povos nativos está ligada à preservação da própria biodiversidade.

A biodiversidade é protegida pelo florescimento da diversidade cultural. Utilizando sistemas de conhecimento indígenas, as culturas criaram economias e sistemas de produção descentralizados que usam e reproduzem a biodiversidade. As monoculturas, em contrapartida, que são produzidas e

reproduzidas por meio de um controle centralizado, consomem a biodiversidade (SHIVA, 2001, p. 98).

Convergência da inteligência humana com a inteligência da natureza se expressa na biodiversidade e abundância de recursos. Nas comunidades tradicionais as sementes e os conhecimentos eram trocados livremente como presentes (SHIVA, 2001). Esse sistema permite que na Índia, por exemplo, sejam encontradas mais de duzentas mil espécies de arroz, mil e quinhentas variedades de manga e centenas de milhares de tipos de bananas (ZILLER, 2012). As parcerias e a cooperação impulsionavam a criatividade, entretanto a ciência reducionista que marca a fragmentação do mundo e do pensamento humano minam essas práticas, impondo um controle cultural e biológico e ainda incentivando o individualismo e a competição.

O sistema de patentes é uma expansão da colonização que afetou os povos indígenas em 1500 e agora põe em risco a vida da humanidade, pois ameaça a biodiversidade, além de ser uma forma de controle autoritário. O sistema econômico atual está regido com bases nos princípios da exploração e da desigualdade de direitos. Capra explica: “A economia atual é fragmentária e reducionista, restringindo-se a uma análise puramente quantitativa e recusando-se a enxergar a verdadeira natureza das coisas” (1988, p. 171). Assim nega-se o valor ecológico dos recursos naturais o que gera a própria crise econômica e as crises ambientais e sociais. Se esse sistema já tem gerado tantas crises no mundo atual, a ampliação de sua capacidade de controle e exploração, com os DIP (direitos de propriedade intelectual), promete, além de ampliar as crises, destruir o modo de vida e o conhecimento dos povos nativos e demais formas de organização alternativas, as quais não possam ser controladas e manipuladas de acordo com os interesses corporativos.

Os saberes ancestrais e o estilo de vida dos povos indígenas podem representar alternativas ao sistema econômico atual, o qual fomenta a destruição da vida humana. Sendo assim esses saberes precisam ser protegidos e valorizados, o que para Vandana Shiva implica: “uma contínua disponibilidade acesso a ele por parte das gerações futuras” (2001, p.104 ). Em sua abordagem a autora dá ênfase à proteção e fomento aos conhecimentos nativos e tradicionais relacionados principalmente às práticas agrícolas e às medicinas naturais, saberes que são os principais alvos da biopirataria e acrescenta que,

Precisamos mudar para um paradigma econômico alternativo que não reduza todo e qualquer valor a preços de mercado e toda e qualquer atividade

humana ao comércio [...]. Do ponto de vista ecológico isso significa reconhecer o valor da biodiversidade em si (SHIVA, 2001, p. 104).

Para as comunidades indígenas a relação com os recursos naturais é de respeito e reciprocidade, reconhecendo sua importância. Compreendem que uma semente tem a capacidade de produzir os alimentos que são necessários para a comunidade. Desta forma a vida é reverenciada em suas diferentes manifestações e, portanto protegida. Na modernidade as relações são mecanizadas, as sementes são modificadas nos laboratórios, semeadas e cultivadas por meio de máquinas, sem contar os insumos químicos que tornam a produção tóxica para o meio ambiente e para a população. Se por um lado os cultivos comunitários tem o objetivo de alimentar muitos e como resultado incrementam a biodiversidade, por outro as monoculturas e as patentes representam o objetivo de enriquecer a poucos e semeiam homogeneidade e um controle hegemônico.

A biodiversidade deve ser reconhecida como um bem coletivo e não como a propriedade de uma empresa. O direito de posse é alegado pela habilidade desenvolvida pela ciência moderna de fragmentar os organismos vivos e mudar seus genes de lugar, a ciência não pode de fato criar um novo gene, entretanto essa habilidade de modificar uma partícula se traduz como o direito de posse e controle do organismo inteiro. (SHIVA, 2001). As patentes negam a criatividade da natureza, bem como rouba o conhecimento tradicional que possibilita as ditas descobertas científicas. Isso ocorre principalmente nas indústrias agrícolas e farmacêuticas, o que é evidenciado pelos dados apresentados por Shiva:

Dos 120 princípios ativos atualmente isolados de plantas superiores, e largamente utilizados pela medicina moderna, 75% tem utilidades que foram identificadas pelos sistemas tradicionais. Menos de doze são sintetizados por modificações químicas simples e o resto é extraído diretamente da planta e depois purificado (2001, p. 101).

Para que a biodiversidade seja preservada é preciso que as formas de vidas que se baseiam em uma economia descentralizada e movida pela diversidade sejam protegidas dos sistemas de patentes e da exploração industrial e ainda que sejam ampliadas em seu alcance (SHIVA, 2001). Esse é o caso, por exemplo, das comunidades indígenas e dos agricultores que se recusam a aceitar o monocultivo e as sementes transgênicas. Em uma comunidade indígena a preservação da biodiversidade é um imperativo, bem como a reprodução de seus conhecimentos e modo de vida, o que implica em sua autonomia com relação ao sistema hegemônico imposto pelas corporações. Entretanto são justamente esses povos que são atacados pelos interesses das empresas, pois seus territórios e conhecimento representam as maiores fontes de

lucro. O sistema de conhecimento dos nativos, os bosques, as plantas, os rios, a biodiversidade, as sementes, precisam ser reconhecidos e protegidos. Os valores dos povos nativos que regem o modo pelo qual se relacionam com a natureza precisam ser fortalecidos e valorizados para que a biodiversidade possa ser preservada.

A globalização dos sistemas de patentes e dos DIP é uma expansão do paradigma econômico que tem causado a deterioração ecológica e contribuído para extinção das espécies. Quando comunidades nativas são inseridas nesse paradigma, ocorre uma destruição irreversível de uma diversidade cultural que poderia ter fornecido os valores de uma organização econômica alternativa (SHIVA, 2001, p.105).

Nota-se que o objetivo principal daqueles que colonizam é adquirir riquezas que se traduzem em poder, quanto mais controlarem as pessoas e a natureza mais poder e riquezas acumularão. A adoção da ciência reducionista é explicada justamente por permitir o controle econômico e político, o qual se torna inimigo da diversidade biológica e cultural. O pensamento mecanicista permitiu que a visão do ser humano como parte integrante da natureza fosse subjugada e criou um imaginário de inferioridade com relação às culturas ancestrais. Atualmente a valorização tecnológica ratifica esta lógica de inutilidade do modo de vida nativo, enquanto que o processo de patenteamento dos recursos naturais usurpa seus conhecimentos.

A visão de mundo holística sustentada pelos nativos é encoberta pela hegemonia da ciência moderna que estipulou uma relação mecânica com a terra e com as diferentes formas de vida. Essa base científica torna-se fundamental para a exploração capitalista e à essa fragmentação se deve o surgimento das crises atuais, principalmente no que diz respeito à ecologia e à saúde, pois parte do pressuposto que o ser humano pode construir o mundo, intervindo na natureza e transformando-a de acordo com interesses econômicos. Schumacher explica as contribuições da ciência moderna:

A civilização ocidental está baseada num erro filosófico, o de que a ciência a manipuladora é a verdade. E foi a física que gerou e perpetuou esse erro. Foi a física que nos colocou na enrascada em que estamos hoje. Para ela, o grande cosmo não é senão um caos de partículas sem propósito ou significado; e as consequências desse ponto de vista materialista podem ser sentidas em toda parte. Hoje a ciência se ocupa, antes de mais nada, daquele conhecimento útil à manipulação e a manipulação da natureza quase invariavelmente leva à manipulação de pessoas (SCHUMACHER apud CAPRA, 1995, p. 174).

Para contornar as crises do mundo atual Vandana Shiva (2001) defende que a estrutura da biodiversidade deve passar a guiar o pensamento econômico. A natureza não pode ser controlada de acordo com o que gera mais capital. Ela passa por ciclos de regeneração, possui a capacidade de auto-organizar-se e inter-relações complexas que o

reducionismo não leva em consideração. Esse ponto de vista de controle em busca de lucro deve ser substituído por um ponto de vista sustentável que permite o desenvolvimento de uma relação dinâmica com a natureza. De acordo com Shiva essa relação “nos forma a reconhecer as desarmonias e harmonias em nossa relação com a natureza. Compreender e perceber conexões e relações é o imperativo ecológico” (2001, p.90). Essa forma de relacionamento entre o ser humano e a natureza remonta seu vínculo rompido pelo mecanicismo e reestabelece um diálogo criativo entre ser humano e a terra, do qual provém a verdadeira sustentabilidade.

Neste aspecto, os valores e saberes ancestrais podem trazer grandes contribuições e aprendizados à sociedade moderna, pois essa relação harmoniosa e criativa com a natureza é a base do modo de viver dos povos nativos. Esses conhecimentos têm sido ameaçados desde o século XVI, primeiramente pelos ideais inquisitórios da igreja que defendia a existência de uma única fé e tinha o objetivo de extinguir a diversidade de manifestações religiosas e culturais. Depois a ameaça se fez pela revolução científica que postulou uma única maneira de conhecer e se relacionar com o mundo. As próprias crises geradas pela sociedade moderna têm apontado para a necessidade de mudança desses paradigmas e os conhecimentos ancestrais começam a sair do esquecimento quando estudiosos e ativistas passam a encontrar no passado possíveis soluções para o futuro.

Há um crescente número de publicações exibindo a riqueza, a variabilidade, a versatilidade, a sensibilidade às questões relativas à sustentabilidade, à solidez empírica (que não é solapada por estar em sintonia com os interesses e os valores de grupos culturais particulares), e à abertura ao desenvolvimento mediante a pesquisa empírica sobre o conhecimento tradicional e indígena (LACEY, 2012, p. 447).

O conhecimento e a forma de se relacionar com a terra que faz parte das tradições originárias, possibilitam trocas equilibradas com a natureza que são intrinsecamente sustentáveis, se trata de um conhecimento voltado para o bem estar coletivo e para a cooperação, bem como para a manutenção da diversidade da vida. Além de proteger a biodiversidade esses povos, por sua maneira de atuar e pela livre troca de conhecimentos a incrementavam.

O sistema de pensamento que rege a economia moderna, a qual fomenta os relacionamentos com os seres vivos como se fossem matérias mortas, manipulando-os e mercantilizando-os precisa ser substituído. Esse tipo de interação, focada na exploração, se manifesta nas mais diversas esferas. É o que acontece com os animais que viraram meros produtos “encurralados ou engaiolados em galerias de alimentação automática”

(CAPRA, 1982, p.236). Pelos valores capitalistas que exigem a maior produção no menor tempo os animais são submetidos à modificações genéticas que causam doenças e sofrimento, como por exemplo nos porcos que inserem genes humanos e assim o animal atinge um peso superior ao que suas pernas podem aguentar (SHIVA, 2001). O crescimento acelera, os lucros aumentam e a vida é desprezada. Atualmente 190 animais geneticamente modificados estão esperando por ser patenteados por grandes empresas (SHIVA, 2001).

O relacionamento com a terra também é mecanizado e esquecido. Nas zonas de plantio as lavouras são industrializadas como um sinônimo de prosperidade e são vendidos cada vez mais insumos químicos e sementes transgênicas. Galeano defende: “Os símbolos da prosperidade são os símbolos da dependência.” (GALEANO, p.173). A interação com a terra é desligada ao mesmo tempo em que é criado um vínculo de dependência com os empreendedores. O objetivo é o aumento da produtividade e assim o ser humano cria estratégias de controle da natureza, as quais interferem nos ciclos naturais. A terra dá os frutos, mas o ser humano retribui de forma hostil. A perda da biodiversidade e a coerção das tradições que não se enquadram neste sistema é um imperativo.

A preservação da biodiversidade e da diversidade intelectual e cultural estão intimamente ligadas e são ameaçadas pelos direitos de propriedade intelectual que negam a ação criativa das populações tradicionais e da natureza. Shiva caracteriza o sistema de patentes como a ‘monocultura do conhecimento’(2000, p. 31), pois restringe o processo de invenção, o qual torna-se limitado aos laboratórios científicos. Além disso, se traduz em uma ferramenta de controle, já que impede a livre troca de conhecimentos que estimula a criatividade e acaba produzindo maior diversidade de inovações (SHIVA, 2001).

A biotecnologia promove a colonização daquilo que é livre e autônomo [...]. Os movimentos contra os TRIPs e patentes da vida são movimentos para proteger a criatividade da natureza e de outros sistemas de conhecimentos. É da conservação dessa criatividade que depende o nosso futuro (SHIVA, 2001, p.69).

Vandana Shiva (2001) explica que o livre comércio, as patentes e as modificações técnicas produzidas pela engenharia genética podem ser entendidas como a ‘a segunda chegada de Colombo’. Segundo a autora trata-se de uma segunda colonização que se dá de forma mais ampla e profunda. As patentes defendem o direito dos colonizados de ontem e de hoje em ocupar espaços já ocupados por outros povos e

manipular os recursos naturais. Além disso, é difundida a ideia de que essas práticas representam avanços para o desenvolvimento do país e que trará benefícios para todos, quando, na realidade, esses acordos apenas levam em conta os interesses privados, isso quer dizer que “a segunda restrição dos DPI é que eles são reconhecidos apenas quando o conhecimento e a inovação geram lucro e não quando satisfazem necessidades sociais” (SHIVA, 2001, p.32).

Os valores das sociedades ancestrais foram substituídos pelo que é valioso segundo os padrões da economia moderna, o primeiro prioriza a cooperação e a coletividade e o segundo a competição e o individualismo. As corporações são os principais meios de ação deste modelo que coloniza todas as formas de vida e semeia o colapso ambiental, entretanto criou-se o imaginário de que o progresso está vinculado ao desenvolvimento econômico que é viabilizado pela industrialização e pelas inovações tecnológicas. Assim a população ocidental apoia as ações empresariais que geram efeitos negativos em diversas esferas da vida, como por exemplo, os danos causados à natureza que conseqüentemente geram prejuízos para a sociedade, como por exemplo, as ações predatórias que causam a falta d'água e a utilização de sementes transgênicas patenteadas, as quais são responsáveis por danos à saúde humana e ao meio ambiente.

Hugh Lacey defende que a ampla aceitação do método científico moderno se justifica porque propicia o avanço nas descobertas tecnológicas. Essas técnicas científicas encerram a possibilidade do desenvolvimento de alternativas que não englobem as inovações tecnológicas, e as conseqüências de sua aplicação em um contexto amplo não podem ser previstas. Esse é exemplificado pelas pesquisas sobre a agricultura orgânica e transgênica. As estratégias descontextualizadas, as quais são amplamente aceitas como método único de pesquisa pela ciência moderna, são fundamentais para analisar as potencialidades da agricultura transgênica, entretanto para compreender a potencialidade do cultivo agroecológico é necessário a aplicação de outras estratégias. (LACEY, 2009)

O argumento de Lacey é que o uso de tais estratégias descontextualizadas provém dos ideais cartesianos de domínio e exploração da natureza. Tais ideais postulam que ao fragmentar os organismos é possível controlá-los, desta forma não compreende a interdependência dos diversos elementos que compõem um sistema vivo e tampouco os resultados que podem gerar tais manipulações. Assim pode-se observar um vínculo entre as pesquisas da ciência moderna e os interesses corporativos.

Tenho argumentado que podemos explicar o uso quase exclusivo de estratégias que se enquadram na abordagem descontextualizada da ciência moderna fazendo referência às relações de reforço mútuo que existem entre a adoção dessas estratégias e manter (o que eu chamo) os valores do progresso tecnológico, o que pode ser visto como uma atualização da valorização baconiana do controle da natureza (LACEY, 2009, p. 625).

Vandana Shiva (2001) argumenta a imposição das ideias mecanicistas e reducionistas sobre o ambiente natural e os organismos vivos é a causa das crises ecológicas da atualidade. Tal abordagem é ratificada pela atuação das corporações que minam a capacidade de regeneração e evolução da natureza. Essa visão, a qual resgata a origem das crises modernas é compartilhada por Fritjof Capra que evidencia a sua posição sobre o assunto, dizendo que há uma ligação direta entre a ruptura da inter-relação homem-natureza, gerada pela ciência moderna, e as diversas crises vivenciadas na atualidade. Isto se dá pela identificação do ser humano com a mente linear e sua abstração do organismo total. Para Capra os “fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes” (CAPRA, 1982, p.8), o que significa, na visão do autor, que a ação exploratória e irresponsável na natureza, por exemplo, desencadeia problemas em todas as outras esferas. A origem de todas as crises, portanto é a percepção do homem como o controlador e falta de responsabilidade pelas suas ações. Essa ideia se harmoniza com a visão dos sustentada há gerações pelos povos nativos.

Em carta Jairo Saw, líder do movimento Munduruku Ipereg Ayu, declara que os desastros e as crises ambientais são decorrentes da própria ação humana que gera o desequilíbrio do ecossistema por interferir nas leis naturais da terra. O indígena afirma que esses atos estão gerando um caos ecológico que coloca em risco a vida dos seres humanos e exemplifica dizendo que se o homem não cumpre as leis do estado ele será punido, da mesma forma ocorre no ambiente natural, quando as leis da natureza não são respeitadas as consequências são desastrosas. (SAW, 2014)

A valorização da tecnologia subjuga a natureza e as comunidades tradicionais. Shiva (2001) demonstra que segundo os princípios de propriedade defendidos por John Locke o direito aos recursos naturais é concedido aos que são detentores do capital, isso significa que mesmo que um território já seja anteriormente ocupado, essa população perde seu direito quando entra em embate com grandes corporações. Assim é postulado que as empresas que tem o maior poder econômico possuem total liberdade de se apropriar da terra e de seus recursos.

Tal prioridade concedida às empresas é observada no caso da construção da hidrelétrica de Belo Monte. A obtenção de energia faz-se necessária para que haja desenvolvimento econômico focado na ação industrial. Desta forma a proteção às populações tradicionais e indígenas, bem como a preocupação ambiental são fatores secundários na instalação da obra. A usina está sendo construída entre as cidades de Altamira e Vitória do Xingu, o que afeta as populações indígenas e ribeirinhas da região. Existe a defesa da ideia de que a construção é necessária, que beneficiará a todo Brasil e que simboliza o desenvolvimento da região, entretanto a antropóloga Carmen Junqueira explica que esses dados representam um falso progresso, pois a energia gerada por Belo Monte será destinada em grande parte para o uso da indústria. (JUNQUEIRA, 2012)

Construções como Belo Monte geram impactos sócio ambientais. Entre as modificações ambientais pertinentes à construção destaca-se o alagamento de uma área, que é originalmente pasto e floresta, para a construção de um dos reservatórios. Desta forma o curso natural do rio Xingu é desviado. Além disso, segundo dados da Norte Energia, consórcio responsável pela construção da hidrelétrica, cerca de cento e setenta e cinco quilômetros quadrados de floresta amazônica serão desmatados (ZANIRATO; RIBEIRO, 2007). Junqueira analisa que os impactos da construção serão extremamente danosos para o meio ambiente e complementa dizendo não há a preocupação com a preservação das tradições indígenas. A antropóloga acredita no desenvolvimento de modelos mais locais, com o uso, por exemplo, da energia solar e das ondas do mar como alternativas. (JUNQUEIRA, 2012)

O desmatamento, desvio do curso dos rios e demais modificações ambientais causadas por obras como Belo Monte não são prejudiciais apenas para as populações indígenas, mas o são também para toda a população, já que a Amazônia é considerada o pulmão do mundo. Os únicos resultados que são levados em conta para essas construções são econômicos, quando é necessário que as enormes perdas culturais, geradas pelo desamparo aos povos indígenas, e as mudanças ambientais sejam levadas em consideração e amplamente discutidas, como explica a procuradora do ministério público federal Thais Santi:

se a política do governo se sustenta numa legitimidade que depende da aceitação popular com relação à utilização dos rios da Amazônia como fonte geradora de energia, esse debate tem que ser feito. E hoje eu acredito que é um momento importante, porque o Brasil está vivendo a falta de água. E essa falta de água está sendo relacionada ao desmatamento da Amazônia. E o desmatamento da Amazônia aumentou, a gente sabe disso. As pessoas vêm aqui relatar o que está saindo de caminhão com madeira. É um relato que já é

público, e o Brasil tem hoje, talvez, o bem mais precioso do mundo, que é a Amazônia (SANTI, 2014, Coluna Opinião).

Esse bem está sendo ameaçado por obras que privilegiam os interesses econômicos de grandes empresas. Belo Monte não é a primeira hidrelétrica construída no estado do Pará. O primeiro caso é a Hidrelétrica de Tucuruí, construída durante a ditadura militar. O principal objetivo da obra era abastecer com energia as indústrias de alumínio que se instalariam na região. A obra contou com investimentos privados, principalmente da empresa Albrás que se beneficiaria do empreendimento consumindo um terço de toda energia gerada, o equivalente ao triplo do consumido em todo o estado do Pará. Assim como no caso de Belo Monte, a principal empreiteira da obra é a Camargo Corrêa. Quando Tucuruí passou a funcionar em 1985 o dono da empreiteira passou a ser o primeiro bilionário do Brasil (PINTO, 2012).

Os problemas causados por ambas as construções apontam para a desapropriação da população o que prejudica a população nativa, os ribeirinhos e trabalhadores rurais. No caso de Tucuruí estes não foram indenizados até hoje (Pinto, 2012). Para a construção de Belo Monte foram emitidas condicionantes que deveriam ser colocadas em prática antes do início das obras. Elas tinham como o objetivo a proteção da população nativa e ribeirinha e de suas culturas. Tais condicionantes não foram cumpridas e mesmo assim as obras continuam avançando. Thais Santi (2014) denuncia que o chamado Plano de Emergência de Belo Monte que tinha como objetivo amparar as populações indígenas para quando fosse construída a usina resultou na miséria e dependência dessas populações.

O plano emergencial que deveria proteger as populações garantindo o acesso a território que permita a perpetuação de suas culturas e tradições foi transformado em uma política assistencialista encabeçada pela Norte Energia. O amparo para os povos nativos foi concretizado com o fornecimento de barcos, televisões de plasma, bolachas e refrigerantes, produtos da cultura ocidental que minam a autonomia das comunidades, permite o desenvolvimento de doenças e enfraquece sua cultura. (SANTI, 2014). Os povos da região perderem suas terras e assim tem as suas tradições cada vez mais ameaçadas. Neste contexto, a ideia de que a industrialização está levando o desenvolvimento para essas regiões de forma que toda a sociedade possa ser beneficiada, dá maior legitimidade à ocupação das terras pelas corporações. Vandana Shiva explica: “A devolução da propriedade ao povo é vista como expropriação da liberdade dos detentores do capital. Assim os camponeses e povos tribais que exigem de

volta os seus direitos e acessos a recursos são considerados ladrões” (SHIVA, 2001, p.25)

A Norte Energia ao invés de empoderar os povos nativos, o que era prerrogativa para a construção da usina, incentivou a sua dependência. Santi (2014) defende que isso foi proposital. A capacidade de produção agrícola e auto subsistência desses povos foi minada, existe o aumento de preconceito e conflitos. Esses acontecimentos convergem com o interesse empresarial de exercer cada vez mais controle, manipulando e homogeneizando todas as culturas. Estudos de Impacto Ambiental (EIA) diagnosticaram que a construção da hidrelétrica traria altíssimo risco para a sobrevivência étnica dos povos indígenas da região. Este fato, somado ao descaso com relação às condicionantes do plano emergencial, leva Santi a classificar Belo Monte como um etnocídio indígena (SANTI, 2014). As consequências são a marginalização desses povos e o total desprezo e descaso com relação às suas tradições.

Belo Monte é um exemplo da soberania do poder econômico que conta com o apoio do governo, o qual fornece liberdade para as ações empresariais, se abstém de fiscalizar e exigir que regras para o licenciamento da obra sejam cumpridas (SANTI, 2014). A construção de Belo Monte é questionável em muitos aspectos. O governo tem urgência em sua construção, a qual gera dúvidas sobre sua viabilidade técnica e econômica já que a obra tem custos altíssimos e uma baixa capacidade produtiva, pois a hidrelétrica ficaria de três a quatro meses sem funcionar durante o período de estiagem (PINTO, 2012). Além disso, os impactos socioambientais são devastadores, interferem na biodiversidade, causam a extinção de espécies animais e vegetais, gera a proliferação de doenças como a malária e tornam-se mais uma forma de coerção dos saberes e culturas ancestrais em prol dos interesses corporativos.

O governo implementou o chamado Plano decenal, o qual propõe que até 2020 pelo menos 23% da energia utilizada pelo país deve ser extraída das bacias Amazônicas. O que implica na construção de mais cinco usinas ao longo do vale do rio Tapajós, também no Pará (PINTO, 2012). Thais Santi (2014) questiona o fato do governo apoiar a construções de megaprojetos, como as hidrelétricas, no território Amazônico e defende que está decisão deve ser questionada pelos movimentos sociais, pela população e pela academia. Essas construções comprometem os rios da região com a produção de energia em tempos que a água se tornou um recurso precioso e escasso.

A procuradora ainda explica que a energia gerada por Belo Monte será destinada à ação industrial na região, como por exemplo, para a mineradora Belo Sun que

pretende extrair ouro da região em escala industrial. Santi afirma: “Então, quem depende dessa energia é essa empresa e outras que virão” (SANTI, 2014). A instalação da atividade mineradora, com a natureza e a população nativa fragilizadas pela construção da hidrelétrica, os danos ecológicos e sociais aumentarão em tão grande escala como o ouro extraído.

Assim, os países do sul têm a sua natureza biodiversa e os povos nativos ameaçados atualmente principalmente pelas mega-construções, como barragens, rodovias e mineradoras e pelas pressões que exercem as indústrias de tecnologia, as quais defendem o progresso com base na homogeneidade instaurando, por exemplo, a revolução verde na agricultura e posteriormente defendendo a utilização de organismos geneticamente modificados (SHIVA, 2001).

Esses dois fatores apontados por Vandana Shiva interferem diretamente na perpetuação das tradições indígenas. No caso das hidrelétricas o curso natural do rios é desviado, desmatam hectares e mais hectares de florestas e possibilitam a instalação de outras indústrias que causarão mais danos ambientais e mais conflitos com os povos nativos. Esse quadro causa danos à toda a população, como já pode ser observado no fato do desmatamento da região amazônica ter sido apontado como a principal causa da falta d'água que atinge a região sudeste. Isso ocorre já que ao interferir nos ciclos naturais a sustentabilidade e a ecologia são ameaçadas. (SHIVA, 2001). O conhecimento dos povos indígenas compreende esta questão.

A conservação da biodiversidade é um produto das contribuições culturais de comunidades que respeitem outras espécies, e desenvolveram um conhecimento sobre essas espécies e a maneira como elas interagem entre si para dessa forma por em prática um uso que se harmoniza com os objetivos da conservação (SHIVA, 2001, p. 69).

As mega-construções apontam, principalmente a para importância da demarcação e proteção legal das terras indígenas. A ação corporativa predatória demonstra a importância da ação dos povos indígenas como os guardiões da mãe terra, os protetores da biodiversidade que sustenta a vida no planeta. Esses territórios que são acusados pelo ponto de vista corporativo como improdutivos, na realidade são essenciais para a preservação da vida na terra. De outra forma pela busca do crescimento econômico ilimitado todos os espaços naturais serão colonizados, extraídos seus recursos, produzindo grandes desertos. A importância dos territórios para as comunidades tradicionais não é apenas cultural, social ou espiritual, originalmente elas estabelecem uma relação respeitosa com a terra, onde cada elemento do ecossistema é

importante para a manutenção do seu equilíbrio ecológico. A sociedade no geral é indiferente ao etnocídio indígena, pois não são conscientes do importante serviço prestado por esses povos à humanidade. A antropóloga Carmem Junqueira afirma:

A maioria de nós desconhece os saberes dos povos indígenas, ribeirinhos e outros tantos que zelam pela natureza. Eles representam a quebra da monótona subserviência consumista, oferecendo diversidade e originalidade. Nós não sabemos, mas eles estão igualmente nos defendendo (JUNQUEIRA, 2012).

Thais Santi (2014) diz que proteger o território dos nativos é condicionante para proteger a sua tradição. A proteção dos saberes ancestrais, os quais também são roubados pelas grandes corporações através dos direitos de propriedade intelectual, torna-se importante para a manutenção, perpetuação e expansão desses conhecimentos que podem apresentar alternativas para o pensamento científico hegemônico que tem causado as crises modernas. A diversidade cultural que se traduz na pluralidade de tradições e conhecimentos está ligada à conservação da biodiversidade e é essencial para a busca de soluções criativas para os problemas da atualidade. A diversidade cultural e biológica são alternativas ao poder hegemônico e homogeneizador que é regido pelo poder das corporações e semeia o colapso ambiental e as misérias sociais.

O desconhecimento sobre o serviço prestados pelas populações nativas à humanidade, juntamente com a ideia do desenvolvimento ligado ao avanço tecnológico leva a total indiferença da população com relação às questões de proteção aos povos indígenas e incentiva o desprezo pelos seus conhecimentos que são vistos como primitivos. O olhar da sociedade moderna sobre esses acontecimentos foi manipulado pela visão de mundo capitalista que fomenta o individualismo, que valoriza o consumo e o status social. Em vista de tantas crises iminentes faz-se necessário um questionamento sobre os objetivos da vida que tem sido ditados pelo capitalismo e sobre os meios pelos quais tais objetivos são perseguidos. O conhecimento sobre a origem dos problemas que afetam o mundo atual, o questionamento crítico sobre as ações corporativas, a análise sobre a responsabilidade de cada um em contribuir para a preservação ou destruição da vida, aponta para a necessidade de uma mudança de paradigma.

Sendo assim os saberes ancestrais podem apresentar alternativas ao modelo de relacionamento imposto para a sociedade moderna que está levando o mundo ao colapso. A sociedade precisa conhecer os valores que possibilitam aos povos nativos manterem condutas ecológicas e sustentáveis, descondicinando assim seu olhar dos valores do capitalismo e do consumismo. A população precisa saber da importância da

biodiversidade e da diversidade cultural, precisa reconhecer as contribuições dos conhecimentos indígenas e lembrar que tudo o que é necessário para a vida humana não é fornecido pelo supermercado e sim pela natureza, portanto esta precisa ser reconhecida e protegida.

A relação com a terra foi interrompida e fragmentada pelo pensamento mecanicista, assim o cuidado com a natureza foi esquecido, pois cuidar implica amar e ninguém pode amar aquilo que não conhece, que não se relaciona. Os povos indígenas podem ensinar um relacionamento com a terra baseado na gratidão pelo que a natureza fornece, podem fomentar o reestabelecimento de relacionamentos criativos, ao quais resultam no bem-estar coletivo. Os padrões hegemônicos da ciência moderna que regem a sociedade são limitadores e antiecológicos, enquanto que os saberes ancestrais rompem com essa lógica, incentivam a cooperação e a criatividade.

Proporcionar debates sobre essas temáticas, como ocorreram no Rio+20 e na Cúpula dos Povos, se torna importante para a tomada de consciência da população com relação à necessidade de uma renovação dos relacionamentos com a terra e com os povos indígenas. Além disso, os encontros proporcionam a livre troca de conhecimentos entre diversos atores da sociedade e a consolidação de parcerias que celebram a capacidade de auto-organização social que, independente do controle hegemônico, protegem a vida e a biodiversidade.

A defesa pela diversidade é um movimento ecológico que tem o potencial de beneficiar a todos. Sua missão é renovar os relacionamentos que foram prejudicados pela visão mecanicista e reducionista de mundo, juntamente com a exploração da terra e a homogeneização da cultura. Tudo foi colocado dentro de um pressuposto do que é aceitável, sendo estimulado apenas aquilo que não interfere na ordem econômica, o que impede o poder centralizado tem a sua existência ameaça, como é o caso das comunidades originárias. Shiva explica que essa renovação se dá pela percepção de que a natureza é formada por conexões e inter-relações, as quais além de ser uma alternativa à fragmentação e manipulação que geram as crises ambientais, são condicionantes para manutenção da vida e da saúde. Portanto: “É uma política de solidariedade com a natureza. Ela implica a transformação radical da natureza e da cultura, de tal maneira que elas se interpenetrem, em vez de se manterem separadas e opostas” (SHIVA, 2001, pág. 90).

O poder dominante não permite formas de conhecimento e relacionamento que não estejam colonizados aos seus domínios, mas essa lógica de homogeneização pode

ser renovada a partir do reconhecimento da diversidade e parcerias com base nela. Vandana Shiva explica que o desejo de poder hegemônico é traduzido em um controle violento sobre a diversidade, que por ameaçar seu controle coloniza o que é autônomo. Entretanto o pluralismo de tradições e a troca de conhecimentos implicam no reconhecimento do outro e na criação de alternativas pacíficas ao controle violento (SHIVA, 2001). O diálogo entre diferentes tradições culturais e a troca de saberes é essencial para a formulação de um novo paradigma que atuem em favor da natureza, da biodiversidade e da própria diversidade cultural.

### **3 DISCUSSÃO SOBRE AS FALHAS DA SOCIEDADE ATUAL QUANTO A SUSTENTABILIDADE**

Neste capítulo trata-se de delinear as causas dos principais problemas ambientais que o planeta passa na atualidade e sua ligação com aspectos de desigualdade e opressão social. Pode-se notar que todos os problemas tratados estão vinculados à apropriação dos recursos naturais e de organismos vivos feita por corporações que amparadas pela ciência moderna, nos sentidos técnicos e filosóficos, utilizam dos recursos coletivos para obter ganhos privados. Em paralelo busca-se expor soluções para os problemas apresentados.

#### **3.1 Apropriação do solo e das sementes**

O conhecimento tradicional é roubado e progressivamente ameaçado, bem como as próprias comunidades tradicionais, indígenas e não indígenas, as quais são tratadas como empecilhos ao desenvolvimento econômico e poder hegemônico. Vandana Shiva compara as bulas papais intercaetera com as patentes sobre as sementes e plantas dizendo são pirataria, ou seja, roubo. As bulas permitiram a apropriação dos territórios onde viviam os povos nativos. Já as patentes reguladas pelo Direito de Propriedade Intelectual (DIP), segundo a autora tratam-se de uma pirataria moderna (SHIVA, 2001) permitem a apropriação de sementes e plantas medicinais que contém o conhecimento dos povos tradicionais e indígenas.

É importante analisar que o desenvolvimento de sementes transgênicas está diretamente ligado ao Direito de Propriedade Intelectual. As comunidades tradicionais utilizam processos de seleção de sementes que cria uma grande variedade de espécies, tais sementes selecionadas ou sementes crioulas são tratadas como patrimônio comum da humanidade, sendo assim a sua apropriação pode ser feita livremente por empresas. Deve-se destacar que o desenvolvimento das sementes transgênicas pressupõe o processo milenar de seleção das sementes realizado pelos lavradores (LACEY, 2000). Por meio das patentes as sementes tornam-se patrimônio privado, implicando em um comércio controlado pelas corporações e pagamento de royalties. A liberdade dos agricultores de selecionar, guardar e trocar sementes é minada pelas patentes.

Para sementes convencionais não existe nenhum tipo de proteção, o que possibilita que estas sejam livremente apropriadas pelas corporações. Isso significa que os direitos de propriedade foram criados unicamente para beneficiar aos empresários. A modificação de sementes com a utilização da engenharia genética é caracterizado como

inovação científica por isso recebem proteção com os direitos de propriedade, enquanto que a criatividade do processo de seleção das sementes feito pelas comunidades tradicionais é negada. Shiva argumenta que o processo de seleção das sementes pelo conhecimento tradicional não é ausente de inovação, sendo que “consistem em material melhorado e selecionado incorporando a experiência, a inventividade e trabalho árduo de lavradores passados e presentes” (SHIVA, 2001, p. 77), como será exemplificado a seguir é um trabalho criativo que incrementa a biodiversidade. De acordo com Lacey a “concessão de proteções dos DPIs às sementes TG [transgênicas], mas não às SA [selecionadas] não pode se basear na alegação de que aquelas incorporam conhecimento com credenciais epistêmicas superiores”. (LACEY, 2000, p. 57)

Sendo assim o conhecimento e as sementes tradicionais precisam ser protegidos, o que pode ocorrer por meio de um sistema de propriedade coletiva que impediria as corporações se apropriarem das sementes tradicionais sem o consentimento dos lavradores. A propriedade coletiva representa um instrumento de proteção à biodiversidade e aos saberes tradicionais. Em 1993 lavradores indianos declaram que seus direitos estavam protegidos pelo *samuhik gyan sanad* ou direitos intelectuais coletivos. Isso significa de acordo com os lavradores que “qualquer companhia que utilizar conhecimento ou recursos locais sem o consentimento das comunidades locais estará praticando a pirataria intelectual”. A pirataria intelectual foi reconhecida legalmente depois de muitos anos de processos e resistência no caso do Nim, pois foi admitido que a patente não possuía características de inovação (SHIVA, 2001, p.107).

A pesquisa sobre sementes geneticamente modificadas começou durante a chamada Revolução Verde que implantou o uso dos insumos químicos, agrotóxicos e os monocultivo. Promovendo uma maior produtividade as indústrias da área convenceram os produtores a substituírem a agricultura tradicional por uma nova, mecanizada e tecnológica. Isto aconteceu segundo Capra (1982) porque as abordagens mecanicistas e reducionistas são as bases da ciência e tecnologia modernas e, portanto explica-se a exigência de controle sobre os organismos vivos, com os quais trabalham os agricultores. A intensão também era gerar uma dependência dos produtores com relação às corporações, já que os fertilizantes naturais utilizados são conseguidos de graça pelos lavradores, em contra partida os insumos químicos geram um vínculo entre a produção de alimentos e a indústria química.

O conhecimento científico é amplamente aceito como superior ao conhecimento tradicional, de forma análoga a agricultura moderna é frequentemente reconhecida

como superior às práticas tradicionais. Segundo Lacey o método científico moderno não está ligado a uma forma de conhecimento superior e sim a um “valor social de suas aplicações entre aqueles que dão prioridade a relações de controle sobre os objetos naturais e o valor econômico das coisas” (LACEY, 2000, p. 57). O controle sobre os recursos naturais implica na sua apropriação que é legitimada, no caso de organismos geneticamente modificados, pelas patentes. As corporações sendo proprietárias das sementes atribuem a elas exclusivamente um valor econômico que pode ser ampliado na medida em que se comercializem mais sementes patenteadas, sem a preocupação com os resultados ambientais e sociais. Segundo o autor esse tipo de cultivo não leva em conta danos ecológicos e impactos sociais, pois se baseiam em métodos de pesquisa que separa “a biologia da sociologia, da economia e da ecologia.” (LACEY, 2000, p. 56). E devida a essa separação do todo, herança da ciência moderna, as monoculturas e sementes transgênicas não trazem nenhum benefício às comunidades locais e à natureza.

O uso do maquinário, do monocultivo e dos pesticidas, reduziu a mão de obra em dois terços, enquanto que quadruplicou a quantidade de energia utilizada para a produção agrícolas, e os produtores da agricultura familiar que não podiam modernizar suas lavouras foram expulsos do campo (CAPRA, 1982). A agricultura moderna propicia o aparecimento de outras espécies, como ervas daninhas, que para o monocultivo são vistas como inimigos da produção e exterminados com doses progressivas de agrotóxicos. Além disso, ao rejeitar insumos orgânicos fundamentais, solos férteis foram transformados em estéreis (SHIVA, 2001). Assim os agricultores geram cada vez mais lucros para as corporações, enquanto o solo, as fontes hídricas, os alimentos e conseqüentemente as pessoas passam a ser intoxicados.

Em sua abordagem Capra faz um paralelo entre o controle estabelecido pelas indústrias sobre os cultivos agrícolas e a pressão que exerce a indústria farmacêutica sobre a saúde humana. Da mesma maneira como os agricultores são convencidos de que o solo necessita de insumos artificiais para produzir em sua máxima potência, a indústria farmacêutica convence os médicos e os pacientes que a saúde está ligada à supervisão médica e ao consumo de medicamentos. As indústrias farmacêuticas gastam em manobras promocionais quatro mil dólares por médico, a cada ano, o que significa um montante sessenta e cinco por cento maior do que investem em pesquisa e desenvolvimento (CAPRA, 1982). Sobre esse paralelo Capra argumenta:

À semelhança do organismo humano, o solo é um sistema vivo que tem de permanecer em estado de equilíbrio dinâmico para ser saudável. Quando esse equilíbrio é perturbado, ocorre um crescimento patológico de certos

componentes — bactérias ou células cancerosas no corpo humano, ervas daninhas ou pragas nos campos. A doença sobrevirá e, finalmente, o organismo morrerá ou se converterá em matéria inorgânica (CAPRA, 1982, p. 233).

De acordo com a concepção sistêmica da realidade o equilíbrio de um ecossistema se relaciona com as interações entre os organismos que o compõe. Dessa maneira no caso de um sistema agrícola baseado em múltiplos cultivos orgânicos, ou seja, que não utilizem transgênicos e tampouco agrotóxicos permitem uma diversidade não apenas de espécies cultiváveis, como também de organismos presentes no solo e etc. Já os monocultivos, que se baseiam no pensamento científico moderno, produzem os chamados desertos verdes, grandes extensões de terra com um único cultivo, por exemplo de soja. A agricultura moderna, além disso, implica o uso de agrotóxicos que destroem a biodiversidade do solo. Ou seja, com essas comparações pode-se notar que a concepção sistêmica, que se relaciona com uma visão holística da realidade presente em culturas ancestrais, permite o florescimento e biodiversidade e pode ser adotada pela agricultura tradicional ou pelos sistemas agroecológicos, por exemplo. Por outro lado as práticas derivadas da concepção científica mecanicista e reducionista têm sido utilizadas apenas para que grandes corporações obtenham o controle sobre esferas básicas da vida humana.

As instituições e profissionais encarregados da saúde e alimentação não estão preocupados em fornecer à população alimentos de qualidade ou em curar pessoas. Esses ramos se tratam apenas de negócios, as corporações querem apenas vender mais sementes modificadas e insumos químicos, os produtores por sua vez passam a querer apenas produzir mais. De modo análogo a indústria farmacêutica tem o objetivo de vender medicamentos, não em curar enfermidades e através de suas alianças com os médicos torna as pessoas dependentes de fármacos, sem saber a origem de suas doenças. As práticas medicinais tradicionais, como o xamanismo e o ayurveda (medicina tradicional indiana) consideram o organismo humano como um todo, promovendo uma análise holística das enfermidades, na qual também são considerados fatores de interação entre o indivíduo e o meio. Já a medicina moderna fragmenta o corpo e forma exércitos de profissionais especializados que não compreendem a origem das enfermidades. Por exemplo, se uma pessoa sente desconfortos no joelho devido ao atrito dos ossos e recorre à medicina ocidental o médico irá lhe receitar um remédio que reduza o desconforto, se a pessoa relata que tem o mesmo sintoma no quadril o médico então irá encaminhar-lhe à um especialista de quadril que por sua vez receitará outro

remédio. Já na medicina ayurvédica será feito um diagnóstico do corpo como um todo, considerando que essa pessoa tem um determinado biótipo que se relaciona a uma propensão a algumas doenças. A partir disto será elaborado um tratamento que além de ervas medicinais, esteja baseado em uma alimentação específica, uso de óleos e etc.

Nota-se, portanto a relação de reforço mútuo entre a ciência reducionista e mecanicista e o controle corporativo como é observado também pelo desenvolvimento das sementes transgênicas. Através das técnicas da ciência moderna, os cientistas puderam desenvolver as sementes transgênicas retirando material genético de outras espécies e aplicando-os nas sementes para que adquirissem características específicas. Hugh Lacey argumenta que as sementes transgênicas são símbolos da ciência moderna e que “também trazem a marca da “globalização”, uma vez que seu desenvolvimento tem sido visto tanto como um objetivo da economia neoliberal quanto como um meio de fortalecer suas estruturas” (LACEY, 2000, p. 53).

De acordo com Vandana Shiva se em um primeiro momento a passagem de terra madre para terra nullius (terra vazia) permitiu aos colonizadores se apropriarem dos territórios já habitados por outros povos. Em um segundo momento esse processo, o qual nega a capacidade de auto-organização e auto-regeneração da Terra e dos organismos vivos, permite as modificações genéticas das sementes (SHIVA, 2001), que por sua vez, são pirateadas das mesmas comunidades tradicionais e povos indígenas dos países que anteriormente colonizaram. Segundo Shiva “a biopirataria envolve não apenas a exploração dos agricultores que produzem as sementes, sem as quais as sementes TG (transgênicas) não poderiam existir, mas também, no final, a exclusão do próprio uso destas sementes (tradicionais) (1997 apud LACEY, 2000, p. 54). Dessa forma o conhecimento das sementes e posteriormente as práticas agrícolas tradicionais são subjugados e passa a ocorrer a disseminação dos monocultivos de transgênicos.

Shiva argumenta que o processo de hibridização das sementes transforma a matéria prima dos alimentos em produtos (SHIVA, 2001). Além disso, representa uma agressão à ecologia, pois anula a capacidade de auto-regeneração das sementes, sendo que em alguns casos tornam-se incapazes que se reproduzir, como é o caso das sementes terminator. Além disso, quando as sementes são patenteadas e/ou se tornam estéreis os agricultores são impedidos de perpetuar o processo milenar de selecionar, guardar e trocar as sementes que tem desenvolvido, em um trabalho cooperativo com a terra, uma imensa variedade de cultivos e as chamadas sementes crioulas.

O processo de seleção de sementes permitiu que na China fossem encontradas dez mil variedades de trigo, até 1949. Na região dos Andes, em uma única comunidade, foram identificadas até cinquenta espécies de batata, sendo que algumas apresentavam “resistência à neve, outras à seca, adaptadas a diferentes altitudes ou tipos de solo e com diferentes características nutricionais, medicinais e rituais.” (GUTERREZ, 2006, p. 57). Nesse processo tanto o conhecimento tradicional quanto a biodiversidade são enriquecidos. Entretanto, essas variedades têm sido substituídas pelos monocultivos transgênicos.

A FAO (1996) publicou que setenta e cinco por cento da diversidade genética do mundo foi extinguida em vinte anos, o que significa que no período de 1949 à 1970 as dez mil variedade de trigo encontradas na China foram reduzidas à mil, no México se perderam oitenta por cento das variedades de milho, o mesmo acontece com diversos cultivos em vários países da América do Sul (FAO,1996). Além disso, no México o plantio de milho transgênico Bt contaminou espécies crioulas e nativos, o significa a ameaça a um trabalho de doze mil anos de seleção e melhoramento das sementes feito por indígenas e camponeses do país (GUTERREZ, 2006). Ainda segundo a FAO essa perda biológica é causada pelo cultivo de transgênicos, desmatamento, superexploração de recursos, entre outros motivos, que estão em grande parte ligados ao agronegócio. O resultado para a natureza é a perda de biodiversidade e degradação dos recursos, para as comunidades locais é a dissolução de seus conhecimentos e para a população no geral significa uma alimentação baseada em pouca variedade e muito agrotóxico. Quantificase que entre vinte e cinquenta mil plantas são próprias para consumo, sendo que “se utilizam de forma importante 200, se comercializam 100, no entanto 80% dos alimentos provêm de 20 cultivos, e, desses, o trigo, o arroz, o milho e a soja representam mais de 85% do consumo de grãos.” (GUTERREZ, 2006, p.58–59). A proteção da biodiversidade é importante para todos, as comunidades locais a mantem e incrementam, em contrapartida as monoculturas a destrói. Shiva (2001) ressalta que a agricultura tradicional juntamente com o processo de seleção de sementes são empregados para a satisfação de necessidades ecológicas e sociais enquanto que as sementes transgênicas passam, por meio dos direitos de propriedade, a ser o patrimônio e fonte de lucro de grandes empresas.

Um argumento amplamente utilizado para a defesa da agricultura industrial é que esta seria a única forma de produção capaz de suprir as demandas alimentares da humanidade. Entretanto como foi discutido anteriormente por Lacey (2009), a ciência

moderna com seus métodos materialistas não pode analisar as potencialidades de outros tipos de cultivos, como o cultivo agroecológico. Além disso, Lacey argumenta que os cultivos transgênicos não podem estar ligados à solução do problema da fome no mundo, já que eles “estão inseridos nas mesmas estruturas que aceitaram a persistência da fome e da desnutrição apesar de haver produção suficiente para alimentar à todos.” (LACEY, 2000, p.57). Esse sistema se baseia no privilégio dos que possuem propriedades, de terras, sementes, etc e utilizam desses recursos unicamente para ganhos econômicos. Esse privilégio resulta na degradação ambiental e miséria social e reforçar suas estruturas incentivando os transgênicos e as monoculturas só irá aprofundar as crises atuais. Além disso, existem exemplos de policultivos, que se baseiam na diversidade, que produzem mais do que monoculturas como é o caso da organização Navdanya (SHIVA, 2001).

Deve-se levar em consideração que a agricultura industrial fomenta o desemprego, opressão e outros efeitos sociais catastróficos. Existe maior possibilidade de emprego na atividade agrícola tradicional do que nos monocultivos, os quais expulsam os trabalhadores do campo. (Rathman *et al.*, 2012; Goldfarb e Zoomers, 2013 apud WWF, 2014, p. 65). Na argentina, por exemplo, estima-se que os monocultivos de soja eliminaram quatro a cada cinco empregos no campo (Garcia-Lopez e Arizpe, 2010 apud WWF, 2014, p. 65).

Com relação à impactos sociais pode-se citar o caso dos agricultores indianos que estimulados com promessas de alta produtividade feitas pela Monsanto (umas das líderes no mercado de sementes e pesticidas) contraíram dívidas para comprar sementes transgênicas e insumos químicos da empresa. Entretanto, os monocultivos aumentam a possibilidade de quebra de safra, sendo assim, em 2002, no primeiro ano de introdução do algodão geneticamente modificado (algodão Bt), os agricultores perderam um bilhão de rúpias, o equivalente à mais de cinquenta milhões de reais. A Monsanto havia prometido uma safra de mil e quinhentos quilos por hectare, ao invés disso a colheita foi de duzentos quilos. Como os agricultores não podem guardar as sementes, ao chegar a nova safra tiveram que contrair mais dívidas. Esse ciclo de endividamento resultou em duzentos mil suicídios de agricultores indianos desde 1997 (SHIVA, 2009).

Já no estado do Maranhão, homens armados desapropriaram cem famílias que viviam na Fazenda São Raimundo e pagavam ao dono da terra com o que produziam. O mandante, portando escrituras falsas, afirmava ser o dono das terras. Os camponeses relatam que existe ligação entre o crime e a Empresa do Grupo Maratá, a qual tem

negócios relacionados à agropecuária. Sob ameaça de morte os camponeses não puderam resistir à represália (SILVA, 2012). Esses exemplos demonstram que os interesses corporativos se sobrepõem à justiça e bem-estar social e geram opressão e violência.

Se a agricultura moderna é contra a justiça social e se trata de um sistema centralizado, os sistemas de agrofloresta, a agricultura tradicional e a agroecologia se apresentam como soluções. No caso do cultivo agroecológico é favorecida a união entre o ecológico e social. Se por um lado os monocultivos transgênicos tratam de favorecer o poder soberano das corporações e do conhecimento científico, a agroecologia está ligada à parceria com o conhecimento tradicional e à promoção da biodiversidade, do equilíbrio do solo, das águas. Além de poder proporcionar a organização social de comunidades locais na produção e distribuição dos alimentos, fomentando a soberania alimentar e independência do controle corporativo. De acordo com Altieri a adesão à agroecologia está ligada à:

manutenção da capacidade produtiva do agroecossistema, a preservação da base de recursos naturais e da biodiversidade, o fortalecimento da organização social e diminuição da pobreza, [e] o fortalecimento [empowerment] das comunidades locais, manutenção das tradições, e participação popular no processo de desenvolvimento (apud LACEY, 2000, p. 56).

Um dos objetivos da agroecologia é produzir alimentos de qualidade nutricional, sem agrotóxicos, que pressupõe a saúde do ser humano (GUTERREZ, 2006). Com relação à saúde, não existem muitos estudos sobre a seguridade dos transgênicos, sendo assim os consumidos e produtores são cobaias da indústria. A indústria japonesa Showa Denko K.K usou uma bactéria transgênica para a produção de um suplemento alimentar, entretanto as técnicas científicas não consideraram as inter-relações existentes nos organismos vivos, sendo assim uma “toxina mortal foi produzida devido à alteração no metabolismo interno do microrganismo”, o que resultou na morte de trinta e cinco pessoas nos EUA e deixou outras mil e quinhentas aleijadas (GUTERREZ, 2006, p. 75).

Os organismos transgênicos são frequentemente responsabilizados pelo aparecimento de alergias, como no caso do Reino Unido que depois que a soja transgênica passou a ser comercializada constatou-se que a ocorrência de alergias aumentou em cinquenta por cento (GUTERREZ, 2006). Além disso, os transgênicos possuem genes de resistência à antibióticos, o que significa que pode aumentar o número de “doenças ligadas a bactérias imunes”. Também se relaciona aos transgênicos problemas na saúde como: o retardo no crescimento, menor resistência à infecções,

intoxicação e câncer (GUTERREZ, 2006). Já que as corporações estão relacionadas ao sistema de saúde, todas essas doenças, do ponto de vista econômico que rege a sociedade moderna, significam mais lucros para a indústria farmacêutica. Sobre a escassez de estudos acerca dos impactos dos transgênicos na saúde humana e o diretor de comunicação da Monsanto, Phil Angell declarou: “A Monsanto não tem que garantir a segurança dos alimentos transgênicos. Nosso interesse é vender o quanto mais possível” (TERRA DE DIREITOS, p. 9).

Já com relação ao uso de agrotóxicos a Organização Mundial da Saúde estima que três milhões de pessoas são intoxicadas e duzentas e vinte mil morrem por ano em decorrência da exposição aos pesticidas químicos (OLIVEIRA; FERREIRA, 2012). Além disso, no Mato Grosso, foram analisadas sessenta e duas amostras de leite materno e foram encontrados componentes de um ou mais agrotóxicos em todas elas (PALMA, 2011 apud WWF, 2014). O relatório do Instituto WWF sobre os impactos do plantio de soja aponta que esse tipo de produção baseada no monocultivo em grandes extensões de terra “minimiza os serviços ambientais e se torna mais dependente dos agrotóxicos para controlar pragas de insetos e fungos.” (WWF, 2014, p. 64). Se no imaginário da sociedade os monocultivos e as sementes transgênicas estão relacionados ao desenvolvimento, a prática tem mostrado que se trata apenas de um desenvolvimento econômico para corporações que dominam o mercado e que representam ameaças das mais diversas às comunidades tradicionais, à saúde humana e a preservação da natureza.

Os monocultivos também são responsáveis pela deflorestação. A WWF divulgou um relatório no qual afirma que em quarenta anos quase metade da paisagem do cerrado, região que abriga cinco por cento da biodiversidade e as maiores reservas de água doce do mundo, foi transformada em pasto para gado e terras agrícolas utilizadas para os monocultivos de soja, milho, algodão e cana. Somente o cultivo de soja na região ocupa uma área do tamanho da Inglaterra (WWF, 2014), sendo que, até 2009, setenta e sete por cento da soja cultivada no mundo era transgênica (WWF, 2014). Além do cerrado e da região amazônica o estudo aponta que os cultivos intensivos de soja são a principal causa da destruição da Mata Atlântica e em outras diversas regiões da América do sul. (WWF, 2014). O cerrado, bem como a região amazônica são naturalmente impróprios para a produção de soja, o que se tornou possível pelo uso da tecnologia e das modificações genéticas (WWF, 2014). Assim a técnica que permite o chamado domínio do homem sobre a natureza, permite também uma modificação

completa de suas características naturais o que gera os desequilíbrios, que por sua vez permitem o questionamento desse sistema destrutivo.

Neste ponto pode-se citar o exemplo das agroflorestas, na quais a biodiversidade é vista como uma forma de otimizar a produção (GUTERREZ, 2006), os cultivos podem ser feitos em cooperação com a mata nativa, como é o caso do Sítio Catavento-SP, referencia nesse tipo de cultivo.

A escassez e contaminação da água também é um imperativo para os monocultivos, no caso da soja, interceptam mais a água da chuva, além de provocar maior escoamento, o que significa que “reduz a quantidade de água que alcança os solos mais profundos e a água subterrânea”. De acordo com um estudo realizado por Matthew Rodell, da Nasa, demonstrou que na região mais afetadas pela revolução verdade na Índia se perderam mais de cento e nove quilômetros cúbicos de água, pois a agricultura industrializada Vandana Shiva argumenta que sem regeneração não pode haver sustentabilidade (SHIVA, 2001), entretanto a busca por maximização de lucros, objetivo das corporações, se opõe à regeneração (seja das sementes, dos ciclos do solo e hídricos) por isso esses cultivos são intrinsecamente insustentáveis e antiecológicas (SHIVA, 2001).

Portanto a degradação biológica, a ameaça de diversidades de espécies (tanto com relação aos cultivos quanto com relação à ecossistemas devastados), a substituição do conhecimento tradicional, a opressão das comunidades agrícolas, esgotamento e poluição de recursos, etc. estão relacionados com o controle corporativo sobre a produção de alimentos por meio das sementes transgênicas e os monocultivos que por sua vez se relacionam à aplicação da ciência moderna que ao fragmentar a realidade tem gerado os desequilíbrios ambientais e sociais.

As patentes sobre as sementes são justificadas tratando-as como organismos não naturais, entretanto quando questionados sobre os impactos ecológicos estes organismos passam a ser defendidos como naturais (SHIVA, 2001). Segundo Vandana Shiva: “Essa concepção cambiante do natural mostram que a ciência que alega ter os níveis máximos de objetividade, é, na verdade, muito subjetiva e oportunista na sua abordagem da natureza.” (SHIVA, 2001, p. 45). Oportunismo é justificado pela aliança da ciência com as corporações modernas, sendo que “seu objetivo principal é exercer o monopólio de mercado” (SHIVA, 2001, p. 63).

As empresas Monsanto, Bayer, Syngenta, Dupont, Basf e Dow atualmente controlam a produção de sementes no mundo. A Cargil, ADM, ConAgra, Bunge e

Dreyfus juntas controlam mais de oitenta por cento do comércio internacional de cereais. É um modelo que se baseia no controle da produção de sementes e insumos, além da produção em si e da distribuição, “ou seja, é um modelo verticalizado, por meio da formação de oligopólios” (SILVA, 2012, p. 65) que tentam dissolver os saberes tradicionais e a produção agrícola sustentável.

Para contornar os problemas relacionados à biodiversidade e conservação dos recursos naturais e fortalecimento das comunidades locais Shiva discorre que se deve “ampliar o alcance da ação de economias baseadas na diversidade e descentralização e reduzir o alcance das economias baseadas na monocultura e não sustentabilidade” (SHIVA, 2001, p. 98). Esse é o caso da agroecologia, pois a base do desenvolvimento de agroecossistemas é a diversidade cultural e “uma pedagogia de troca de saberes” (GUTERREZ, 2006, p. 87), bem como “a filosofia de se produzir de acordo com as leis e as dinâmicas que regem os ecossistemas – uma produção com e não contra a natureza” (GUTERREZ, 2006, p. 87). Isso implica voltar a trabalhar de forma cooperativa com natureza, o que protege a biodiversidade, os recursos naturais e os saberes tradicionais.

Considera-se na atualidade o conhecimento científico como sendo superior aos conhecimentos tradicionais, atribuindo somente ao primeiro a capacidade de inovação e criatividade, entretanto na prática pode-se observar que trata-se de uma falácia, já que os conhecimentos tradicionais possibilitam múltiplas descobertas e desenvolvimento de melhorias. O que separa o conhecimento científico do conhecimento tradicional é que o primeiro possui a visão mecanizada da natureza e lhe atribui apenas um valor econômico, desconsiderando especificidades e ciclos naturais. Já o segundo tem uma base ecológica, pois não interfere nos ciclos da natureza, nota-se que é um trabalho com a natureza e não contra ela e permite a troca de saberes. Por exemplo, as comunidades tradicionais selecionam as sementes e com esse processo é possível desenvolver uma imensa variedade de espécies. Além disso, utilizam o processo de rotação de culturas que permite a regeneração do solo e policultivos o que possibilita a co-existência de diversas espécies as quais interagem para o equilíbrio do ecossistema. Já agricultura moderna, com o aparato tecno-científico, desenvolve sementes que suportam doses progressivas de agrotóxicos, implantam as monoculturas que rapidamente esgotam a capacidade do solo. Além do mais, à todas as regiões, não se considerando as suas especificidades, é imposto o mesmo tipo de cultivo, como é o caso da Amazônia e do cultivo de soja. Ou seja, em ambos os casos existe a modificação do espaço natural, mas no primeiro a base é ecológica ou seja considera-se o aspecto do ‘todo’, de

interação e holismo que foi subjugado pela ciência moderna, e assim permite que as necessidades sociais e naturais sejam supridas. Enquanto que no modelo moderno, utilizando da concepção científica de controle da natureza e entrega tal controle às corporações que considerando apenas interesses econômicos particulares, prejudicam a população e o meio ambiente.

Sendo assim a agroecologia que tem como base uma concepção holística promove a preservação e incremento da fertilidade do solo, além de “evitar todas as formas de poluição”, preservar a diversidade genética nos cultivos e arredores; autonomia de sementes; representar uma “nova relação com o meio ambiente em decorrência de uma matriz de produção ecologicamente sustentável” (GUTERREZ, 2006, p. 88 – 89). Os agroecossistemas representam na esfera agrícola a substituição do paradigma de dominação da natureza, reconhecendo a sua importância intrínseca para a vida de todos e a necessidade do trabalho em cooperação com o ambiente natural e os saberes tradicionais.

A filosofia que inspira a agroecologia portanto é análoga aos saberes ancestrais, pois tem como uma das bases o reconhecimento que o todo não pode ser fragmentado, entende que mais importante que os componentes são as relações entre eles, sendo assim trata de romper com o padrão científico moderno. (GUTERREZ, 2006) e se mostrar como uma solução na base dos problemas atuais. Além de ser uma solução participativa e, portanto democrática à soberania corporativa, podendo transformar a dependência da indústria em soberania alimentar.

### **3.2. Apropriação dos Recursos hídricos**

A sustentabilidade dos recursos hídricos também é ameaçada pelo paradigma dominante. Atualmente a cidade de São Paulo sofre com a escassez de água. O tema é amplamente divulgado pelos meios de comunicação, entretanto falta informação sobre a situação da gestão e uso deste recurso, bem como discussões sobre quais são as soluções.

Como visto anteriormente o agronegócio é responsável pelo desmatamento de grandes áreas florestais, isso implica na interrupção dos ciclos hídricos regulados pelas florestas. No caso da floresta amazônica Ivani Guterres explica de cinquenta a setenta e cinco por cento das águas da chuva voltam à atmosfera pelo processo de evaporação e transpiração da floresta (GUTERREZ, 2006). Na medida em que a floresta é transformada em pasto e monocultivo, esse processo é prejudicado e conseqüentemente

as chuvas que fazem parte do processo de regeneração hídrica se tornam progressivamente escassas.

Ao mesmo tempo em que a exploração de água para atividade e industrial cresceu, desde 1970 o fornecimento global de água baixou trinta e três por cento. Shiva (2001) aponta que um dos principais motivos é a superexploração do recurso destinado aos monocultivos e à atividade industrial, os quais, além de infligir os ciclos hidrológicos retirando mais do que tais ciclos podem repor, contaminam os rios e aquíferos. O desmatamento e a mineração destroem a capacidade de armazenamento de água nas bacias hidrográficas.

Os grandes produtores além de se apropriarem das semente e das terras, frequentemente se apropriam e privatizam as fontes hídricas locais (SILVA, 2012) o que prejudica as comunidades e à agricultura familiar. O mesmo ocorre com grandes empresas como é o caso da Coca-Cola que tem se apropriado de mananciais para suprir suas necessidades industriais. Uma das cidades onde isso aconteceu chama-se Kerala, entretanto a população local reagiu e passou a boicotar os produtos da empresa como forma de protesto e um meio de gerar mercados alternativos com produtos de origem local como o coco (SHIVA, 2003). Os boicotes são estratégias frutíferas que a sociedade em geral pode utilizar para reivindicar direitos e como forma de represália às ações predatórias e socialmente injustas das corporações.

Além disso, há a questão das hidrelétricas e seus impactos socioambientais como citado no capítulo anterior, que abrem as portas para outras indústrias, como por exemplo, de mineração. A atividade mineradora é apontada como responsável por danos à captação de água, como é o caso da extração de calcário no Vale Doon, na Índia. As formações da rocha possuem a capacidade de armazenar água de forma natural, o que contribuía para a abundância de água da região, entretanto a extração do calcário converteu abundância em escassez (SHIVA, 2003). Pode-se notar que a atividade industrial traz consequências negativas para as comunidades e para o meio-ambiente, se, como tudo indica, na região onde está sendo construída Belo Monte se instalarem indústrias a demanda e poluição das águas será intensa e conseqüentemente as comunidades locais e indígenas serão cada vez mais coladas em situações de exclusão e desrespeito.

Gilberto Dupas, afirma que no futuro haverá conflitos entre nações que disputarão reservas de água doce (SILVA, 2012). Em seu livro 'Guerras por Água' Vandana Shiva afirma que estes conflitos já estão ocorrendo e que muitas vezes são camuflados como conflitos étnicos e religiosos. A água é tida na atualidade como o

novo petróleo, um recurso escasso e precioso. A partir da década de 1990, o Banco Mundial tem promovido políticas de privatização dos recursos hídricos, utilizando como justificativa a escassez de água, afirma-se que a privatização é uma forma de proteger as fontes hídricas. Sendo assim, “o Banco Mundial abre o caminho e os governos endividados negociam com as corporações para possuir, controlar, distribuir e vender suas reservas de água” (VALADÃO, 2013, p. 276). A privatização significa que a água, um bem público essencial à vida, passa a ser gerida como uma bem comerciável, as empresas tem objetivos econômicos e, como pode ser constatado, seus interesses privados colidem com os interesses coletivos e ambientais. Shiva (2003) exemplifica que nos estados de Gujarat e Maharashtra, na Índia, o banco mundial impulsionou a privatização dos recursos hídricos o que está resultando na extração subterrânea de água, em regiões de quatrocentos e cinquenta a quinhentos e cinquenta metros de profundidade. Essa atividade no estado de Gujarat tem secado os poços e fontes mais superficiais por esse tipo de extração, pois faz o nível freático descer. Sobre as privatizações Maristela Valadão argumenta: “observa-se que o Banco Mundial é um instrumento para o controle corporativo da água e a OMC institui a privatização da água através de regras de livre comércio. Estima-se que o potencial do mercado da água seja de um trilhão de dólares” (2013, p. 276).

Sobre as privatizações de recursos hídricos que acontecem na década de 1980, Boaventura Souza Santos adverte: “as consequências foram desastrosas como o aumento das tarifas, piora da qualidade da água, diminuição de investimentos no setor, falência das empresas municipais, geração de conflitos de interesse e corrupção” (VALADÃO, 2013, p. 277). Atualmente diversos países que transferiram os serviços de saneamento à corporação do ramo Suez Lyonnaise tem denunciado que a empresa desrespeita o meio-ambiente, cobra tarifas elevadas e a qualidade do serviço é decrescente. A Suez junto com a empresa Vivendi Environment, são as mais poderosa do ramo e estão presente em cento e vinte países (VALADÃO, 2013, p. 277).

Assim como a fome no mundo é justificativa para empresas como a Monsanto estender seus domínios sobre o suprimento de alimentos, a escassez dos recursos hídricos trata-se de uma justificativa com o mesmo objetivo de privilegiar as corporações. As privatizações limitam o acesso à água e a gestão corporativa assume as lógicas de mercado e comércio que visam lucros e não suprir as necessidades coletivas. Segundo a lógica econômica a distribuição de água sob preços altos ajudaria na conservação do recurso, como ratifica Anderson e Zinder, no livro intitulado ‘Mercados

de Água' (Water Markets): "Quando os preços sobem as pessoas tendem a consumir menos de uma determinada mercadoria, buscando outros meios para atingir o objetivo buscado. A água não é uma exceção à essa regra" (SHIVA, 2003, p. 32). Isso implica na exclusão das pessoas que não podem pagar pela água, estima-se que atualmente mais de um bilhão de pessoas no mundo sofrem com a escassez do recurso (SILVA, 2012). Em 1998, vinte e oito países sofriam com a escassez do elemento, em 2025 é previsto que essa cifra aumente para cinquenta e seis (SHIVA, 2001). Da mesma forma como ocorre com os transgênicos, a estrutura do sistema político e econômico moderno gerou esse problema de escassez, portanto ratificar suas estruturas através das privatizações não pode solucioná-lo.

Mais uma vez pode-se observar a tendência de centralizar o poder e gestão de esferas fundamentais à vida pelas corporações, que são amparadas por instituições como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio em aliança com os governos locais. Sendo assim observa-se a centralização dos serviços de alimentação, de abastecimento e saneamento de água e serviços de saúde que representam um poder corporativo, baseado na concepção científica de controle da natureza. O serviço de educação funciona como meio de difusão e reforço da estrutura do pensamento cartesiano, Milton Santos aponta para esse movimento nas universidades, sendo que os cursos que recebem os maiores investimentos são aqueles que podem produzir soluções técnicas que beneficiem à empresários. Os meios acadêmicos poderiam apresentar reflexões e soluções para os problemas da atualidade, entretanto a aceitação da soberania do pensamento científico moderno, ao qual Santos refere como cientismo, a influencia crescente da chamada tecnocracia e a promessa de cargos de destaque para aqueles que se adequam a esse padrão, se tratam de obstáculos para os objetivos de uma renovação. Segundo Santos é pela "ameaça da gestão técnica e racionalizadora, que leva ao assassinato da criatividade e originalidade" (SANTOS, 1992, p. 103). Como tal gestão leva ao 'assassinato' dos saberes tradicionais, de seleção criativa das sementes, por exemplo, nas universidades ocorre um processo similar colocando o pensamento, à inteligência e a criatividade humana à serviço do modelo dominante.

A criatividade e originalidade são ameaçadas pela gestão centralizada das corporações modernas e a homogeneização cultural e biológica à que elas impelem, deixando as populações progressivamente mais afastadas de um pensamento holístico e de um sistema participativo e democrático. Com relação às privatizações de fontes hídricas, Vandana Shiva defende uma democracia da água, na qual as pessoas possam

saber e decidir a quem pertence, de que forma e para qual objetivo o recurso está sendo utilizado, o que torna-se possível pela gestão coletiva das fontes hídricas. (SHIVA, 2003, p. 15). Sobre a participação pública e a questão ambiental Campos expõe:

A participação é parte que integra o exercício democrático, é alicerce da cidadania. A continuidade da democracia numa sociedade pluralista depende de uma participação popular que busque solidificar/intensificar/atualizar as conquistas em todos os campos, neste caso, as relacionadas com os problemas das incertezas globais referentes à questão do meio ambiente (CAMPOS, 2007, p. 33).

Assim como os direitos de propriedade coletiva podem salvar os conhecimentos e sementes tradicionais, a propriedade coletiva da água também é uma alternativa que prioriza o bem-estar público e a preservação ecológica. De acordo com Shiva os coletivos podem se autogestionar e estabelecer as normas de utilização e restrição de uso, o que permite que a utilização seja sustentável e o acesso igualitário seja garantido (SHIVA, 2003). Os sistemas de autogestão dos recursos hídricos na Índia foram dissolvidos no período colonizador britânico, no qual este exercia o controle centralizado (SHIVA, 2003). Ao contrário da centralidade do poder corporativo, as gestões coletivas tendem a preservar o meio-ambiente. As vantagens desse tipo de gestão apontam para

[...] a maior igualdade de acesso, benefícios ambientais e empoderamento das comunidades locais como grandes vantagens da gestão participativa quando analisa dados de Narayan (1994) sobre a participação efetiva de pequenos produtores em projetos rurais de água. De maneira geral, a gestão participativa de recursos ambientais tende a agregar forças no sentido de preservação e uso racional (MIRANDA, 2010, p. 19).

Outro caso de sucesso ecológico na administração comunitária se encontra no Colorado, EUA. Na parte superior do rio grande, o sistema de valas tradicionais aproveitam a gravidade para regar e nutrir o solo, plantas e animais. As valas de irrigação não produzem apenas mercadorias, mas torna possível o florescer de uma vegetação abundante em um território que é originalmente deserto. O agricultor Joseph Gallegos, relata “uma maior abundância de plantas significa que a vida silvestre – aves e mamíferos- tem onde viver. Os ecologistas chamam isso de biodiversidade. Eu chamo de vida, terra e vida” (SHIVA, 2003, p. 41).

Com a introdução da gestão coletiva de bens comuns, deve ser permeada por regras formais e informais que regulem e monitorem o uso, através da organização e participação das comunidades gestoras. “Uma diversidade de sociedades no passado e no presente tem, de forma independente, elaborado, mantido ou adaptado sistemas

comunais voltados ao manejo de recursos de propriedade comum” (FEENY et al., 2001 apud BARBOSA, 2011, p.36).

As regulações estabelecidas pela gestão comunitária podem se basear no processo de regeneração dos ciclos hídricos que são fundamentais para a preservação da disponibilidade de água. O objetivo deve ser o bem-estar e o benefício coletivo. As privatizações e propriedades privadas tem o objetivo de acumulação egoísta, em contrapartida a propriedade coletiva pode levar ao suprimento das necessidades sociais e a preservação ambiental como foi exemplificado.

A gestão comunitária tem a potencialidade também de fortalecer os saberes tradicionais que possuem conhecimentos sobre as especificidades das regiões onde vivem. Na Índia, antes da colonização inglesa, os saberes indígenas permitiam a construção estruturas de armazenamento de água e regulação do fluxo fluvial que não interferem violentamente na natureza, como por exemplo, o Anicut sobre o rio Kaveri, uma estrutura de regulação do fluxo das águas que funciona há mais de mil anos. No país também são encontradas outras estruturas de aproveitamento e armazenamento de água que contribuem para a sustentabilidade do recurso, chamados dongas e bandharas, ou os sistemas ahar e pyne de Bihar, o qual consiste em um canal por terra que conduz a água até um reservatório (SHIVA, 2003). Essas construções antigas se baseiam no objetivo de compartilhar os recursos naturais estendendo a sua capacidade e estabelecem uma relação criativa entre o ser humano e a natureza.

Vale citar um exemplo sobre a parceria entre o conhecimento ocidental e o conhecimento tradicional. Durante a colonização da Índia, os ingleses estavam com dificuldades em controlar a elevação do rio Kaveri, tentaram fazê-lo por vinte anos sem sucesso. Assim pediram ajuda aos povos nativos e com os seus conhecimentos sobre fundações o problema foi resolvido (COSTA, 1995). Sobre o caso o major britânico Arthur Cotton reconheceu:

Os sistemas de irrigação do rio Madras, executados por nossos engenheiros, desde o começo tornaram-se o maior sucesso financeiro em termos de obra de engenharia mundial, basicamente porque aprendemos com eles (os nativos). Com essa lição sobre fundações, construímos pontes, açudes, aquedutos e vários tipos de obras hidráulicas. Assim, somos profundamente devedores dos engenheiros nativos (COSTA, 1995, p. 19).

À Cotton foi atribuído o papel de inventor das elaboradas construções de regulação das águas que foram possíveis graças as técnicas desenvolvidas pelos nativos (COSTA, 1995, p. 19), assim como às corporações que desenvolvem as sementes transgênicas são reconhecidas como inventoras destas, negando a criatividade das

populações tradicionais. Cotton, afirma que as construções dos nativos indianos “São obras nobres, que mostram coragem e talento de engenharia. Têm resistido à centenas de anos” (COSTA, 1995, p.19). O Major reconhece que os ingleses a princípio não eram capazes de reconhecer a grandiosidade e inventividade dessas obras (COSTA, 1995). Isso é reflexo da ideia de superioridade tanto dos próprios ocidentais ou o homem branco, quanto de seus conhecimentos e modo de viver, que se amplia no mundo moderno. As crises atuais podem abrir espaço para mudança desse paradigma, ao aceitar que não é necessário que haja uma sobreposição de saberes, mas que a troca de conhecimentos e ações cooperativas com objetivos de preservação cultural e ambiental, podem ser as chaves para a resolução dos problemas modernos.

Sendo assim a parceria entre o conhecimento tradicional e as novas tecnologias podem apresentar soluções criativas para os problemas da atualidade, para isso acontecer a lógica cartesiana e exaltação do econômico que move as tecnologias atuais precisa mudar. Segundo Cotton o senso de engenharia dos nativos indianos é “fundamentado na preocupação ecológica” (COSTA, 1995, p.19). Mais uma vez pode-se notar a diferença fundamental entre o conhecimento tradicional sustentável e o conhecimento moderno destrutivo, o conhecimento dos nativos é ecológico, pois reconhece o todo. Por isso possuem muitas contribuições a fazer à modernidade.

### **3.3. A apropriação dos animais**

Além do controle corporativo sobre os recursos agrícolas a indústria pecuária também exerce domínio sobre a alimentação mundial e fomenta a ampliação de monoculturas transgênicas. Dados e relatórios apontam que a criação de animais em escala industrial para consumo humano é a maior responsável pelas principais crises ambientais da atualidade. Além disso, é uma atividade que se baseia na apropriação, domínio e controle de animais, atribuindo-lhes um valor meramente econômico e instrumental, o que representa profundas contradições morais que são fomentadas pelo sistema dominante.

Gary L. Francione desenvolveu o conceito de esquizofrenia moral como uma das bases para explicar a relação entre os homens e os animais na atualidade. Segundo esse conceito os seres humanos pensam e veem os animais dentro de um contexto moral, mas agem de forma distinta, ou seja, existe uma concepção moral, na grande maioria das pessoas, que aos animais não deveriam ser impostos sofrimentos, o que é comprovado por pesquisas. Em entrevista realizada pela Associated Press, do total de

pessoas entrevistadas nos EUA dois terços concordam com a afirmação “O direito de um animal viver livre de sofrimento deveria ser tão importante quanto o direito de uma pessoa viver livre do sofrimento”. Na Inglaterra noventa e quatro por cento da população e oitenta e oito por cento dos espanhóis “creem que os animais deveriam ser protegidos contra atos de crueldade” entretanto na prática suas atitudes contradizem essa concepção. (TRINDADE, 2013, p. 42).

Segundo Francione a base da esquizofrenia moral dos humanos com relação aos animais esta em justificar sua apropriação em termos morais e legais (TRINDADE, 2013). Essa justificativa permite que mesmo que seja amplamente aceito que não é correto infligir sofrimentos aos animais, o ser humano, ao tornar-se proprietário desses últimos, baseia-se em termos morais e legais, os quais permitem que na ocasião de um embate de interesses entre proprietário e animal o interesse humano prevaleça e a moral se flexibilize. Ou seja, a propriedade outorga o direito dos seres humanos fazem com os animais o que desejarem, como consumir, matar, vender e etc. Sendo assim, de acordo com relações legais os animais só possuem um valor instrumental/extrínseco (TRINDADE, 2013).

Para compreender essa relação deve-se esclarecer o vínculo entre a apropriação e a atribuição de um valor instrumental/econômico aos animais. Para John Locke a princípio todos os recursos da Terra se tratam de bens comuns. O bem comum passa a ser propriedade privada através do trabalho que por sua vez “diferencia o valor de cada objeto, de forma que aquilo que os humanos mais apreciam possui um valor maior.” Sendo assim o trabalho limita e separa o bem comum (TRINDADE, 2013, p. 87). O trabalho, na concepção lockeana, é a ação do homem que em contato com a natureza e seus recursos possibilita a tomada de propriedade privada do que antes era coletivo. Por exemplo, o autor explica que uma lebre na natureza é um bem comum, entretanto quando um ser humano encontra e passa a perseguir o animal este torna-se propriedade daquele realizou tais esforços (TRINDADE, 2013). Essa concepção possibilita que a apropriação dos animais seja além de filosófica também jurídica e economicamente admissíveis. (TRINDADE, 2013).

A apropriação dos animais autoriza que estes sejam vistos como recursos econômicos, já que a propriedade só tem sentido se traz algum benefício ao proprietário. A relação entre ser humano e animais baseada na legalidade da propriedade permite que seja atribuído um valor exclusivamente instrumental à estes últimos. Sendo assim, do um ponto de vista econômico, o ser humano mantém um relacionamento com os

animais de maneira similar ao que estabelece com um brinquedo ou com uma roupa (TRINDADE, 2013). Isso possibilita que, como afirma Capra, os animais sejam “encurralados ou engaiolados em galerias de alimentação automática” (1982, p. 236). Permite também que da mesma forma que as sementes foram geneticamente modificadas representando mais lucros às corporações, os animais também possam passar por modificações genéticas que possibilitem, por exemplo, um ganho de peso e crescimento acelerado, ainda que isso cause doenças e sofrimento a esses seres. Tal concepção instrumental/econômica permite que os animais sejam utilizados em testes da indústria farmacêutica, química e alimentícia. Existem testes de irritação ocular com cosméticos e produtos de limpeza que o produto é colocado nos olhos de animais imobilizados (normalmente coelhos) que permanecem em observação por uma semana, possibilitando a observação de efeitos como dor insuportável, mutilação e cegueira (LOPES). Outros testes mensuram a quantidade de uma substância letal que deve ser administrada até matar metade de um grupo de duzentos ou mais animais (LOPES, p. 59). Existem testes de colisão que “arremessam babuínos contra muros de concreto” (LOPES, p. 59), além de testes psicológicos, com choques elétricos para incitar ódio nos animais e os mais diversos tipos de experiências que lhes causem dor, medo, ansiedade e depressão (LOPES).

Existe outra consideração à ser tomada com relação aos conceitos que fomentam a esquizofrenia moral exposta por Francione. Trata-se de um padrão em não reconhecer os animais como seres vivos, mas enquadrá-los em agrupamentos (animais de estimação; animais para consumo; animais de pesquisa etc) (TRINDADE, 2013). Essa concepção permite que a ideia de queimar os olhos de um cachorro de estimação seja um ato repugnante, entretanto é permitido que queimaduras possam acontecer dentro de um laboratório que testa cosméticos em animais, pois esses últimos estão no grupo dos “animais para pesquisa”.

Os testes e alterações genéticas são justificados pela possibilidade de gerar mais bem-estar e comodidade aos seres humanos. Entretanto o cerne da questão é que por trás dos testes em laboratórios ou da justificativa das comodidades da população, está uma empresa que segundo a lógica de acumulação deseja ganhar mais lucros, não importando as consequências de suas ações, o que se trata de uma visão de sobreposição da vontade humana, no caso dos empresários, sobre qualquer circunstância. Ao analisar o caso dos testes em animais Fernanda Lopes descreve que advertências direcionadas ao Conselho de Bioética com relação aos testes partem de um pressuposto que os homens

são mais importantes que os animais, mas que estes ainda assim devem ser respeitados. (LOPES).

Percebemos aqui a consagração da falida visão antropocêntrica, difusa e aceita em nossa sociedade, em detrimento aos direitos dos animais. Com tal recomendação, o que se quer dizer é que as práticas cruéis com animais devem ser evitadas, mas se forem necessárias para o “bem estar” do homem, elas serão aceitas e legítimas (LOPES, p. 156).

Essa visão é complementar ao ponto de vista de Francione, o qual argumenta que os proprietários estabelecem o valor de seus bens de acordo com o que lhes traga mais privilégios, sendo que no caso da indústria é o lucro. Ainda segundo esse ponto de vista, o autor compara à exploração animal com a escravidão humana, que por sua vez também era determinada pela propriedade, no caso, de um homem sobre outro, outorgando a liberdade de infligir sofrimento ao escravo/propriedade quando isso lhe trouxesse qualquer benefício (TRINDADE, 2013). Esse tipo de relacionamento com base na propriedade impele a uma relação entre os envolvidos que se fundamenta na superioridade e supremacia do proprietário.

A análise de Francione pode ser estendida na compreensão de que a apropriação de recursos como a água, as sementes, o solo e a atmosfera (no caso de comércio de títulos de carbono) faz com que seus proprietários deem a esses recursos um valor econômico, tendo total liberdade de ação com o objetivo de conseguir mais lucros.

Sendo assim, ao proprietário é permitido atribuir um preço de comercialização e poluir, superexplorar e depredar, quando isso lhes for gerar mais benefícios. Como visto a indústria justifica o domínio dos transgênicos com base no argumento do benefício da população com relação ao fornecimento de alimentos, também justifica a privatização de fontes hídricas dizendo que gestão privada desse recurso escasso é adequada que é para o benefício comum. De modo análogo a indústria de cosméticos, farmacêutica, pecuária afirma que os testes e criação de animais para consumo são para o bem-estar, conforto e regalias para a população. Entretanto na realidade os únicos que são privilegiados por essas estruturas são os donos das corporações enquanto que a natureza, os animais são progressivamente mais explorados, e a população é cada vez mais enganada.

A exploração dos animais pela indústria de alimentos e pecuária tem causado os mais diversos desequilíbrios ambientais, segundo a ONU o consumo mundial de alimentos de origem animal é insustentável do ponto de vista ecológico, pois implica no aumento exponencial dos impactos causados pela agricultura. (UNEP, 2010) Alguns

dos problemas ambientais causados pela produção de alimentos de origem animal (carnes, leite, ovos etc) serão relatados abaixo.

Dados publicados pela FAO demonstram que um terço das terras cultiváveis são destinadas à produção de ração animal (FAO, 2006 apud WWF, 2014) . Jonathan Foley escreveu, na revista *Scientific American* (2011), que “utilizar terras cultivadas muito produtivas para produzir ração animal, não importa com quanta eficiência, representa um sorvedouro líquido do potencial mundial de abastecimento de alimentos”. O relatório da WWF ainda aponta que um bilhão e seiscentos animais consomem mais de quatro bilhões de toneladas de ração, o que representa mais do que quatro vezes a quantidade necessária para alimentar toda a população humana mundial (Flachowsky, 2008 apud WWF, 2014, p. 83), sendo que os animais levados em consideração para essa pesquisa foram gados, búfalos e camelos, o que exclui galinhas, frangos e porcos que são amplamente criados em escala industrial e destinados ao consumo humano. Sendo assim o problema da fome no mundo que é muitas vezes atribuído à superpopulação na realidade poderia ser solucionado com uma mudança de dieta tal qual sugere a ONU. (WWF, 2014, p. 83)

Esses dados apontam para a relação de reforço mútuo entre a pecuária e a ênfase dada ao agronegócio, pois a ração animal é constituída por grãos, principalmente a soja. Segundo o relatório da WWF três quartos da produção mundial de soja é utilizada como ração animal (WWF, 2014). O mesmo relatório indica ainda que o aumento exponencial dos cultivos do grão está intimamente ligado à criação em escala industrial de gado para consumo (WWF, 2014). A produção de soja em cinquenta anos foi multiplicada por dez, sendo que hoje abrange uma área de mais de um milhão de quilômetros quadrados, o que equivale à soma dos territórios da França, Alemanha, Bélgica e Holanda. Segundo a FAO, a previsão é que essa produção duplique até 2050 (Bruinsma, 2009 apud WWF, 2014). Isso implica em maior concentração de terras, mais centralização do poder corporativo, mais plantações de transgênicos (lembrando que até 2009, setenta e sete por cento da soja cultivada no mundo era transgênica).

Se a maior parte da soja produzida é utilizada para ração e não para alimentar as oitocentas e cinquenta milhões de pessoas que passam fome no mundo (SILVA, 2012), a produção de alimentos de origem animal, carnes e laticínios especificamente, também não são utilizados para essa finalidade. O consumo desses produtos são destinados em grande parte aos países que possuem populações com maior renda, como é o caso dos EUA e da Europa. Estudos apontam que apenas a população de dezenove países, de

oitenta foram analisados, tem como principal fonte de proteínas alimentos de origem animal. (SZARFARC, 1979). Ou seja, os produtos dessa indústria destinam-se a alimentação de uma pequena parcela da população.

Os hábitos alimentares e modo de vida dos países desenvolvidos criam um imaginário na população mundial de ser superior. Por exemplo, a um homem de terno e gravata tende-se a dar mais importância do que à um camponês que tem as roupas com terra pelo trabalho na lavoura, ainda que o empresário engravatado seja responsável pela degradação ambiental e o camponês saiba como a preservar à natureza. Enfim, a população é impelida à buscar esse ideal ‘engravatado’ que representa basicamente o status de uma pessoa que possui conhecimento acadêmico e é economicamente realizada. Entretanto se trata de mais uma das falácias do sistema dominante que causa a destruição ambiental, pois segundo relatório da ONU alguns problemas ambientais tendem a aumentar ao menos oitenta por cento na medida que a renda da dobra. (UNEP, 2010).

Além da questão social de distribuição de alimentos, relatórios apontam que a diminuição no consumo de carne é necessária para que haja uma redução no desmatamento com a finalidade de liberar terras para o cultivo de matérias primas para os biocombustíveis (milho, cana, soja, algodão) (WWF, 2014). Estes seriam alternativas ecológicas ao uso de combustíveis fósseis, como é o caso do petróleo, do qual a queima gera gases responsáveis pelo efeito estufa. Entretanto, o uso de biocombustíveis não representam uma alternativa segura para os problemas ambientais já que implica na perpetuação das monoculturas e sementes transgênicas. Além disso, a FAO divulgou por meio de relatórios que a pecuária é responsável pela emissão de dezoito por cento dos gases de efeito estufa (WORDWATCH, 2009). Essa cifra é superior aos treze por cento que são resultantes da queima de combustíveis fósseis provenientes de todo o sistema de transporte mundial (carros, aviões, navios e etc). Esses dados são alarmantes devidas às preocupações atuais com relação ao aquecimento global que é crescente e ameaça a vida na terra. No entanto, a situação é ainda mais alarmante, pois, ao desconfiar de falhas nos dados publicados pela FAO, o Worldwatch Institute empregou pesquisas e concluiu, através do relatório *Livestock and Climate Change*, que a pecuária e seus subprodutos são responsáveis pela emissão de cinquenta e um por cento dos gases estufa que causam o aquecimento global (WORDWATCH, 2009). Esse relatório também conclui que uma mudança na alimentação mundial, substituindo produtos de origem animal é essencial para a sustentabilidade do planeta. (WORDWATCH, 2009)

Outro ponto é que a criação de gado também está relacionada com o desmatamento das florestas. Em artigo publicado pelo Instituto Imazon a pecuária é apontada como a “maior responsável pelo desmatamento” da Amazônia. (Souza *et al*, 2006 apud BARRETO *et al*, 2008). O estudo cruza os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e do IBGE e conclui que no período de 1990 a 2006 dos trinta milhões e seiscentos hectares desmatados da região (INPE, 2007), mais de vinte e cinco milhões foram ocupados por pastos, sendo que os outros cinco milhões destinaram-se ao agronegócio (IBGE, 2007). Esse desmatamento causa danos à biodiversidade local e aos ciclos hidrológicos como foi discutido anteriormente.

A região amazônica é considerada estratégica com relação a lucros de produtividade com relação ao território utilizado para o gado e para os monocultivos que acontece através da apropriação das terras públicas. O relatório da Imazon divulgou que oitenta por cento do desmatamento na Amazônia é feito de forma ilegal (BARRETO *et al*, 2008). Os fazendeiros utilizam de um mercado informal para a comercialização das terras públicas ou utilizam documentos falsos que permite o seu registro em cartórios. Em 2001 setenta milhões de hectares eram propriedades que utilizavam documentos falsos e em 2003 a posse ilegal, sem documentos, era de quarenta e dois milhões de hectares “o que equivale à soma dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraíba e Sergipe” (BARRETO *et al.*, 2008). O documentário *Cowspiracy* divulga que na Amazônia quatro mil e quarenta e sete metros cúbicos de floresta são desmatados por segundo, o equivalente a um campo de futebol a cada segundo. (COWNSPIRACY, 2014).

Essas atividades comerciais entram em conflitos com as comunidades indígenas que vivem na região, já que o estudo do instituto Imazon afirma que até mesmo as áreas protegidas e terras indígenas da Amazônia tem sido apossadas de forma ilegal (BARRETO *et al*, 2008). Os territórios ocupados pelos povos nativos são bens coletivos, que não pertencem apenas às comunidades, mas à toda humanidade, enquanto que as terras privadas são destruídas e os lucros vão para os poderosos do agronegócio e da pecuária. Eugênio Scannvino é fundador da ONG ‘Saúde e Alegria’ que trabalha na região amazônica, ele aponta para essa diferença entre a gestão dos territórios feita pelos nativos e pelas privatizações dizendo que os monocultivos não beneficiam de forma alguma às comunidades, seja por efeitos sociais ou ambientais, por outro lado as comunidades nativas estabelecem relações harmônicas com a natureza e que são defensores da floresta. (CAMARGO, 2006).

Além das florestas, atmosfera, terras e população que são prejudicados pela indústria pecuária, os recursos hídricos também são impactados produção de produtos de origem animal. Neste caso utilização da água virtual, que é a quantidade total do recurso utilizada para chegar ao produto final, deve ser levada em consideração. Segundo relatório divulgado pela Organização Mundial da Saúde, para a produção de um quilo de carne bovina são necessários quinze mil litros de água, para a produção de frango seis mil, sendo que para produzir a mesma quantidade de cereais são utilizados quatrocentos litros, as produções de batatas, frutas, tubérculos e raízes utilizam em média um litro (SANCTUARY *et al.*, 2004/2005). Esses dados tornam-se muito importantes em um mundo que sofre com crise hídrica, pois relatórios apontam que a atenção ao uso virtual da água é essencial para a gestão dos recursos hídricos (HOEKSTRA, 2003). Sendo assim, os produtos de origem animal são duplamente responsáveis pela escassez de água, já que além das grandes quantidades de água utilizadas para a produção de carne, o desmatamento da Amazônia esta sendo apontado como fator determinante para a seca do sudeste e é causado principalmente pela pecuária.

De acordo com o documentário *Cowspiracy*, se recomendações governamentais sobre a diminuição do consumo de água forem seguidas à risca, como banhos curtos, diminuição do fluxo de água nas torneiras, descargas que utilizam menos água, etc, um pessoa por dia pode economizar cento e setenta e sete litros de água. Trata-se de uma quantidade ínfima em comparação aos dois mil e quinhentos litros que são poupados se uma pessoa deixa de comer um hambúrguer de cento e dez grama, ou seja, um hambúrguer a menos equivaleria à dois meses de banhos curtos. Ainda existem outros dados que apontam que para produzir um quilo de carne bovina é necessário utilizar cem mil litros de água (ARMAND, 1998), isso equivaleria à quantidade de água utiliza em duchas tomadas por uma pessoa durante quatros anos e oito meses (WALDMAN, 2003).

Deste modo, a própria ONU reconhece que uma redução nos impactos ambientais só é possível através de mudança na dieta da população que elimine produtos de origem animal. (UNEP, 2010). Sendo que o relatório da instituição que contem essa recomendação só considera a ligação entre a agricultura e a pecuária, não levando em conta os impactos sobre a agua, desmatamento, aquecimento global e etc.

Portanto tomando como base as explicações sobre os impactos ambientais e as recomendações de diversos relatórios sobre o assunto, pode-se dizer que uma

alimentação que exclua produtos de origem animal é essencial para a sustentabilidade planetária. Além do benefício global, a adesão à uma dieta deste tipo pode contribuir para melhorias na saúde humana, pois apresenta-se como benéfica na prevenção e tratamento de doenças como as cardiovasculares, diabetes, hipertensão arterial, obesidade, doença renal crônica, câncer, psoríase, artrite, perturbações gastro intestinais, catarata, doença diverticular e crohn, entre outras (FERREIRA, 2012).

Para além das questões sociais e ambientais, também existem as considerações sobre os direitos dos animais. Como discutido anteriormente a incoerência que permite a exploração está na visão antropocêntrica que coloca o ser humano acima de todas as leis da natureza. Essa concepção permeia diversas esferas, como a exploração das indústrias sobre o meio ambiente, e reflete nas esferas sociais quando as pessoas passam a se considerar superior a outras por exercer um cargo em uma empresa de prestígio, por exemplo. Nota-se que a população está progressivamente se aproximando dos ideais fomentados pelas corporações e se afastando das noções de cooperação e reciprocidade que eram encontradas nas comunidades tradicionais, indígenas e não indígenas. Pode-se dizer que o antropocentrismo é transformado, nas esferas sociais, em egoísmo e individualismo. As crises ambientais apontam para a necessidade de mudança e as soluções parecem repousar no retorno aos valores e práticas que estão ameaçados pelo poder centralizado e homogeneizador. A participação popular é de suma importância para que ocorram mudanças, entretanto a participação não é possível se não houver o acesso à informação do porque esse sistema precisa mudar, de que modo e qual é a meta a seguir.

Os meios de comunicação de massa difundem informações sobre os efeitos de crise, por exemplo a seca, o efeito estufa, mas não informam a população sobre as causas dessas crises, não educam sobre como elas tem o poder de mudar essas situações. Ao contrário impelem às pessoas, também através da publicidade, a continuarem apoiando o modo de vida e de percepção do mundo que são as causas das misérias sociais e ecológicas. O marketing é responsável pelas escolhas de consumo da população em geral e de acordo com Holbrook e Hirschman o consumo está ligado à “fantasia, sentimento e divertimento” (BARCELLOS, 2007, p. 37). Segundo os padrões de consumo alimentar pode-se dizer, com base em estudos, que comer é uma necessidade fisiológica que não interfere na escolha do que comer (BARCELLOS, 2007).

Portanto o marketing relaciona o consumo de carne (especificamente bovina) com valores como a “força, poder e valores típicos relacionados com a masculinidade”. (BARCELLOS, 2007, p. 59). Entretanto estudos mostram que a relação da carne e o animal vivo, abate, sangue, agressão, violência, hormônios e doenças animais, fazem parte de associações negativas que impelem as pessoas a diminuir o consumo. (BARCELLOS, 2007). Isso significa que a associação positiva ao consumo de carne é unicamente fruto de uma fantasia produzida pelas propagandas, que reforçam os valores como força e poder, os quais segundo a análise de Capra se relacionam ao poder dominante da modernidade (polo yang). Os valores que impelem as pessoas a rejeitar o consumo de carne como a agressão e sofrimento sofridos pelos animais correspondem a emoções ligadas à compaixão e à consciência ecológica (polo yin) e representam à realidade, pois comer carne não tornará de fato alguém poderoso, no entanto seguramente infligirá sofrimento animal, além da degradação ambiental.

Pode-se perguntar por que as pessoas mesmo tendo a tendência a repudiar o sofrimento animal comem carne. Voltando a abordagem de Francione, o autor explica que existe uma flexibilidade moral com relação a infligir sofrimento aos animais se isso é justificado por um interesse humano (TRINDADE, 2013), ou seja, se as pessoas alegam que gostam de comer carne esse ‘gosto’ torna-se uma justificativa para milhares de animais sejam criados em cativeiros, abatidos de maneira violenta e etc. Além disso, Francione explica a relação entre a propriedade e a negligência de um interesse comum entre seres humanos e animais, o que o autor estabelece como sendo o ‘interesse em não sofre’ (TRINDADE, 2013, p. 110). Segundo o Francione o reconhecimento do valor inerente, que nessa abordagem se relaciona com o interesse comum em não sofrer, protegeria homens e animais de tornarem-se propriedades (TRINDADE, 2013), que por sua vez impede que lhes seja atribuído valor econômico e negligenciado o interesse comum.

Com relação ao reconhecimento de um valor inerente pode-se fazer um paralelo com as culturas tradicionais. Para os indígenas a forma externa de cada animal é uma roupa que encobre “uma forma interna humana” a qual seria o espírito ou essência (CASTRO, 1996, p. 117), isso resulta em uma não diferenciação entre o ser humano e o animal, a qual é descrita por Viveiros como “uma noção virtualmente universal no pensamento ameríndio”. (CASTRO, 1996, p. 118). Essa concepção permite que nas tradições indígenas o ponto em comum entre os seres humanos e os animais seja a, condição humana ou humanidade, ao contrário do que a teoria evolucionista impele ao

relacioná-los pela animalidade, ou seja, utilizando como referência a espécie humana. (CASTRO, 1996). Se para Francione o que impede a apropriação e exploração dos animais é o reconhecimento de seu valor inerente que se relaciona a um interesse comum, os indígenas não se apropriam ou exploram os animais pelo reconhecimento de um valor inerente que pode ser traduzido pela presença de uma essência espiritual em comum.

No contexto dos saberes indígenas, a diferenciação entre espécie humana e condição humana relaciona-se “a ideia das roupas animais a esconder uma “essência” espiritual comum” (CASTRO, 1996, p. 119). A perspectiva de espécie neste caso pode ser compreendida como relacionada apenas ao corpo que é mutável. Sendo assim, pode-se dizer que os indígenas se relacionam de forma prática não com o que os diferencia dos animais, o corpo, mas sim com a presença da humanidade, a essência, a característica que possuem em comum com os seres humanos. Essa perspectiva interfere principalmente nas escolhas alimentares dos povos nativos que produz “restrições ou precauções alimentares” (CASTRO, 1996, p. 119).

De forma similar, Pitágoras de Samos era vegetariano devido a sua concepção de metempsicose, ou seja, da transmigração da alma (TRINDADE, 2013), a qual significa que o corpo, seja humano ou animal é perecível, entretanto se considera a existência da alma que transmigra de um corpo à outro após a morte. Esse reconhecimento leva a uma relação entre o ser humano e outros seres vivos reconhecendo que a essência de ambos é a mesma, portanto o corpo pode ser diferente, mas o que anima o corpo é algo que todos os seres vivos tem em comum. Essa concepção é amplamente encontrada na cultura indiana especificamente na tradição védica. O Srimad Bhagavad Gita explica essa concepção: “Assim como uma pessoa coloca novas vestimentas deixando as velhas, de forma similar, a alma aceita novos corpos materiais abandonando os velhos e inúteis” (PARAMADVAITI; ATULANANDA, 2009, p. 18).

Essa concepção é um dos fatores que influencia a cultura indiana tradicional ser adepta do vegetarianismo. O reconhecimento de que existe uma essência espiritual em comum ou alma resulta na compreensão de que homens, mulheres, brancos, negros, animais, plantas, etc são, em última instância, iguais e assim o respeito deve guiar as relações (PARAMADVAITI; ATULANANDA, 2009). Nota-se a oposição entre os saberes tradicionais védicos e o sistema cartesiano, a qual considera o ser humano mestre e senhor da natureza, ou seja, superior à tudo, proprietário dos animais e dos recursos naturais. Vale recordar também que os Europeus, com base em argumentos da

filosofia judaico cristã, negaram a existência da alma nos indígenas, negros e mulheres e assim justificavam a sua exploração, opressão, escravidão, tortura e assassinato.

Ou seja, o mecanicismo ao ver o mundo (incluindo os animais) como máquinas nega-lhes um valor intrínseco, ou seja, nega a vida, da mesma maneira a Igreja negava a vida (alma) de outros seres vivos para poder justificar abusos e dominação. Se os saberes védicos e indígenas impelem à um relacionamento baseado no que há intrinsecamente em comum entre os seres vivos, colocando-os em um patamar de igualdade, o que resulta em relações com base no respeito, a igreja e o sistema cartesiano, por sua vez, valem-se da diferenciação, focados em aparências físicas, que implica na superioridade de uns sobre os outros e assim justifica a exploração.

Em 1970 Richard Ryder ao criticar a crueldade no tratamento dos animais por parte dos seres humanos, desenvolveu a teoria do especismo que coloca em paralelo a discriminação destinada a outras espécies com a discriminação racial por ambas basearem-se em aparências, Ryder argumenta:

Especismo, racismo (e até mesmo sexismo) não levam em conta ou sobrestimam as semelhanças entre o discriminador e aqueles contra quem este discrimina e ambas as formas de preconceito expressam um desprezo egoísta pelos interesses dos outros e por seu sofrimento (1991 apud TRINDADE, 2013, pág. 29)

Francione adicionou ao especismo o fator propriedade, a qual é o “paradigma legal no qual o especismo está assentado” (TRINDADE, 2013, p. 35), sendo assim o especismo bem como outros tipos de comportamento discriminatório estão vinculados a pratica de dominar um animal ou ser humano, como propriedade, para em ultima instancia utiliza-lo como recurso econômico (TRINDADE, 2013). Segundo Francione, os argumentos bases que justificam a exploração tanto dos animais e quanto dos seres humanos (como o caso dos indígenas ou negros) são análogos em sua estrutura, pois se baseiam na diferença entre “eles e nós” (TRINDADE, 2013, p. 36). Pode-se dizer que as sociedades tradicionais, no caso as indígenas e védica, baseiam-se no respeito aos animais e à coletividade, pois a sua concepção fundamenta-se em uma não diferença intrínseca entre “eles” e “nós”.

Portanto pode-se fazer a reflexão que o reconhecimento de algo em comum entre animais e seres humanos, seja como ocorre nas tradições védica e indígenas, ou seja, como propõe Francione no reconhecimento do valor inerente (TRINDADE, 2013) impede o desenvolvimento de um sentimento de superioridade, que em um primeira instância impossibilita que os animais se tornem propriedade, que posteriormente lhes

seja atribuído um valor econômico e assim os protege da exploração e do sofrimento. Portanto esse reconhecimento, de algo em comum, faz-se imperativo para acabar com o sofrimento animal, e com os problemas ambientais decorrentes de estes serem tratados como produtos.

De forma análoga a superioridade do homem com relação à natureza é proveniente de ideais mecanicistas, que destitui a Terra e a natureza de sua capacidade de se auto-organizar e auto-regenerar, transformam a Terra em uma máquina que justifica à sua apropriação e atribuir-lhe meramente valores econômicos, o que tem levado à exploração ilimitada dos recursos naturais e à sua destruição do planeta. O argumento de Francione que o reconhecimento de um valor inerente aos animais, os coloca na posição de receber um tratamento moral adequado (TRINDADE, 2013) pode ser estendido à necessidade de reconhecimento de um valor inerente à Terra em substituição ao valor econômico que lhe é atualmente atribuído. Se para Francione o valor inerente se relaciona ao interesse comum em não sofrer, o interesse da Terra em não sofrer, ou seja, em não ser degradada, na realidade é o interesse do próprio ser humano em conservar a sua existência, já que estes dependem da natureza. Deste ponto de vista, faz-se lógica e filosófica a afirmação do cacique Seattle em carta ao governo dos EUA:

Tudo o que acontecer à Terra, acontecerá aos filhos da Terra. Se os homens cospem no solo estão cuspidos em si mesmos. Isso sabemos: a Terra não pertence ao homem; o homem pertence à Terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas (SEATTLE, 1854)

O pensamento das culturas tradicionais citadas pode ser visto como sentimentalista quando defendem que a Terra é a mãe e que todos são irmãos. Na cultura védica a Terra é um ser vivo, chamada Bhumi, e se referem a ela como Bhumi Ma, sendo que Ma significa mãe. A visão da Terra como mãe implica que esta deve ser cuidada, protegida, assim como o pensamento que considera a todos como irmãos tende a considerar o bem estar coletivo, o que inclui a natureza e os animais. Em outras palavras essas tradições por reconhecerem o valor intrínseco do ser dão igual tratamento a todos os animais, já que em essência eles são o mesmo. Portanto, parece sentimentalista aquele que protege e diz que ama ao ‘animal doméstico’ enquanto fecha os olhos para vinte e cinco mil mortes por segundo de ‘animais destinados ao consumo humano’. (TRINDADE, 2013, p. 17).

Além do reconhecimento da essência em comum, na tradição védica existe o entendimento que um sofrimento destinado à outra entidade viva (o que inclui animais,

plantas e a própria Terra) impreterivelmente retornará para o executor da ação, em contrapartida uma ação destinada ao bem da coletividade também retornará como consequências positivas (PARAMADVAITI; ATULANANDA, 2009). De forma simplificada pode-se dizer que se trata de uma lei de ação e reação, similar ao pensamento exposto pelo cacique Seattle (pertencente a uma etnia dos EUA). Essa lei guia de uma maneira geral as pessoas à respeitarem à natureza, aos animais e uns aos outros.

Como já foi amplamente discutido o reducionismo e o mecanicismo rompem com essas tradições e a monocultura do conhecimento tende a aceitar como verdadeiros os valores e conhecimentos impostos pelo sistema dominante. Descartes afirmava que os animais não passavam de máquinas, como relógios, que foram criados por Deus para o usufruto dos homens. Para Descartes esses seres não possuíam alma, consciência, capacidades linguísticas, sensações de prazer ou dor, emoções como felicidade e sofrimento, portanto não se faz necessário ter mais obrigações morais com eles do que com um relógio (TRINDADE, 2013). Da mesma maneira se a Terra é um organismo morto, uma máquina também se justifica que não se tenham obrigações morais com ela, daí a tentativa de enterrar a concepção de Terra mãe.

Assim como Descartes para John Locke tudo o que existe sobre a Terra é outorgado pelo Criador aos homens para que estes desfrutem (TRINDADE, 2013). A concepção de Locke é inspirada na aceitação de que Deus ordenou que o homem trabalhasse na terra para o seu próprio benefício (TRINDADE, 2013). É o oposto do pensamento indígena e védico que permitem a conclusão de que em essência todos são irmãos, sendo que do ponto de vista indígena a fraternidade se relaciona mais com a ideia de que todos são filhos da Terra e do ponto de vista védico de que todos são em essência almas espirituais não diferentes entre si. O pensamento judaico cristão que inspirou as teorias de Descartes e Locke define o homem como sendo privilegiado em sua posição na terra, ou seja, superior à todo o resto, pois segundo essa filosofia Deus teria dado todas as coisas para o desfrute do homem. Ainda assim, segundo Locke a razão foi dada ao homem para que estes não destruíssem a criação (TRINDADE, 2013). Desse ponto de vista, o sistema hegemônico moderno que se baseia na apropriação de seres vivos, recursos naturais e da natureza em si parece destituído de qualquer razão. Em contrapartida os indígenas e povos tradicionais categorizados como primitivos, selvagens e incivilizados, ao reconhecer que não são senhores da Terra, mas filhos desta, utilizam desta razão apontada por Locke, atuando como guardiões da natureza.

Apesar do argumento que a revolução científica rompeu com os ideais impostos pela Igreja o pensamento de mecanicista e cartesiano não rompe com a ideologia judaico-cristã no que diz respeito à relação entre seres humanos, animais e natureza. Pois a Igreja aceitava e continua aceitando a exploração dos animais, já que estes são vistos como seres sem alma e, além disso, aceita a exploração da natureza, já que considera que tudo o que há na Terra foi dado por Deus à humanidade. Sendo assim, o pensamento científico moderno por excluir os animais de uma esfera de moralidade e considerar que os seres humanos são donos (mestres e senhores) da natureza, acaba somente ratificando com fórmulas matemáticas o pensamento judaico-cristão. As instituições acadêmicas, as corporações, os meios de comunicação trabalham de forma a sustentar e perpetuar essa doutrina, excluindo todas as outras formas de se relacionar, perceber e conhecer o mundo.

Mais uma vez pode-se notar que a solução para os problemas da atualidade está na diversidade cultural e de saberes, na troca de conhecimentos considerando-os como complementares, na descentralização do poder, no reconhecimento dos direitos intrínsecos dos animais e da Terra, na participação e organização social. A participação social se faz como uma ação política presente em cada escolha individual. Por exemplo, se uma pessoa recebe todas as informações deste capítulo, com relação à produção de alimentos de origem animal, ela tem o direito de escolher adotar uma alimentação vegana (que exclui produtos de origem animal) como também tem o direito de escolher continuar comendo esses produtos. O importante é que a pessoa que escolha continuar com uma alimentação onívora tem o direito de saber que está contribuindo para a degradação do meio ambiente, fortalecimento do poder corporativo, desrespeitando aos direitos básicos dos animais e causando prejuízos à própria saúde. Ou seja, esse tipo de informações tem o objetivo de gerar a consciência de que as escolhas diárias individuais interferem no mundo como um todo.

Essa consciência ratifica as concepções sistêmicas e dos saberes ancestrais que compreendem a realidade de uma forma holística. Por exemplo, a pessoa que escolhe adotar uma dieta vegana está contribuindo para salvar animais, sendo assim enfraquece a indústria, deste modo salva árvores da Amazônia, o que contribui para proteger as comunidades indígenas de terem suas terras roubadas pelos empresários da agropecuária, os indígenas, por sua vez, protegem a floresta, assim não haverá a interrupção no ciclo hidrológico causado pelo desflorestamento e tampouco escassez de água devida à falta de chuvas. Sendo assim, também ratifica a concepção dos saberes

ancestrais de ciclicidade, como é encontrada nas culturas indígenas e védica como uma lei de ação e reação, pois, como explicitado no exemplo, ao final a própria pessoa será beneficiada com chuvas regulares e água a torneira.

O principal problema é que a grande maioria das pessoas não tem o acesso à informações que conduzam à uma mudança de costumes prejudiciais à sua própria saúde e ao meio ambiente. O documentário *Cowspiracy* mostra que essas questões não são amplamente discutidas e difundidas, pois os que o fazem tem suas vidas ameaças pelos donos das corporações. Um exemplo citado no documentário é o caso do assassinato da Irmã Dorothy Staing que defendia a floresta amazônica e conseqüentemente falava em contra a pecuária. Além da irmã estima-se que em vinte anos mil e cem ambientalistas tenham sido assassinados no Brasil à mando dessas industrias. Infligir medo é uma estratégia de dominação que faz parte do controle exercido pelas corporações de diversos ramos. Em entrevista durante o encontro internacional de agroecologia, Vandana Shiva expõe que foi descoberto que a Monsanto (líder no mercado de biotecnologia, sementes transgênicas e insumos químicos) e a black water (agência mercenária) trabalhariam juntas perseguindo os cientistas e ativistas que lutam contra os organismos geneticamente modificados. Sobre esse fato Shiva ratifica: “Isso não é livre comércio, é um ditadura viciosa, violenta, militarizada e por isso temos que acabar com ela” (SHIVA, 2013).

Acabar com essa ditadura à que se refere Shiva significa acabar com a origem dos problemas ambientais e sociais. O Pacto Mundial Consciente trabalha neste sentido, interligando os atores envolvidos nas questões descritas até agora, criando parcerias, promovendo organizações sociais descentralizadas, livre troca de conhecimentos, ações de conscientização, além de incentivar a participação social como um todo promovendo a circulação de informações transparentes sobre a realidade global. Suas bases são o trabalho cooperativo e organizado com o objetivo de promover mudanças locais e globais com o objetivo de fomentar a preservação da natureza, a proteção aos animais e o bem estar da humanidade.

#### **4 UMA RENOVAÇÃO PARA O BENFÍCIO DE TODOS**

Nos três capítulos anteriores foi feito um diagnóstico da situação global atual. Analisou-se através de um pensamento lógico e teórico, inter-relacionado com situações práticas, que as crises da atualidade tem uma origem em comum. Para Capra (1982) esse eixo em comum trata-se de uma crise de percepção. Conforme foi analisado ao longo do trabalho a percepção da sociedade moderna com relação à natureza e aos povos indígenas passou a ser moldada nos séculos XVI e XVII, com dois eventos principais, a invasão dos europeus na América e a revolução científica. Esses eventos são símbolos da sobreposição cultural e do pensamento científico europeu sobre as outras culturas, formas de conceber o universo e sobre a natureza. O presente capítulo busca demonstrar de que maneira uma renovação no relacionamento entre sociedade moderna, povos nativos e meio-ambiente pode trazer melhores condições de vida à todos.

Se em 1500 os países europeus exploravam as riquezas da América e oprimiam a cultura dos povos nativos, posteriormente com o desenvolvimento do capitalismo e do industrialismo as matérias primas provenientes das colônias passaram a ser produtos fabricados, principalmente pela Inglaterra, e distribuídos por todo o mundo (GALEANO). Esses produtos substituíam o que era produzido pelas frágeis manufaturas da América e simbolizavam a passagem da dependência oficial de Portugal e Espanha para uma dependência mascarada da Inglaterra e posteriormente dos EUA (GALEANO). Atualmente os produtos importados dos países do norte invadem todo o mundo, os alimentos industrializados, as roupas e etc e vinculados aos produtos vende-se a ideia de uma cultura superior, símbolo da felicidade ligada à realização econômica, que deve ser copiada pelo resto do mundo.

Essa sobreposição se traduz em um padrão eurocêntrico que tem lançado seus domínios sobre a diversidade cultural do planeta, passando a orientar as relações sociais, a cultura, as crenças, o consumo, o trabalho e o relacionamento do homem com a natureza. Trata-se de uma padronização cultural em favor do pensamento e modo de vida que tem sido responsáveis pelas crises do mundo moderno. Essa homogeneização começou em 1500, com a ação inquisitória sobre os povos nativos e na atualidade se dá pela influência do capitalismo e consumismo, da globalização e dos meios de comunicação como difusores da cultura dominante.

Kellner e Share argumentam que ao mesmo tempo em que os avanços tecnológicos permitiram a maior circulação de informações, também abriram espaço

para que o governo e as empresas pudessem “ampliar seu controle sobre os meios de comunicação, restringir o fluxo de informações e apropriar-se dessas novas ferramentas para o seu próprio lucro e controle, à custa da livre expressão e da democracia” (KELLNER; SHARE, 2008, p. 688). Ou seja, as mesmas instituições que fomentam o controle e domínio da natureza, detém o controle dos meios de comunicação para difundir a ideologia dominante junto à população em geral, assim como no caso das corporações visto anteriormente, atuam de maneira ditatorial e oprimem a diversidade cultural.

Giddens aponta para o para o papel fundamental que desempenha a comunicação em uma globalização cultural:

As tecnologias mecanizadas de comunicação influenciaram dramaticamente todos os aspectos da globalização desde a primeira introdução da impressora mecânica na Europa. Elas formam um elemento essencial da reflexividade da modernidade e das descontinuidades que destacaram o moderno para fora do tradicional (GIDDENS, 1991, p.71).

Os meios de comunicação de massa aliados às corporações difundem a cultura dominante, criando um imaginário de superioridade desta e progressivamente obscurecendo as tradições. A obsessão pela inovação e pelo que é tecnológico afasta as pessoas das tradições e através dos meios de comunicação é difundida e reforçada a ideologia dominante, que se fundamenta no controle social e da natureza. Os produtos e o modo de vida divulgado pelas mídias são símbolos de um status social e representam quase que invariavelmente a cultura europeia e norte americana. A população que é explorada pelo sistema também é enganada de tal forma que adota os valores e os produtos da cultura dominante. As informações e as propagandas veiculadas pelos meios de comunicação de massa geram opiniões, modo de vida e visão de mundo e valores que atualmente passam a ser compartilhadas por todo o mundo, com o intuito de manipular e explorar.

A indústria cultural e a globalização ameaçam progressivamente as tradições, homogeneizam o mundo através da difusão de uma cultura de consumo e de adoração à imagem, ou seja, às aparências. Giddens (1991, p.153) afirma uma das principais consequências da modernidade é a globalização, a qual se trata de um processo “de desenvolvimento desigual que tanto fragmenta quanto coordena — introduz novas formas de interdependência mundial, nas quais, mais uma vez, não há "outros"”. Pode-se dizer que trata-se de um processo dual, pois a homogeneização parte de um pressuposto de que existe um conhecimento, uma cultura, um modo de viver ou

aparência física que é superior à outros. A partir dessa ideia de superioridade difunde-se tal cultura sobrepondo as demais e assim transformando um mundo diverso em uma massa amorfa de pessoas, de culturas, de formas de se vestir-se, do que comer, músicas que escutar, sementes a se plantar e etc.

Portanto a cultura dominante se difunde, principalmente, através da mídia e homogeneiza a sociedade através da informação manipulada e do incentivo ao consumo de determinados produtos. Houston defende que “o fluxo da mídia mobiliza o desejo e o consumo, no sentido em que as interrupções estruturadas intensificam o desejo pelo consumo ilimitado.” (KELLNER; SHARE, 2008, p.689) Sendo assim, se as indústrias desejam produzir e ganhar lucros de forma ilimitada, elas precisam de consumidores que desejem consumir de forma ilimitada e é através da comunicação que se criam esses consumidores. Deve-se ter em mente que produção ilimitada subentende exploração de recursos ilimitada.

Na atualidade, Milton Santos explica que o consumo aparece como “o grande fundamentalismo do nosso tempo” (SANTOS, 2000, p.25), pois abarca todas as pessoas, tratando-se assim de um interesse e uma causa comum no sentido de ser empregado como algo essencial à vida de todos. Assim as indústrias dos países desenvolvidos vendem seus produtos e um modo vida padronizado para todo o planeta. Buscando se adequar aos padrões de vida que são difundidos pelos meios de comunicação a população se emprenha em trabalhos que minam qualquer capacidade criativa e reflexiva e passam a maior parte da vida buscando ter um padrão de econômico ou uma aparência física e de status social que nunca vão conseguir. De acordo com Capra (1982, p.211) “a ausência de responsabilidade e de satisfação, aliada à obtenção do lucro como objetivo principal, criou uma situação em que a maior parte do trabalho executado hoje em dia é antieconômico e injustificado”. Sendo assim a população utiliza sua força de trabalho e os resultados dela (o salário) para reforçar as estruturas de um sistema que progressivamente as explora e causa a degradação ambiental.

Capra (1982) faz a analogia com as sociedades tradicionais em que as pessoas se ocupavam em uma diversidade de tarefas e desenvolviam assim diversos tipos de conhecimentos, sem contar que eram atividades verdadeiramente úteis à vida de todos, por isso empregavam seu tempo de forma produtiva. Já na atualidade,

a maioria das pessoas estão insatisfeitas com o trabalho que fazem e vêem a recreação como o principal objetivo de suas vidas. Assim, o trabalho tornou-se o oposto do lazer, que é servido por uma gigantesca indústria concentrada

na produção de aparelhos que consomem recursos e energia [...] e que exorta as pessoas a um consumo cada vez mais esbanjador (CAPRA, 1982, p.11).

Bauman (2007, p.106) explica que a relação entre sociedade de consumo e economia de consumo, por um lado a “sociedade de consumo tem por base a premissa de satisfazer os desejos humanos de uma forma que nenhuma sociedade do passado pôde realizar ou sonhar”, por outro lado o que movimenta a economia do consumo é “a não-satisfação dos desejos e a crença firme e eterna que cada ato visando satisfazê-los deixa muito a desejar e pode ser aperfeiçoado”. Ou seja, “a sociedade de consumo consegue tornar permanente a insatisfação” (BAUMAN, 2007, p.106). As pessoas ficam cada vez mais frustradas com seus trabalhos buscam a satisfação no consumo de quinquilharias, nos remédios, nas drogas, no álcool. Tudo está dentro de um pressuposto que facilita à dominação e a alienação. É um processo cíclico de dominação.

A visão de Bauman sobre a sociedade de consumo pode ser comparada à visão da cultura védica sobre os desejos materiais. O Bhagavad Gita é um livro sagrado que foi escrito há mais de 5000 mil anos e, no entanto faz apontamentos muito atuais no que se refere à sociedade de consumo. Por exemplo, faz-se uma analogia dos desejos materiais representados como uma fogueira, sendo que esforçar-se para satisfazê-los é como colocar lenha nessa fogueira, sendo que desejos que não são satisfeitos se transformam em insatisfação e logo em ira. Também se explica que o egoísmo é manifestado pelo desejo de dominar os recursos naturais. (PARAMADVAITI; ATULANANDA, 2009). Ou seja, trata-se de uma cultura que ensina exatamente o oposto da cultura dominante, pois compreende que a satisfação material não é o objetivo último da vida e que não conduz à felicidade.

A visão védica pode ser aplicada ao sistema dominante moderno que ao desejar lucros progressivos incita na população, através dos meios de comunicação de massa, o mesmo desejo, já que as corporações só se sustentam se tiverem consumidores. Isso significa que em última instância o consumismo moderno ataca a natureza por cooperar com o poder corporativo. Sendo assim a lógica corporativa estende seus domínios sobre a natureza e sobre a população, explorando ambas progressivamente. Isso quer dizer que as pessoas são reféns do sistema, são levadas a consumir cada vez mais futilidades, se ocupar em trabalhos improdutivos e castradores, tem sua alimentação e suprimento de água controlado pelas corporações. Além disso, o lazer da modernidade quase que invariavelmente está ligado a alguma forma de consumo. Ou seja, forma-se uma sociedade completamente dependente do controle corporativo.

Para o benefício da população, da natureza e da diversidade cultural, deve-se esclarecer a população sobre a realidade atual, mostrando que todos os problemas sociais e ecológicos são causados por um paradigma que visa o privilégio dos empresários das grandes corporações, ou seja, que é baseado na concepção de que eles são superiores pelo seu status social e pelo conhecimento que representam.

A sociedade atual é baseada em um constante fluxo de informações que não são frutíferas, pois geralmente tratam-se de dados descontextualizados que não retratam a realidade como um todo. A palavra informação etimologicamente é dividida em in-não e formare relativo à formação, dar forma. Portanto a sociedade atual é baseada no conceito de não formação. Pode-se refletir sobre as informações veiculadas pelos meios de comunicação, elas não formam ou educam os indivíduos em cidadania e participação, mas tornam os indivíduos amedrontados e lamentadores, não mostram as causas dos problemas e não incitam a mudança. A informação é baseada nos valores do sistema dominante e do pensamento cartesiano e, portanto é mais um meio em agir em contra a diversidade, como outra estratégia de dominação e controle, padroniza o pensamento e modo de vida da população, que é enquadrado dentro de um pressuposto. O consumismo é aliado da não-formação e faz com que os indivíduos cada vez mais ocupem suas vidas, tempo, dinheiro em busca de produtos do capitalismo que nunca os deixarão satisfeitos e que reforçam as misérias e degradação ambiental. As pessoas são controladas pelas corporações, mídia e governo e sua maior arma é a não-formação e o consumo.

A comunicação está intrinsecamente ligada na atualidade ao processo de dominação, entretanto pode-se utilizar dela também para o processo de libertação do controle do sistema dominante. Kellner defende que uma “alfabetização crítica da mídia é um imperativo para a democracia participativa” (KELLNER; SHARE, 2008, p.689), os indivíduos não podem apenas ser informados, mas devem ser formados como agentes críticos e assim participativos. A participação popular esta restrita a atualidade às eleições, entretanto todos os atos da vida de um indivíduos podem ser transformados em atos políticos e de cidadania, basta que ele saibam da extensão de seus costumes, ou seja, que que forma eles impactam no mundo. Também deve-se fomentar a reflexão do ‘porque as coisas são assim?’ e ‘como fazer para mudá-las a partir de sua própria atitude’. Essa é uma das propostas do Pacto Mundial Consciente, incentivar a consciência e a participação popular, transformando a maior arma de dominação em um meio para se atingir mudanças concretas que beneficiem à todos.

Os conteúdos de conscientização são veiculados pela internet, pois propicia o diálogo e a interatividade, e, além disso, é um meio de protagonistas múltiplos, aonde os públicos que antes eram receptores tem a possibilidade de torna-se formadores de opinião “vivenciando a experiência da web 2.0: colaborativa, participativa e com conteúdo descentralizado” (2008 apud WAGNER, 2014, p.17). Os conteúdos difundidos pelo Pacto Mundial Consciente são verdadeiramente descentralizados e propiciam a participação, pois através deles as pessoas podem receber um conhecimento que amplie a sua visão de mundo, que motive às mudanças e gere uma profunda consciência ecológica e social. Trata-se de uma oportunidade de cada indivíduo ser fonte de conhecimento crítico, de que saiba o que está acontecendo no mundo e que suas condutas diárias sejam exemplos de soluções.

O Pacto Mundial Consciente visa formar indivíduos que sejam capazes de gerar mudanças, ser sujeitos da ação, não espectadores. Divulgar o conhecimento da realidade como um todo que proporciona o entendimento de que os indivíduos fazem parte do mundo e as suas condutas e relações o constroem. Os cidadãos tem o direito de saber e de poder escolher entre fazer parte dos problemas ou das soluções do mundo. O pacto Mundial Consciente propõe o resgate do conhecimento que permite ao ser humano entender que é parte da realidade em que vive, que não se lamenta, mas a transforma.

Para isso é preciso despertar o sentido de cooperação por uma causa comum. Milton Santos (2000) defende que a partir de 1500, com a expansão capitalista, a competitividade se instaurou como regra, na análise do autor a competitividade comanda as ações da vida moderna e tem relação com todas as misérias sociais como o desemprego, pobreza, baixos salários, fome, doenças, mortalidade infantil, falta de educação, cinismo, corrupção essas misérias se alastram pelo processo de globalização. A competitividade está ligada à ideia de conflitos de poder, de ter um vitorioso e um perdedor, um privilegiado e um oprimido, de alguém que é superior e outro inferior.

Sendo assim é uma sociedade baseada na diferença entre o ‘outro’ e ‘eu’ que subestima as semelhanças e fomenta a competitividade. Para Santos a “competitividade tem a guerra como norma. Há a todo custo que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar, sendo assim elimina “toda a forma de compaixão” (SANTOS, 2000, p.23). Ou seja, existe uma indiferença na sociedade atual com relação ao sofrimento do outro. Um exemplo é o caso da violação dos direitos dos povos nativos em Belo Monte que Thais Santi (2014) expõe que o que mais a impressiona é o total descaso e indiferença da população com relação ao assunto. A compaixão, cooperatividade, empatia e

solidariedade são oprimidas pela cultura moderna, pois se o objetivo da ciência é o poder e se objetivo econômico é o lucro ambos se relacionam com posturas de competição que inibem sentimentos como a compaixão ou a solidariedade. Capra (1995, p.29) explica que “de acordo com o pensamento budista, não pode haver sabedoria sem compaixão”. Essa compreensão é encontrada amplamente nas tradições místicas, a sabedoria se relaciona com valores que compreendem a coletividade. A atualidade fomenta valores e condutas que valorizem o indivíduo, o privilégio privado.

Como já foi visto a compaixão esta relacionada ao polo Yin e a competição está relacionada ao polo Yang. A compaixão implica a solidariedade e a cooperação, quanto que a competição influi em comportamentos individualistas. Para Santos (2000, p.23-24) tal competitividade justifica o individualismo encontrado na sociedade ocidental que se pode notar nas diversas esferas da vida moderna, como a econômica entre empresas, na política que os candidatos desejam mais ganhar do adversário do que atuar para o benefício da população, em cidades reivindicam soluções que privilegiem apenas sua região e “também na ordem social e individual são individualismos arrebatadores e possessivos, que acabam por constituir o outro como coisa. Comportamentos que justificam todo desrespeito às pessoas são, afinal, uma das bases da sociabilidade atual”. Trata-se de um reflexo, de uma imitação de um padrão de comportamento que se difundiu pelo mundo a partir de 1500. Milton Santos (2000, p.10) explica que “a perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas”.

A negação da cooperação e o fomento ao individualismo e a competitividade fragmenta a sociedade moderna, tornando-a mais propícia ao controle e a dominação. Ou seja, os padrões científicos da modernidade com a fragmentação, negação da vida e voltados para o controle, também se aplicam à vida social com a sua fragmentação através do individualismo e da competição. Também no contexto social nega-se a vida, pois como demonstrou Santos (2000) através das condutas individualistas o outro é constituído como coisa, negando as semelhanças e os interesses em comum. Da mesma forma que o reducionismo fragmenta natureza e as sementes para poder manipula-las, o sistema hegemônico fragmenta a sociedade como meio de controla-la, sendo assim separa-se branco de negros, de índios, separa-se por crença, por religião, por cultura, pela cor da pele, por gêneros, por times de futebol. Segundo Santos o “consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da

personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão.” (SANTOS, 2000, p.25)

Ou seja, trata-se de moldar os seres humanos para os propósitos do poder dominante, as pessoas passam a agir regidas por esses propósitos sem se questionar, sem perceber que seus valores interiores estão conflitando com as suas atitudes. Ao contrário disto, os povos indígenas desenvolvem um sistema que integra ideias, valores e comportamentos e isso se dá através de “uma atitude moralmente carregada frente à natureza, que informa e guia suas práticas de manejo de seus recursos” (1993, ARHEM apud PANOSSO, 2011, p.43)

Nota-se, portanto, a necessidade de resgatar valores que foram esquecidos devido a uma homogeneização cultural. Se a comunicação é responsável pela homogeneização cultural, ela também pode ser responsável por fomentar, divulgar e incitar a diversidade cultural e de saberes. Capra (1982, p.10) defende que para ser alcançado um equilíbrio dinâmico na natureza “será necessária um estrutura social e econômica radicalmente diferente: uma revolução cultural na verdadeira acepção da palavra. A sobrevivência de toda a nossa civilização pode depender de sermos ou não capazes de realizar tal mudança”.

A preservação ambiental e a justiça social estão intrinsecamente relacionadas, lutar pela preservação da natureza é lutar por um mundo mais justo e igualitário. Os problemas ambientais são o estopim de um sistema autodestrutivo e a proteção da natureza é uma causa comum, pois é do interesse de todos. A alternativa a esse sistema surge com as contribuições dos saberes ancestrais e principalmente pela troca de conhecimentos. Capra (1982, p.31) argumenta que uma consciência ecológica será possível pela aliança entre a mente racional e a sabedoria intuitiva que por sua vez “é característica das culturas tradicionais, não-letradas, especialmente as culturas dos índios americanos, em que a vida foi organizada em torno de uma consciência altamente refinada do meio ambiente”. Ou seja, significa que é preciso fazer o resgate dos saberes que foram oprimidos pelo sistema hegemônico moderno.

Sendo assim o Pacto Mundial Consciente propõe o diálogo de saberes. Tal relação dialógica entre os saberes ancestrais (o que engloba não apenas os indígenas, mas de todas as tradições que são ecologias em seu modo de viver) e o conhecimento científico moderno pode gerar soluções para os problemas atuais. As trocas de saberes representam o resgate da reciprocidade e a abertura para gerem alianças que cooperem

para o bem de todos, ou seja, da humanidade, do animais, da natureza e dos povos indígenas. Cirne argumenta neste sentido:

Há uma necessidade da colaboração de todos os saberes, um esforço conjugado no qual as diferentes aproximações da realidade podem interagir numa tarefa interdisciplinar. Não significa voltar ao passado, mas oferecer um novo enfoque para o futuro comum (CIRNE, 2013).

O Pacto Mundial Consciente acredita que a partir da mudança de paradigma os povos nativos, a natureza e a sociedade moderna serão beneficiados. Se o modo de vida atual é intrinsecamente anti-ecológico é proposto o diálogo com os saberes ancestrais que são intrinsecamente sustentáveis. Panosso (2011, p.57) expõe que “os povos indígenas seriam exemplos de sociedades mais “sustentadas” do ponto de vista ecológico e social, em função da não existência da ruptura sociedade-natureza que se apresenta no pensamento moderno-ocidental”. Pode-se dizer que a separação entre homem e natureza passa a ocorrer através da visão mecanicista. A ruptura nesse relacionamento se dá pela ideia de que o homem é senhor da natureza e gera os desequilíbrios ecológicos, em contrapartida o relacionamento interligado sustentado pelos povos nativos se dá pela ideia de unidade entre homem e natureza o que permite o equilíbrio. (2011, p. 57).

O Pacto Mundial Consciente tem como um dos objetivos principais proporcionar uma melhor qualidade de vida para a humanidade, fomentando comunicação transparente, a participação social, a diversidade cultural, alimentação saudável e trabalho criativo. A substituição “do poder sobre” que domina a natureza e a sociedade para um poder coletivos no qual as pessoas possam participar e dizer o que é melhor para a coletividade e que beneficie a todos. Para renovar o relacionamento entre homem moderno e natureza Schumacher sugere a que a ciência e a tecnologia modernas incorporem o componente ‘sabedoria’, a qual “exige uma nova orientação da ciência e da tecnologia em direção àquilo que é orgânico, brando, não-violento, terno e belo”.

O sistema hegemônico fomenta a competição e o individualismo e se mostra autodestrutivo. As soluções propostas pelo Pacto Mundial Consciente se baseiam na união e na diversidade. Isso significa que todos os saberes devem cooperar tendo em vista um objetivo comum que beneficie a todos, como é o caso da proteção da Terra. Inclusive a ciência e a tecnologia mecanicistas podem fazer contribuições úteis assim como especifica Capra:

A descrição reducionista de organismos pode, portanto, ser útil e, em alguns casos, necessária. Ela só é perigosa quando interpretada como se fosse a explicação completa. Reduccionismo e holismo, análise e síntese, são

enfoques complementares que, usados em equilíbrio adequado, nos ajudam a chegar a um conhecimento mais profundo da vida (CAPRA, 1982, p.246).

Trata-se de um trabalho coletivo e cooperativo, já que pode-se observar que os problemas da modernidade estão relacionados à posturas que valorizam o benefício individual. A renovação dos relacionamentos trata-se da mudança efetiva de paradigma, em que a nova ordem seja baseada na diversidade e no trabalho pelo bem comum. Para isso a percepção dos povos nativos como primitivos precisa ser erradicada, tanto quanto a visão da Terra como recurso. Esses dois eixos são paralelos, o reconhecimento dos saberes ancestrais implica no reconhecimento da Terra como mãe e vice-versa.

Como foi dito o meio mais eficiente de a população no geral contribuir para essa renovação é se negar a fazer parte da estrutura de dominação e exploração atual, de maneira simplificada isso significa negar-se a comprar produtos que venham de qualquer companhia que não respeite a natureza e os animais. Essa política foi utilizada de forma eficaz pelo movimento de independência da Índia liderado por Mahatma Gandhi, que promoveu o boicote massivo aos produtos ingleses e incentivou os trabalhos tradicionais que se baseiam na criatividade e na cooperação, na organização social e descentralização do poder.

O pacto mundial consciente propõem a formação de redes de conhecimento e de práticas que fomentem uma mudança a paradigma, construindo alianças à nível local e global que ajudem a preservar a natureza e conseqüentemente a vida na Terra. Preocupa-se com o bem-estar, conscientização e educação dos indivíduos, pois assim como defende Campbell (1997, p.198): “Toda essa esperança de que algo aconteça na sociedade precisa aguardar que algo aconteça na psique humana, um modo inteiramente novo de interação social”.

## **5 PLANO DE RELAÇÕES PÚBLICAS PARA O PACTO MUNDIAL CONSCIENTE**

O tema central deste trabalho trata-se de uma proposta para a renovação dos relacionamentos entre a sociedade moderna, povos nativos e mãe terra, baseando-se no reconhecimento dos direitos daqueles que foram e continuam sendo prejudicados pelo sistema dominante moderno. Essa renovação beneficiará a todos e pode ser impulsionada pelas relações públicas através da gestão estratégica de imagem.

As crises atuais são resultados de uma percepção que a humanidade adquiriu sobre o planeta e sobre os relacionamentos, conjuntamente com a valorização de posturas competitivas, exploratórias e egoístas. Portanto, pode-se dizer que se trata de uma crise de imagem da Terra e dos povos nativos, fomentada principalmente pelas corporações e grande mídia que levam a opinião pública pensar e agir segundo os valores que reforçam o sistema dominante. Sendo assim as relações públicas podem ser um instrumento para resgatar a imagem da Terra como mãe e valorizar a imagem dos povos nativos, livrando-os dos estereótipos reducionistas que se difundiram nos últimos séculos.

Sendo assim, o Pacto Mundial Consciente atua como um profissional de relações públicas em favor da mãe Terra, da defesa de seus direitos e valorização do conhecimento e modo de vida daqueles que a protegem, ou seja, os povos nativos. Deve-se ter claro que o objetivo é uma mudança de paradigma que pode ser feita pelo desenvolvimento de uma visão reflexiva e crítica da opinião pública sobre os padrões da vida moderna. Sendo assim, o PMC deseja adotar valores que são fomentados pelos saberes ancestrais, portanto um dos fundamentos principais é a cooperação, ou seja, trabalhar fazendo parcerias e alianças com diversos movimentos ecológicos, povos ancestrais do ocidente e oriente, organizando ações e apoiando as ações organizadas pelos parceiros. Trata-se de um movimento de lideranças que atuam de forma descentralizada, cooperativa e participativa, como solução para os problemas de mundo onde o poder é centralizado.

Para elaborar o plano de ação utilizaram-se as teorias de gestão de imagem de pessoas e organizacional que se adaptam ao tema. Sousa (2004 apud MOURA; FUSTINON; HATAMURA, 2007, p. 28) explica que as relações públicas podem “criar e gerir imagens positivas de pessoas, organizações, bem e serviços”. De acordo com Legrain e Magain (1992 apud AFFONSO, 2002, p. 33) “a imagem da empresa é precisamente sua expressão”, se trata da ideia formada junto ao público sobre a

organização ou pessoa. Ainda segundo as autoras: “A imagem pode ser inexistente, as RP deverão criá-las; a imagem pode ser inconsciente, as RP deverão especificá-las; a imagem pode ser negativa, as RP deverão redirecioná-las, a imagem pode ser positiva, as RP deverão enriquecê-la (1992 apud AFFONSO, 2002, p. 33).

Para Cunha (2010 apud WAGNER, 2014) a elaboração da comunicação e do marketing são condições para desenvolver e sustentar uma imagem positiva diante dos públicos. Para que haja o resgate da imagem da mãe Terra faz-se necessário trabalhar simultaneamente sua imagem com a imagem dos povos nativos, das corporações, do próprio homem moderno e dos animais. Esses fatores interligados contribuem para que haja uma reflexão (sobre o que negar) e mudança direcionada (o que aceitar para o benefício coletivo).

Segundo Andrade (1996 apud MOURA; FUSTINON; HATAMURA, 2007) a imagem é uma formulação inconsciente que as pessoas tem de uma organização ou pessoa. O objetivo proposto é trabalhar junto ao público a imagem que este tem da mãe Terra. Para Wey (1985 apud MOURA; FUSTINON; HATAMURA, 2007) a imagem que um público forma é construída a partir de uma representação da identidade de uma organização, instituição ou pessoa. A identidade, por sua vez é definida por Kunsch (1997 apud MOURA; FUSTINON; HATAMURA, 2007, p. 11): “diz respeito à personalidade, aos valores e às crenças atribuídos pelos seus públicos internos e externos”.

Para propor uma mudança na imagem do planeta, utilizar-se-á o planejamento estratégico de imagem.

## **5.1 Planejamento Estratégico de Imagem**

Consiste em três etapas básicas: 1. Construção de cenários; 2. Análise e diagnóstico; 3. Como agir sobre o que foi diagnosticado.

### **5.1.1 Primeira etapa**

Sendo Neves (2000 apud AFFONSO, 2002, p. 35) a primeira etapa para o planejamento de imagem é fazer uma “avaliação e acompanhamento do ambiente externo. Construção de cenários”.

O cenário foi construído ao longo dos capítulos um, dois e três. Portanto serão apenas destacados os pontos principais:

- Percepção da sociedade moderna com relação à natureza e aos povos indígenas (imagem) passou a ser moldada nos séculos XVI e XVII, com dois eventos principais, a invasão dos europeus na América e a revolução científica. Esses eventos simbolizam a sobreposição cultural e do pensamento europeu sobre todo o globo.

- Passagem de Terra mãe para Terra vazia, sem vida, um organismo morto.

- Visão mecânica e reducionista da realidade (o mundo é visto como uma máquina formada de partes fragmentadas)

- Fomento a posturas individualistas, que de acordo com a concepção holística causam o desequilíbrio do todo. A concepção sistêmica entende que as inter-relações são mais importantes que as partes fragmentadas.

- Apropriação de recursos naturais e seres vivos, atribuindo-lhes mero valor instrumental e econômico.

- Sociedade baseada em privilégios e superioridade de alguns (antes representados pela igreja e monarquia, hoje representados pelas corporações e instituições científicas) que em busca de riquezas materiais e poder exploram a natureza de forma ilimitada.

- Exploração insustentável que gera as crises ecológicas e sociais.

- Valorização do privado em detrimento do coletivo.

- Inversão de valores: A modernidade dissolve a tradição. Os valores tradicionais eram baseados na compaixão, na fraternidade, na cooperação, união, cuidado. Os valores modernos fundamentam-se nas aparências, no sentimento de superioridade, no individualismo, o capitalismo ainda fomenta a competição, a inveja, a cobiça.

- Impossibilidade de o sistema atual gerar soluções para as crises modernas, pois para tal precisa-se adotar condutas intrinsecamente ecológicas, as quais são possíveis apenas pela compreensão do todo.

- As crises são geradas pelo próprio homem, diretamente pelas corporações que degradam a natureza e não se preocupam com seus ciclos naturais e indiretamente pelas pessoas que são manipuladas pelas corporações e cooperam para que o seu poder centralizado e destrutivo se fortaleça.

- Mundo globalizado = Mundo homogeneizado. O poder dominante é contra a diversidade, exerce o controle sobre uma massa homogênea e sem criticidade.

- As crises simbolizam uma oportunidade de aprender com os erros e de dar um novo enfoque para o futuro.

### 5.1.2 Segunda etapa

De acordo com Neves esse processo refere-se ao:

levantamento, identificação, análise e diagnóstico das coisas [que] devem ser objeto de preocupação na estratégia de comunicação da empresa: questões públicas, questões de imagem, etc. Esse é o insumo básico para IM (Issue Management) (2000 apud AFFONSO, 2002, p. 35).

Neste ponto serão tratados como é atualmente a imagem do homem moderno, das corporações, da mãe Terra, dos animais e dos povos nativos. Esses diversos pontos são interligado e, portanto para o resgate da imagem da Terra como mãe é necessário que todas as outras imagens também sejam transformadas.

- A imagem do próprio homem: Conceito antropocêntrico, a natureza e todos os demais seres devem estar empenhados em servir o homem. Esta concepção estende-se para as esferas familiares e profissionais e se traduzem em estruturas psíquicas e comportamentais egoístas, competitivas, individualistas, pensando sempre no privilégio próprio em detrimento do coletivo. Existe também uma imagem de passividade do homem moderno, ou seja, uma ideia geral de que se o mundo está em crise é devida à postura do outro (alguma empresa, por exemplo), mas que o indivíduo em si não tem responsabilidade na situação global atual.

- Imagem das corporações: a percepção é que normalmente as corporações são essenciais para a vida humana, produzindo inovações que servem ao benefício da humanidade. Tem-se a ideia de que os avanços tecnológicos representam o progresso. Acredita-se que as corporações estão empenhadas em aderir posturas ecológicas quando promovem de alguma maneira o desenvolvimento sustentável.

- Imagem da mãe Terra: a imagem da 'mãe' foi enterrada junto à sociedade moderna pelo advento do pensamento cartesiano e das concepções mecanicista e reducionista. Esta imagem é conservada pelas culturas tradicionais. O homem moderno vê a natureza como algo separado dele, entende a Terra como um organismo morto, a serviço da humanidade. Estabelece com a Terra um relacionamento baseado na exploração para conseguir satisfazer interesses materiais fomentados pelo capitalismo.

- Imagem dos povos nativos: Os povos indígenas são geralmente vistos como primitivos, vagabundos, selvagens. Essa imagem foi construída desde a colonização da América e engloba a ridicularização de seus conhecimentos e modo de vida. Pelo relato de Galeano, pode-se compreender como se formulou tal imagem:

O vice-rei do México considerava que não havia melhor remédio que o trabalho nas minas para curar "a maldade natural" dos indígenas. Juan Ginés de Sepúlveda, o humanista, sustentava que os índios mereciam o trato que recebiam porque seus pecados e idolatrias constituíam uma ofensa a Deus. O

conde de Buffon afirmava que não se registrava nos índios, animais frígidos e débeis, “nenhuma atividade da alma”. O abade De Paw inventava uma América onde os índios degenerados eram como cachorros que não sabiam latir, vacas incomestíveis e camelos impotentes. A América de Voltaire, habitada por índios preguiçosos e estúpidos, tinha porcos com umbigos nas costas e leões carecas e covardes. Bacon, De Maistre, Montesquieu, Hume e Bodin negaram-se a reconhecer como semelhantes os “homens degradados” no Novo Mundo. Hegel falou da impotência física e espiritual da América e disse que os índios tinham perecido ao sopro da Europa. No século XVII, o padre Gregório Garcia sustentava que os índios eram de ascendência judaica, porque, como os judeus, “são preguiçosos, não crêem nos milagres de Jesus Cristo e não são gratos aos espanhóis por todo o bem que lhes fizeram (GALEANO, p. 30).

Essa imagem dos povos indígenas é arraigada no imaginário da sociedade moderna até a atualidade. Por exemplo, em 1957, a corte suprema de justiça do Paraguai emitiu um comunicado aos juízes do país afirmando que “os índios são tão seres humanos como os outros habitantes da república”, posteriormente foi realizada uma pesquisa de opinião pública e constatou-se que a cada dez paraguaios oito creem que os “índios são como animais”, além disso, existem relatos que em algumas regiões os indígenas são caçados, vendidos e mantidos sob regime de “virtual escravidão”. A contradição é que a maior parte da população do Paraguai tem descendência indígena. (GALEANO, p. 31)

- Imagem dos animais: a imagem dos animais como foi tratado no terceiro capítulo é paradoxal, pois por um lado as pessoas tendem a colocar os animais dentro de um contexto moral, mas são impelidas a contradizer seus próprios valores.

### **5. 1.3 – Terceira etapa**

Segundo Neves (2000 apud AFFONSO, 2002, p. 35) esta etapa se trata das “definições de como administrar essas coisas [parte dois do planejamento] e como agir sobre elas: recursos processos e programas. É a base para o estabelecimento da Comunicação Programada. Neste ponto serão delineados em que direção as imagens tratadas no tópico acima devem ser reformuladas.

- Imagem do ser humano: com base em uma visão holística da realidade, deve-se gerar a identificação do homem como parte integrante do todo. Sendo assim, o ser humano passa a reconhecer que interage com outros seres e com a natureza e que por meio destas interações pode-se manter o equilíbrio da Terra. Também é preciso proporcionar o entendimento de que, em última instância, o homem depende da mãe Terra para sobreviver. O ser humano deve reconhecer a si mesmo como um sujeito da ação que pode transformar a realidade em que vive.

- Imagem das corporações: as pessoas devem ser formadas como agentes críticos, sabendo do contexto (ecológico e social) em que uma corporação está inserida para a o desenvolvimento de um senso de responsabilidade pelo o que se está consumindo e quais os efeitos que a fabricação desse produto causa no todo. Mostrar que o progresso e o desenvolvimento relacionados ao avanço tecnológico é uma falácia que não beneficia à população em geral e que existe um poder centralizado, baseado em privilégios, que prejudica a grande maioria da população.

- Imagem da mãe Terra: Desenvolver a identificação do ser humano com a imagem da mãe Terra, absorvendo os valores atribuídos à ela. Proporcionar o entendimento de que o ser humano é parte da Terra. Se o relacionamento do homem moderno com todas as pessoas, culturas e etc deve ser baseado na igualdade, no relacionamento com a mãe Terra deve-se compreendê-la como superior, já que os seres humanos dependem dela, mas ela não depende dos seres humanos.

- Imagem dos povos nativos: Mostrar que, com seu modo de vida, esses povos contribuem para o benefício de todos, pois são os principais protetores e guardiões da mãe Terra. Deve-se mostrar que o conhecimento que eles incorporam é essencial para que os problemas ambientais e sociais que ameaçam a vida na terra sejam contornados, pois possuem um conhecimento intrinsecamente sustentável e ecológico.

- Imagem dos animais: Gerar o reconhecimento de que os animais são seres vivos, filhos da Terra, que precisam de proteção e cuidado daqueles que são dotados de razão.

## **5. 2 – Implantação de programa e proposta de ações**

De acordo com Affonso:

a construção da imagem para as organizações deve ser projetada pelos profissionais de relações públicas, uma vez que dentro da área de comunicação, este é um profissional que se preocupa com a organização num todo, trabalhando não só a percepção da imagem organizacional, mas todo o relacionamento e ações de comunicação que possam influenciar nesta imagem, item essencial para o bom planejamento estratégico na construção da imagem organizacional (AFFONSO, 2002, p.38).

A partir da gestão de imagem e planos estratégicos as relações públicas devem resgatar a imagem da mãe Terra. Para isso é essencial um trabalho cooperativo com diversas áreas estratégicas para o desenvolvimento de ações que busquem difundir a imagem da mãe Terra e promover a reflexão sobre modo de vida atual, desta forma pode alcançar o objetivo da renovação do relacionamento, ou seja, a reconexão homem-

natureza, ser humano-mãe Terra. Para isso faz-se necessária a análise de oportunidades e ameaças, a definição de públicos, definição dos valores que serão associados à imagem da mãe Terra e a definição de ações. Tais itens serão analisados nos próximos tópicos.

### **5.2.1 Análise de oportunidades e ameaças**

- Oportunidade: é representada pelas crises mundiais, com insatisfações coletivas (com relação à política, economia), insatisfações individuais (frustração profissional, depressões e aumento de doenças) e o medo de colapso ambiental.

- A ameaça: se dá no âmbito de que as pessoas no geral são apegadas aos hábitos e costumes e que tem fortemente arraigada a ideia de que os produtos do capitalismo são benéficos para suas vidas, tais produtos estão relacionados à ideia de desenvolvimento, progresso.

### **5.2.2 Definição dos públicos**

- Públicos Parceiros: Povos nativos, organizações e movimentos sociais que já lutam contra a opressão do sistema dominante. (como foi citado no primeiro capítulo tratam-se dos próprios movimentos indígenas, comunidades quilombolas, produtores de alimentos orgânicos, pessoas e comunidades que adotam os sistemas de permacultura ou agrofloresta, movimentos religiosos que lutam em favor da natureza, os ambientalistas (sendo que estes incluem as mais diversas causas, como proteção dos oceanos, das matas), os grupos em defesa dos direitos dos animais, de alimentação vegetariana ou vegana e etc.

- Público de conscientização: Trata-se das pessoas em geral. A partir das ações coordenadas pelo Pacto Mundial Consciente e seus parceiros esse público deve ser conscientizado sobre a realidade global. Para o resgate da imagem da mãe Terra o plano de ação será destinado à esse público.

As ações do Pacto Mundial consciente são destinadas à todos os segmentos da sociedade pois trata-se de uma causa comum, a defesa da mãe Terra, essencial à vida e bem estar de todos.

### 5.2.3 Definição de valores

Conforme explicado por Capra (1982) a crise mundial pode ser analisada de acordo com a filosofia do Tao, a qual explica que existem dois polos de força, o Yin e o Yang. O sistema dominante moderno hipervaloriza o polo Yang, baseado no conhecimento racional, analítico que se relaciona à mente linear e, portanto ao pensamento cartesiano. Na modernidade o polo Yin que representa a sabedoria intuitiva, consciência ecológica é obstruído. Segundo o autor o desequilíbrio entre os dois polos causa as crises ambientais, bem como gera um desequilíbrio interno, de pensamentos e sentimentos, de valores e atitudes (CAPRA, 1982). Isso pode ser observado no caso analisado sobre os animais e ainda sobre o planeta, pois internamente as pessoas sabem que não devem causar sofrimento aos animais e degradar a natureza, mas as suas atitudes não estão em equilíbrio com esses valores.

Os valores que são atualmente promovidos pelo sistema dominante estão relacionados com o polo Yang, ou seja, masculino, expansivo, exigente, agressivo, competitivo, racional e analítico. Portanto, para promover o equilíbrio dos dois polos deve-se introduzir novamente e fomentar os valores relacionados ao polo Yin, ou seja, feminino, contrátil, conservador, receptivo, cooperativo e intuitivo. (CAPRA, 1982). Deve-se atentar para o fato de que não se está defendendo a opressão total do polo Yang e de seus valores, já que a ordem é estabelecida pelo equilíbrio entre os dois polos (CAPRA, 1982).

Segundo Kunsch (1997 apud MOURA; FUSTINON; HATAMURA, 2007), os valores se relacionam à identidade e é a partir desta que forma-se a imagem no imaginário da população. Portanto a imagem da mãe Terra deve estar relacionada aos valores do polo Yin, que por sua vez é imperativo para a consciência ecológica (CAPRA, 1982).

Utilizando da identidade e da imagem as relações públicas devem construir e manter um conceito positivo diante dos públicos. (MOURA; FUSTINON; HATAMURA, 2007) Sobre o conceito Andrade expõe:

Poderíamos mesmo dizer que a atividade de Relações Públicas consiste na execução de uma política e um programa de ação que objetivam conseguir a confiança para as empresas, públicas ou privadas, de seus públicos, de molde a harmonizar os interesses e conflitos (1989 apud MOURA; FUSTINON; HATAMURA, 2007, p.12).

As relações públicas podem fomentar a identificação dos públicos com a mãe Terra. Harmonizará interesses com a conscientização que os problemas do ser humano são relacionados com os problemas naturais, ou seja, que o mesmo sistema que explora

e degrada a natureza, também explora e causa as doenças e aflições do ser humano. Sendo assim entende-se que proteger a natureza, é proteger a si mesmo. Essa estratégia é frutífera já que, por ser lógica e apresentar benefícios, pode convencer mesmo as pessoas mais apegadas as ideias cartesianas e mecanicistas. Já os conflitos que existem hoje entre a Terra e o homem são causados pela própria ação humana, portanto, na medida em que se compreenda isso se gera uma mudança de comportamento.

Deve-se também fazer a interligação dos valores do polo Yin com os povos nativos e ainda vincular sua imagem à proteção da mãe Terra e seus conhecimentos à consciência ecológica. Na mesma medida em que se demonstra que o pensamento cartesiano e a ação corporativa capitalista são vinculados à agressividade, à violência contra pessoas e animais, à destruição ecológica, às crises sociais e etc. Conforme for compreendido que o sistema dominante só causa destruição e miséria, a opinião pública gradativamente deixará de valorizar o sistema dominante e passará a identificar-se com a mãe Terra e os seus guardiões, os povos nativos.

Um ponto importante a ser valorizado é a cooperação. Para isso a imagem da mãe Terra deve estar vinculada com a ideia de causa comum, a sua proteção é o dever de todos e beneficia a todos. Atualmente o que gera identificação entre as pessoas são os seus desejos, aparências ou preferências de consumo. Entretanto, a partir do reconhecimento que a Terra é a mãe, naturalmente tem-se a conclusão de que todos são seus filhos, ou seja, que existe algo em comum entre todos os seres, o que inibe os valores de competição e agressão e fomenta a solidariedade e o sentimento de coletividade.

#### **5.2.4 Ações**

Para que se resgate e perpetue a imagem da mãe Terra e de seus guardiões, a proposta apresentada neste trabalho para o Pacto Mundial Consciente é dividida em três etapas: a primeira diz respeito ao relacionamento entre ser humano todos os seres vivos que o rodeiam e a própria mãe Terra. A segunda etapa são os meios pelos quais se pode contornar todas as crises e problemas causados pela separação entre homem e natureza. O terceiro ponto se baseia na meta. Sendo assim nos próximos pontos serão propostas ações para chegar até a meta.

#### 5.2.4.1 Primeira etapa: relacionamento

As pessoas devem ser esclarecidas sobre qual é a sua posição no mundo, ou seja, que o ser humano não tem uma posição de centralidade, mas que é interligado a outros seres e que devem co-existir para o bem estar da mãe Terra e conseqüentemente de todos os seus filhos. Esta etapa se relaciona à formação, que é o mais básico, deve-se demonstrar que existe uma conexão com a Terra, que todos os seres dependem dela para viver. Também nesta etapa trata-se do reconhecimento dos povos nativos como guardiões da mãe terra e da valorização de seus saberes. Propõem-se três ações:

- Elaboração de logo:

Deve-se elaborar um logo, um símbolo da mãe Terra, em parceria com comunidades indígenas. Esse símbolo deve transmitir os valores relacionados à imagem da mãe Terra, como generosidade, feminilidade, beleza e doçura. A proposta é que seja um símbolo difundido pelos diversos parceiros do Pacto Mundial Consciente. É imprescindível que haja a participação de todos os públicos envolvidos na sua escolha, sendo assim pode-se elaborar diversos símbolos e propor uma votação via internet do melhor.

- “Vivências Indígenas – Muito prazer me chamo Pacha Mama”

Margarita, descendente da tradição Maia explica: “Os cantos e mitos educam nossa consciência” (PACT, 2013), e além de educar, despertam uma percepção mais fina da realidade que permite ao indígena interagir e reconhecer a Terra como mãe.

As Vivências Indígenas tratam-se de eventos organizados em parceria com os povos nativos, aonde sejam difundidos mitos, cantos e rituais de diversas culturas tradicionais. A finalidade é o público em geral conhecer o pensamento que guia o modo de viver indígena. Tais eventos devem ser interativos, o participante é convidado a vivenciar os cantos, as danças e os ritos, além de aprender os seus significados. Esses eventos tem o objetivo de provocar uma ressignificação da imagem da mãe Terra para os indivíduos, além proporcionar a aproximação com os povos nativos.

Atualmente a sociedade é indiferente com os povos nativos e com a mãe Terra, pois tem o pensamento focado em cuidar de sua aparência e ganhar dinheiro. Como já foi defendido no capítulo dois, ninguém pode cuidar, nem se identificar ou amar aquilo que não conhece. Portanto as Vivências Indígenas apresentam a chance da sociedade moderna poder conhecer os povos nativos e seus saberes, transpondo os estereótipos e além, disso conhecer a mãe Terra, a partir do entendimento de sua sacralidade e da visão holística, intrínseca aos saberes ancestrais.

#### - Retiros Ecológicos

Propõe-se que o Pacto Mundial Consciente a partir das parcerias que tem com fazendas ecológicas, as ajude a promover retiros que sejam organizados com a finalidade de falar da mãe Terra e dos saberes ancestrais, também propor vivências em contato com a natureza que resgatem o vínculo homem-Terra que está rompido.

A partir dessas ações deve-se educar as pessoas de maneira teórica (saberes) e prática (vivências) de que a Terra é um ser vivo, que está sendo atacada pelo sistema dominante e principalmente pelas ações das corporações e que é o dever de todos lutar pela sua preservação. Além disso, gerar o reconhecimento que todos fazem parte de uma família global diversa que precisa agir em cooperação para que se mantenha igualdade de direitos e condições de vida para todos. Tais ações também visam proteger os saberes ancestrais e valorizá-los, transformando a padronização do conhecimento em diversidade.

#### **5.2.4.2 Segunda etapa: prática**

Através de ações de sensibilização as pessoas passarão a compreender sua relação com a Mãe Terra e agir em conformidade com seus valores. É o meio, a prática pela qual as pessoas poderão internalizar os valores de um novo paradigma e lembrar que tudo o que há em seu redor é proveniente da natureza.

Atualmente a expressão mãe Terra é uma expressão vazia para a maioria das pessoas. Por tanto, observa-se a necessidade de atribuir sentido a essa expressão. Para Vygotsky (2001 apud MOLON, 2011, p.618) “O sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência”. Daí a necessidade de atribuir valores para a imagem da mãe Terra, bem como transformar os valores atribuídos à imagem dos povos nativos.

Para isso será necessário utilizar da comunicação integrada que é definida por Kunsch (2003 apud Wagner, 2014, p. 78) como “uma filosofia que direciona a convergência das diversas áreas, permitindo uma ações sinérgica”, ou seja, com o esforço de diversas áreas estratégicas atuando em cooperação pode-se atribuir significado à expressão mãe Terra.

Propõe-se a elaboração de campanhas lúdicas, contando com vídeos, imagens, textos, infográficos, músicas, poesias, ou seja, diversos elementos articulados. Tais campanhas devem ser divididas em três eixos principais:

O primeiro tem o objetivo de vincular à imagem de corporações (como Cola-Cola, Mc'Donalds, Monsanto, Nestlé, Unilever, a indústria da carne, entre muitas outras) com as reações que elas causam no meio ambiente, para outros seres vivos e para a sociedade no geral. Deve-se demonstrar que relacionados às corporações estão: a violência, destruição, opressão social, egoísmo e etc. Entretanto o foco principal deve ser gerar nos receptores sentimentos de empatia e compaixão, com relação à mãe Terra e aos oprimidos por essas corporações (sejam povos indígenas, comunidades tradicionais, animais e etc).

Simultaneamente, no segundo eixo, devem-se elaborar campanhas com a intensão de atribuir à imagem da mãe Terra e da natureza preservada sentimentos como: felicidade, tranquilidade, bem-estar, harmonia e beleza, e relacioná-las com a imagem dos povos nativos, demonstrando que estes são responsáveis pela preservação da mãe Terra.

O terceiro eixo trata de elaborar campanhas que motivem à opinião pública a adotar condutas diárias que visem à proteção da mãe Terra, ou seja, o boicote massivo de produtos das empresas citadas. A essas atitudes devem ser atribuídos valores como coragem e autenticidade. Desta forma se desvincula à ideia de que os vegetarianos ou veganos, as pessoas que consomem orgânicos, que utilizam produtos naturais, que evitam ao máximo os tratamentos médicos da medicina moderna, são 'naturebas' ou 'alternativos' e vincula-se a ideia de ser atos revolucionários e admiráveis, já que a renúncia dos produtos comumente utilizados é feita para o bem de todos, um ato crítico e consciente. Na mesma medida em que as pessoas que não aderirem aos novos hábitos passam a ser vistas como obsoletas, ultrapassadas e egoístas.

Por fim deve-se também apresentar alternativas de consumo.

Acredita-se que o meio mais apropriado para essa campanha é a internet, por alcançar grande número de pessoas e se difundir infinitamente, possibilitando a chamada "tecnointeração", ou seja "comunicação construída a partir da informação, onde as imagens e outras linguagens não textuais passam a circular – tornando-se referência de opinião - na sociedade." (WAGNER, 2014, p. 17) Neste caso, não se trata apenas de informação, mas sim de uma formação da capacidade crítica e de escolha dos sujeitos. E a participação não se dá apenas em 'compartilhar' os conteúdos, mas em mudar a realidade como um todo. Trata-se, portanto de instaurar uma sociedade verdadeiramente democrática.

Portanto a parte prática pode ser resumida pela frase: “Seja a mudança que você quer ver no mundo” (GANDHI). As pessoas devem ser conscientizadas de que elas precisam escolher ser parte dos problemas do mundo ou das soluções, não existe o meio termo, deve-se tomar responsabilidade por suas próprias atitudes.

#### **5.2.4.3 Terceira Etapa: Meta**

Portanto a partir da identificação com a mãe Terra e com os povos nativos, tratando a defesa de seus direitos como uma causa comum e adotando posturas coerentes com os valores internalizados, pode-se obter a reconexão com a mãe Terra, em uma relação de reciprocidade, cuidado e agradecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa constatou que as crises do mundo atual são geradas por um paradigma dominante de controle e exploração que foi inaugurado com a invasão da América e pelo advento do pensamento científico moderno. Nesse período o homem passou a achar que é o dono e mestre da natureza e seus domínios se aprofundaram conforme os avanços tecnológicos, passando controle dos territórios, para o solo, para as sementes, fontes hídricas, animais e os próprios seres humanos.

O sistema dominante é representado pelas corporações, pelas instituições científicas modernas e pelos meios de comunicação que em aliança cumprem um papel inquisitório no mundo moderno, já que oprimem e buscam dissolver a diversidade de culturas, saberes, crenças, maneiras de conceber e se relacionar com o mundo ao mesmo tempo em que difundem a cultura dominante que é baseada na exploração da natureza e da humanidade.

Devida a essa cultura de exploração em que está pautada a sociedade moderna, o planeta está doente, a biodiversidade e a diversidade cultural ameaçadas, recursos escassos, animais torturados, pessoas famintas e depressivas. Tempos de crise. Entretanto no vocabulário chinês a palavra utilizada para crise é *wei-ji* que se traduz em “perigo” e “oportunidade” (CAPRA, 1982, p.16) Isso significa que as crises podem se tornar um aprendizado e uma chance para grandes e positivas mudanças.

O mundo mecânico feito de relações comerciais, baseadas no individualismo e na competitividade, precisa ser renovado para que sua sustentabilidade e o bem estar para todos seja garantida. A pesquisa constatou os saberes ancestrais possuem frutíferas contribuições a fazer nesse sentido, já que trata-se de um conhecimento intrinsecamente ecológico, por compreender a realidade como um todo e em termos de inter-relações.

O Pacto Mundial Consciente surge como um meio para se atingir a renovação, pois fomenta ações coletivas, formando alianças com movimentos sociais e povos nativos do oriente e do ocidente, promovendo a livre troca de saberes e de conhecimentos, em busca de soluções criativas para os problemas da atualidade.

As relações públicas podem ser um instrumento que atua em favor da mudança de paradigma. A participação popular é essencial nesse processo, portanto através das campanhas de rp veiculadas pelo Pacto Mundial Consciente e seus parceiros, as pessoas serão educadas sobre sua função como sujeitos da ação e agentes de uma revolução cultural. As relações públicas também atuarão junto à opinião pública com promovendo

o resgate da imagem da mãe Terra e dos valores associados a ela. A imagem dos povos nativos será trabalhada simultaneamente enquanto se desenvolve uma ressignificação e renovação dos relacionamentos entre sociedade moderna, natureza, povos nativos e demais seres vivos. Através dos conhecimentos e valores ensinados pelos saberes ancestrais, as relações públicas, atuando de forma interdisciplinar, podem utilizar as estratégias de comunicação e assim articular diversos públicos de interesse em torno de uma única causa em comum, a defesa da mãe Terra.

## REFERÊNCIAS

AFFONSO, Sabrina F., **A importância do profissional de relações públicas para o planejamento estratégico da imagem organizacional**. Porto Alegre, 2002. Disponível em <<http://www.rpponline.com.br/manager/pub/arq/sa.pdf>> Acesso 10 Abr. 2015

ALMEIDA, VG. **Sustentabilidade em Debate: Diversidade versus Monocultura: Dilemas de Vandana Shiva**. v.5, n.2. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/11385/8214>> Acesso em 18 Dez. 2014

BARBOSA, JEC., **Gestão Coletiva de Bens Comuns: Regimes de Propriedade e Conflitos na Reserva Extrativista Marinha de Maracanã**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais junto à Universidade Federal do Pará para obtenção de título de Mestre. Belém, 2011. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufpa.br/arquivos/dissertacoes/dissertacaoTurma2009-JoseEliada.pdf>> Acesso em 14 Jan. 2015.

BARCELLOS, MD., **“Beff Lovers” Um estudo Cross Cultural sobre o comportamento de consumo da carne bovina**, Programa de Pós Graduação em Agronegócios Doutorado em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10041/000593934.pdf?sequence=1>> Acesso 15 Mar. 2015.

BARRETO, P.; PEREIRA, R.; ARIMA, E., **A Pecuária e o desmatamento da Amazônia na Era das Mudanças Climáticas**, Belém: Imazon, 2008. Disponível em: <<http://imazon.org.br/a-pecuaria-e-o-desmatamento-na-amazonia-na-era-das-mudancas-climaticas>> Acesso em: 01 Mar. 2015.

BAUMAN, Zygmund, *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007

BOFF, L., **Dossiê: Biodiversidade, Política e Religião**, Editorial Horizonte PUC Minas, Belo Horizonte, p.7-10, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2010v8n17p7/2498>> Acesso em 20 Jan. 2015.

BRUM, E. **Entrevista: Thais Santi - Belo Monte: A Anatomia de um Etnocídio**. El País, Coluna Opinião, 01 Dez. 2014. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633\\_930086.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html)> Acesso em 05 Jan 2015.

BRUN, H. Z. **Acercamiento a la visión cósmica del mundo Andino**. *Punto Cero* [online]. 2009, vol.14, n.18, pp. 83-89. ISSN 1815-0276. Disponível em: <<http://www.scielo.org.bo/pdf/rpc/v14n18/v14n18a10.pdf>> Acesso em 18 Dez. 2014.

CAMARGO, B., **Monocultura da soja é incompatível com o uso sustentável da floresta – Entrevista com Eugênio Scannavino**. Reporter Brasil, 2006. Disponível em <<http://reporterbrasil.org.br/2006/08/monocultura-da-soja-e-incompativel-com-o-uso-sustentavel-da-floresta/>> Acesso em: 01 Mar. 2015.

CAMPBELL, J., **O voo do pássaro selvagem: ensaios sobre a universalidade dos mitos**; tradução de RuyJungman - Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos. 1997. Disponível em:  
<<https://leandromarshall.files.wordpress.com/2012/05/joseph-campbell-o-voo-do-pc3a1ssaro-selvagem1.pdf>> Acesso em 18 Dez. 2014.

CAPRA, F. **Ponto de Mutação**. 1982. Disponível em;  
<<http://ruipaz.pro.br/textos/pontodemutacao.pdf>> Acesso em: 16 Dez. 2014.

CAPRA F., **Sabedoria Incomum**. Copyright © 1988 Edição brasileira: Sabedoria incomum Conversas com pessoas notáveis Tradução CARLOS AFONSO Malferrari Editora Cultrix São Paulo – Ano: 1995. Disponível em:  
<<http://www.tattwa.org.br/livros/Sabedoria%20Incomun-%20Fritjof%20Capra.pdf>> Acesso em 25 Nov. 2015.

CASTRO, EV. de, **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. *Mana* [online]. Rio de Janeiro, 1996, vol.2. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131996000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131996000200005&script=sci_arttext)> Acesso em: 18 Mar. 2015.

CIRNE, L., **O nexu indissolúvel entre a justiça e a questão ecológica**. 2013. Entrevista Disponível em:  
<[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5063&secao=422](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5063&secao=422)> Acesso em 02 Fev. 2015

COLOMBO, C., **Diários da Descoberta da América – As Quatro Viagens e o Testamento**, L&PM Pocket. Disponível em:  
<[http://www.lpm.com.br/livros/imagens/diarios\\_da\\_descoberta\\_da\\_america.pdf](http://www.lpm.com.br/livros/imagens/diarios_da_descoberta_da_america.pdf)> Acesso em 28 Dez. 2014.

COSTA, M.D., **Desenvolvimento e Reprodução**. Cad. CRH., Salvador, n.23. p.11-36, jul/dez.1995. Disponível em:  
<<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=245&layout=abstract&locale>> Acesso em 30 Jan. 2015.

COWNSPIRACY, **A Conspiração da Vaca: O Segredo da Sustentabilidade**. Blogspot Doc Verdade, 2014. Disponível em:  
<<http://docverdade.blogspot.com.br/2014/12/a-conspiracao-da-vaca-o-segredo-da.html>> Acesso em: 01 Mar. 2015.

DUSSEL, E., **1492 : el encubrimiento del otro : hacia el origen del mito de la modernidad**, La Paz, UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Plural Editores, 1994. Disponível em:  
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/otros/20111218114130/1942.pdf>> Acesso em 15 Jan. 2015.

FERREIRA, DRF., **Alimentação Vegetariana: Abordagem Terapêutica – Monografia Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação**, Universidade do

Porto, Porto, 2012. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/68595/2/8876.pdf>> Acesso em: 22 Mar. 2015.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**: tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (estudos latino-americano, v.12) Do original em espanhol: Las venas abiertas da America Latina. Disponível em: <[http://copyfight.noblogs.org/gallery/5220/Veias\\_Abertas\\_da\\_Am%C3%83%C2%A9rica\\_Latina%28EduardoGaleano%29.pdf](http://copyfight.noblogs.org/gallery/5220/Veias_Abertas_da_Am%C3%83%C2%A9rica_Latina%28EduardoGaleano%29.pdf)> Acesso em 15 Out 2014.

GANDHI, Mahatma. **Frases**. Disponível em <<http://pensador.uol.com.br/frase/OTcxMDg/>> Acesso em: 14 Abr. 2015

GIDDENS, A, **As consequências da Modernidade**. Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, A; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva**. Editora UNESP, 1997

GUTERREZ, I., **Agroecologia Militante: contribuições de Enio Guterres**, São Paulo, Expressão Popular, 2006. Disponível em: <<https://doctoradoagroecoudea.files.wordpress.com/2013/03/agroecologia-militante.pdf>> Acesso em 05 Jan. 2015.

HOEKSTRA, AY., **Virtual Water Trade, Proceedings of the International Expert Meeting on Virtual Water Trade**. Value of Water Research Report Serie no. 12, Fev. 2003. Disponível em: <<http://waterfootprint.org/media/downloads/Report12.pdf>>. Acesso em 18 Mar. 2015.

JUNQUEIRA, C. **Entrevista: Belo Monte é um monstro do desenvolvimentismo**. EcoDebate Cidadania & Meio Ambiente, 2012. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2012/10/17/belo-monte-e-um-monstro-do-desenvolvimentismo-entrevista-com-a-antropologa-carmen-junqueira/>> Acesso em 05 Jan 2015.

KELLNER; SHARE, D., J., **Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 687-715, out. 2008 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a0429104.pdf>> Acesso em 2 Dez. 2014

LACEY, H., **Entrevista: Hugh Lacey**. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 623-628, nov.2009/fev.2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n3/15.pdf>> Acesso em 18 Fev. 2015.

LACEY, HUGH. **As sementes e o conhecimento que elas incorporam**. *São Paulo Perspec.* 2000, vol.14, n.3, pp. 53-59. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n3/9772.pdf>> Acesso em 15 Fev. 2015

LACEY, H. **Pluralismo metodológico, incomensurabilidade e o status científico do conhecimento tradicional**. *Sci. stud.* [online]. 2012, vol.10, n.3, pp. 425-454. ISSN 1678-3166. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ss/v10n3/02.pdf>> Acesso em 30 Out. 2014.

LATOURE, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia Simétrica**. Editora 34, 1994. Rio de Janeiro.

LENZI, CL. **Anthony Giddens: Sociologia, Política e a Questão Ecológica**. UNICAMP, 2003.

LOPES, FRA., **Experiência Genética com Animais uma Análise à Luz do Princípio do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/viewFile/10464/7470>> Acesso em 30 Jan. 2015.

LUCIANO, G.S. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 85-98171-57-3 224 p. – (Coleção Educação para Todos; 12) Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>> Acesso em 05 Jan. 2015.

MAKU *et al*, MZ., **UNIVERSOS ARHUACO**, Ed. Prometeo, 1997. Disponível em: <[http://www.intermundos.org/loose\\_images/ika/universoarahuaco.pdf](http://www.intermundos.org/loose_images/ika/universoarahuaco.pdf)> Acesso em 30 Nov. 2014.

MIRANDA, HP., **Gestão de Recursos Hídricos nos Planos Diretores Municipais: Proposta de Subsídios Técnicos, Participação Coletiva e Gestão Pública Inteligente em Rio Pomba-MG**. Monografia apresentada como parte das exigências da disciplina GEO 481 – Monografia e Seminário do Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa, 2010. Disponível em: <<http://www.novoscursos.ufv.br/graduacao/ufv/geo/www/wp-content/uploads/2013/08/Helisson-de-Paiva-Miranda.pdf>> Acesso em 14 Jan. 2015.

MOLON, Susana Inês. **Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem**. *Psicol. estud.* [online]. 2011, vol.16, n.4, pp. 613-622. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n4/a12v16n4.pdf>> Acesso em: 10 Abr. 2015

MOURA, Carolina; FUSTINONI, Fernanda; HATAMURA, Gabriela, **Relações Públicas Pessoais**. Londrina, 2007. Disponível em: < <http://www.portal-rp.com.br/projetosacademicos/conceituais01/0091.pdf>> Acesso em: 13 Abr. 2015

PACT, World Conscious, **Entrevista a la Abuela Margarida**, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/embed/2IbSirCe4A?autoplay=1&hd=1&rel=0>> Acesso em: 05 nov. 2014, às 22h40.

PANOSSO, CE. **Energia Vital e Socioambiente: Interfaces entre o pensamento ocidental e a cosmologia indígena – O caso Javaé**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 39-65, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/23078/14561>> Acesso em 20 Novembro 2014.

PARAMADVAITI; ATULANANDA, **O Bhagavad-Gita: A Ciência Suprema**, Serviço Editorial dos Vaishnavas Acharyas – SEVA, São Paulo, 2009.

PINTO, FM., **Inquisição e o Sistema Inquisitório**, Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 56, p. 189-206, jan./jun. 2010. Disponível em:  
<<http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/116/108>> Acesso em 18 Jan. 2015.

PINTO, LF. **De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo?.** *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* [online]. 2012, vol.7, n.3, pp. 777-782. ISSN 1981-8122. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n3/a10v7n3.pdf>> Acesso em 16 Dez. 2014.

PONTIN, RAL., **As Bulas e Tratados dos Séculos XV, XVI e XVIII na História do Direito Brasileiro: Seus reflexos na América Portuguesa.** Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012. Disponível em:  
<<http://www.salesianocampinas.com.br/unisal/downloads/art07cad04.pdf>> Acesso em 20 Jan. 2015.

RETAMALES, V.M, **O divino e o sagrado da natureza: a filosofia védica e o biocentrismo na relação sociedade-ambiente – o movimento Hare Krishna no mundo contemporâneo.** Valentina Moya Retamales, Campinas, SP : [s.n.] 2000. Download em:  
<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000210322&fd=y>> Acesso em 24 Jan. 2015.

SANCTUARY M., TROPP H., BERNTTELL A.; **The economic benefits of improved water management and services, Capítulo 2 Making water a part of economic development.** Stockholm International Water Institute (SIWI), Sweden, 2004/2005). Disponível em: <[http://www.who.int/water\\_sanitation\\_health/watandmacr2.pdf](http://www.who.int/water_sanitation_health/watandmacr2.pdf) > Acesso em 28 Mar. 2015.

SANTINI, C.; FERREIRA, AP., **Epidemiológico das Ações de Vigilância em Saúde das Populações Expostas aos Agrotóxicos.** INTERFACEHS Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Vol. 7, nº 1, 2012. Disponível em:  
<<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/209/226>> Acesso em 22 Jan. 2015.

SANTOS, Milton, **A Descoberta da Natureza**, Estudos Avançados, 1992. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/9568/11137>>. Acesso em 30 Jan. 2015.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SAW, J. Carta **Liderança do Movimento Munduruku Ipereg Ayu.** 2014. Disponível em: <<https://autodemarcacaonotapajos.wordpress.com/2014/12/19/carta-jairo-saw-lideranca-do-movimento-munduruku-ipereg-ayu/>> Acesso em 05 Jan. 2015.

SEATTLE, **Carta aos governantes dos EUA**, 1854. Disponível em  
<[http://www.comitepaz.org.br/chefe\\_seattle.htm](http://www.comitepaz.org.br/chefe_seattle.htm)> Acesso em 8 Dez. 2014

SHIVA, V., **Biopirataria: A Pilhagem da Natureza e do Conhecimento**. Trad. Laura Barbosa de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes. 2001.

SHIVA, V., **Depoimento de Vandana Shiva – O Tempo e o Modo** [RTP 2012]; Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7G6c2QYf8e8>> . Acesso em 19 Out 2014.)

SHIVA, V., **Entrevista Dr. Vandana Shiva no III Encontro internacional de agroecologia**. Botucatu. Brasil. 2013 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xuVhg9XT7xo>> Acesso em 19 Dez. 2014

SHIVA, V. **From seeds of suicide to seeds of hope: Why are Indian farmers committing suicide and show can we stop this tragedy?** The Word Post, 2009. Disponível em < [http://www.huffingtonpost.com/vandana-shiva/from-seeds-of-suicide-to\\_b\\_192419.html](http://www.huffingtonpost.com/vandana-shiva/from-seeds-of-suicide-to_b_192419.html)> Acesso em 18 Fev. 2015.

SHIVA, V., **Las Guerras Del Agua: privatización, contaminación y lucro**. Siglo XXI Editores, México, 2003. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=j3htZ5EFG8UC&pg=PA6&hl=pt-BR&source=gbs\\_selected\\_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=j3htZ5EFG8UC&pg=PA6&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false)> Acesso em 15 Mar. 2015.

SILVA, M. **Produção de Alimentos e Agrocombustíveis no Contexto da Nova Divisão Mundial do Trabalho**. Revista Pegada, América do Norte, 2012. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1645/1580> > Acesso em 20 Fev. 2015.

SZARFARC, SC. **A adequação do consumo de alimentos de origem animal e sua relação com renda familiar**. *Rev. Saúde Pública* [online]. 1979, vol.13, n.1, pp. 26-31. ISSN 0034-8910. Disponível em: < <http://www.scielo.org/pdf/rsp/v13n1/04.pdf>> Acesso em 01 Mar. 2015

TERRA DE DIREITOS, **Sementes Transgênicas: Contaminação, Royalties e Patentes**. Cartilha. Disponível em: <[http://br.boell.org/sites/default/files/cartilha\\_transgenicos\\_terradedireitos\\_bollbrasil.pdf](http://br.boell.org/sites/default/files/cartilha_transgenicos_terradedireitos_bollbrasil.pdf)> Acesso em 22 Jan. 2015.

TRINDADE, GG. da, **Animais como Pessoas: a Abordagem Abolicionista de Gary L. Francione**, Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, RS, 2013. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/ppgf/wp-content/uploads/2011/10/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mestrado-Gabriel-Garmendia-da-Trindade.pdf>> Acesso em 15 Mar. 2015.

UNEP. **Assessing the Environmental Impacts of Consumption and Production: Priority Products and Materials, A Report of the Working Group on the Environmental Impacts of Products and Materials to the International Panel for Sustainable Resource Management**. Hertwich, E., van der Voet, E., Suh, S., Tukker, A., Huijbregts M., Kazmierczyk, P., Lenzen, M., McNeely, J., Moriguchi, Y., 2010. Disponível em:

<[http://www.unep.org/resourcepanel/Portals/24102/PDFs/PriorityProductsAndMaterials\\_Report.pdf](http://www.unep.org/resourcepanel/Portals/24102/PDFs/PriorityProductsAndMaterials_Report.pdf)> Acesso em: 01 Mar. 2015.

UNESCO - Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz – Um programa da UNESCO, Carta do Chefe Seattle, 2001-2010. Disponível em:  
<[http://www.comitepaz.org.br/chefe\\_seattle.htm](http://www.comitepaz.org.br/chefe_seattle.htm)> Acesso em: 30 Jan. 2015.

VALADÃO, MAO., **A (in)Compatibilidade da privatização dos recursos hídricos como direito fundamental humano de acesso a água**. Revista de Direito Brasileira, Ano 3, Vol. 4, Jan-Abr/2013. Disponível em:  
<<http://www.rdb.org.br/ojs/index.php/revistadireitobrasileira/article/viewFile/13/12>>  
Acesso em 22 Jan. 2015.

WAGNER, Lidia. **As Relações Públicas e a Gestão da Comunicação Integrada em Tempos de Crise – Uma análise sobre o Caso Ades no Facebook**. Bauru, 2014. Disponível em  
<<http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/121755/000794623.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 12 Abr. 2015

WALDMAN, M., **Recursos Hídricos: Os impactos da produção de alimentos e dos resíduos sólidos, 1º Seminário de Pesquisa em Geografia (SEPEGE)**, Depto. De Geografia USP, 2003. Disponível em:  
<[http://mw.pro.br/mw/geog\\_recursos\\_hidricos\\_impactos.pdf](http://mw.pro.br/mw/geog_recursos_hidricos_impactos.pdf)>. Acesso em 18 Mar. 2015.

WORDWATCH, **Livestock and Climate Change**, 2009. Disponível em  
<<https://www.worldwatch.org/files/pdf/Livestock%20and%20Climate%20Change.pdf>>  
Acesso 02 Fev. 2015

WWF. **The growth of Soy: Impacts and Solutions. (O crescimento da soja: impactos e soluções)** WWFInternational (secretariado internacional da Rede WWF), Suíça, 2014.

ZALABATA, L. **Ensayos concebidos en el libro “Bioética, sentido de la vida y fe religiosa - 2001”**, publicación del Programa de Bioética de la Universidad El Bosque. Disponível em:  
<[http://www.bioeticaunbosque.edu.co/Articulos/Articulos\\_Compl/Pensamiento\\_Arhuaco.pdf](http://www.bioeticaunbosque.edu.co/Articulos/Articulos_Compl/Pensamiento_Arhuaco.pdf)> Acesso em 18 Nov. 2014.

ZANIRATO, SH and RIBEIRO, WC. **Conhecimento tradicional de propriedade intelectual nas organizações multilaterais**. Ambient. Soc. [on line]. 2007, vol. 10, n.1, pp.39-55. ISSN 1809-4422. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a04.pdf>> Acesso em 22 Out 2014.